

ensaios de

História

Franca, v.2, n. 1, 1997

ISSN 1414-8854



unesp

UNESP - BCpFr
Class. 981.005
Tombo _____
PERÓDICO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Faculdade de História, Direito e Serviço Social

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Revista do Curso de Graduação em História



ISSN 1414-8854

Ensaaios de História	Franca	v.2, n.1	p.1-200	1997
----------------------	--------	----------	---------	------

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Antônio Manoel dos Santos Silva

Vice-Reitor

Luis Roberto de Toledo Ramalho

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

Diretor

Neide Aparecida de Souza Lehfeld

Vice-Diretor

Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta

Curso de Graduação em História

Coordenador

Hercidia Mara Facuri Coelho

Vice-Coordenador

Silvia Maria Conrado Jacintho

Conselho do Curso de Graduação em História

Ana Maria Faleiros, Antônio Marco Ventura Martins, Cléber Santos Vieira,

Dulce Maria Pamplona Guimarães, Fernando Berardo Toscano,

Hercidia Mara Facuri Coelho, Reinaldo dos Santos, Sérgio Hiroaki Motoki,

Silvia Maria Conrado Jacintho, Suzeley Kalil Mathias

Comissão Editorial

Carlos Eduardo Pereira dos Santos,

Itamar Teodoro de Faria,

Juliana Ricarte Ferraro

Publicação semestral/Semestral publication

Solicita-se permuta/Exchange desired

Endereço/Adress

Ens. Hist.

Rua Major Claudiano, 1488 - Cep 14400-690 Franca/SP

ENSAIOS DE HISTÓRIA (Faculdade de História, Direito e
Serviço Social - UNESP) Franca, SP - Brasil, 1996 -

1996 - 1997, 1 - 2

ISSN 1414-8854

Capa: Clio - deusa grega da História.

Desenho e arte final: Atalie Rodrigues Alves Ferreira.

APRESENTAÇÃO

As revistas jovens costumam ter um tempo de maturação no qual se delinea seu campo cultural de intervenção, seus animadores, seu público, enfim, tudo aquilo que se costuma definir como o perfil de uma publicação. Mesmo em relação a uma revista institucional isso deve ser levado em consideração. Este novo número de Ensaios de História é uma afirmação de tudo isso: permanece —como se disse no número anterior— “um espaço editorial para os trabalhos acadêmicos dos alunos do Curso de Graduação em História”, na firme intenção de construir e consolidar “um centro de excelência da pesquisa histórica entre nós”.

Para muitos, uma ambição desmedida, para outros um desafio encorajador. Ocorre que nos últimos anos —depois da reestruturação do currículo de graduação do nosso curso de História—, afirmamos gradativamente a vinculação entre ensino e pesquisa. Esta grande conquista —nem sempre valorizada na sua justa medida— redefiniu o desenho, os objetivos e o cotidiano de docentes e discentes do curso de História da UNESP de Franca. E, neste sentido, não foi casual o nascimento de Ensaios de História.

Com a emergência deste espaço para a publicação, alunos e professores se puseram a caminho: os primeiros se envolvendo na tarefa de transformar as pesquisas que já desenvolviam (ou que iniciavam) em trabalhos passíveis de publicação imediata; os segundos, incorporando em sua atividade de orientação mais este empreendimento de seus “pupilos”. Nestes dois anos, o resultado expressou-se nos três números de uma publicação de alunos de graduação, somando mais de 500 páginas.

A realidade mais tangível de todo esse processo é o fato de que o perfil assumido por Ensaio de História, nesta sua curta trajetória, vincula-se a um paradigma ao qual nós não podemos virar as costas: a vinculação entre ensino e pesquisa na formação de profissionais de nível superior. Os alunos que participam na elaboração de trabalhos para a revista e aqueles que se dedicam à sua animação e concretização têm, sem dúvida, a possibilidade de viverem uma experiência diferenciada no percurso da sua formação. O elemento mais importante a ser frisado é que esta oportunidade está, no curso de graduação de História da UNESP de Franca, aberta a todos seus alunos.

Ensaio de História apresenta neste número um dossiê com trabalhos vinculados à história política (uma inovação em relação aos números anteriores), um conjunto de artigos de temáticas variadas, indo da história cultural e educacional à história urbana, das idéias e religiosa, e prossegue com a publicação de uma tradução importante e útil para a formação do profissional de História.

Não há mais dúvidas sobre o acerto da publicação de Ensaio de História. Nossa tarefa é apenas prosseguir com esta criação que, a cada número, evidencia sua pertinência e suas potencialidades.

Hercília Mara Facuri Coelho
 Coordenadora do Curso de Graduação em História
 UNESP, Câmpus de Franca

SUMÁRIO/CONTENTS

HISTÓRIA POLÍTICA/POLITICAL HISTORY

- Liberais e conservadores: composição ideológica e estrutural
 Liberals and Conservatives: Ideological and Structural Composition
Carlos Eduardo Monteiro 11
- Educação e regime autoritário no Brasil, 1964–74
 Education and Brazilian Authoritarian Regime, 1964–74
Marcelo Gonzaga dos Santos 25
- Rapsódias do autoritarismo em Franca
 Rapsodies of the Authoritarianism in Franca
Sauloéber Társo de Souza 39
- Vanguardas intelectuais latino-americanas:
 Mariátegui e Haya de La Torre, 1918–30
 Latin American Intellectual Vanguard: Mariátegui and Haya de La Torre, 1918–30
Patrícia Renata de Toledo 61

ARTIGOS/ARTICLES

- Teatro brasileiro: anos de rebeldia e repressão
 Brazilian Theater: Years of Rebelliousness and Repression
Juliana Ricarte Ferraro 71

- **Cultura: sistemas e determinismos**
Culture: Systems and Determinisms
Itamar Teodoro de Faria 79

- **Reflexões sobre o pensamento clássico e moderno**
Reflexions about the Classic and Modern Thought
Cleyton Cardoso Romano
Humberto Perinelli Netto
Jonas Rafael dos Santos 95

- **Relações de trabalho e demandas educacionais na indústria calçadista franca**
Work Relations and Educational Demands in Footwear Industry in Franca
Marisa Geralda Barbosa 109

- **Bento de Abreu x Araraquara: um personagem na biografia de uma cidade, 1908–16**
Bento de Abreu x Araraquara: a Personage in the Biography of a Town (1908–16)
Cáudia Regina Vargas 121

- **A criação da Diocese de Franca**
The Creation of the Diocese in Franca
Juliano Brito Bertolini 139

TRADUÇÃO/TRANSLATION

- **Objeto e objetividade na história**
Joan del Alcazàr 159

ÍNDICES DE ASSUNTOS	185
<i>SUBJECT INDEX</i>	189
ÍNDICE DE AUTORES/ <i>AUTHORS INDEX</i>	193
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL	195

HISTÓRIA POLÍTICA/*POLITICAL HISTORY*

LIBERAIS E CONSERVADORES: COMPOSIÇÃO IDEOLÓGICA E ESTRUTURAL

Carlos Eduardo MONTEIRO*

RESUMO: Este artigo mostra como a historiografia analisa a composição ideológica, ou seja, o pensamento político e a estruturação social do Partido Liberal e do Partido Conservador no Segundo Reinado.

UNITERMOS: partido político, liberais, conservadores, poder, Segundo Reinado.

Neste artigo tentaremos traçar as linhas de como a historiografia via e vê os partidos políticos do Brasil no Segundo Reinado, tanto na sua parte de estruturação social como no que tange ao pensamento político. Nossa idéia é mostrar como alguns autores do século XX vêem esses partidos políticos. Faremos uma distinção entre os que não vêem qualquer diferença entre liberais e conservadores, outros que vêem diferenças cruciais e também vêem algumas semelhanças e, por último, aqueles que identificam diferenças, igualdades e ainda tentam mostrar uma hierarquização entre esses dois partidos políticos.

* Graduando em História. Orientadora: Marisa Saenz Leme.

Começaremos por Caio Prado Júnior que nega qualquer diferença substancial entre o Partido Liberal e o Conservador. O autor diz que os partidos não devem ser confundidos com os grupos burgueses, pois esses partidos do século passado têm uma representação ideológica muito restrita. Caio Prado Júnior vê conflitos entre a burguesia reacionária e a burguesia progressista, mas considera que essas lutas não se transferem para os partidos políticos da época.

Citando Caio Prado Júnior: “A luta destes grupos burgueses, ‘progressistas’ e ‘conservadores-retrógrados’, enche o cenário político da segunda metade do século passado. Alista-se no primeiro principalmente o comércio, a ‘finança’, em uma palavra, os detentores do capital móvel. No segundo, a maior parte da riqueza territorial, os proprietários rurais cuja economia assentava no trabalho servil naturalmente abalado pela supressão do tráfico. A esta distribuição inicial de forças que naturalmente avantajavam os ‘conservadores’ vão se substituindo novas formas que se reduzem a uma sucessiva desagregação deste grupo em benefício do primeiro.” (Prado, 1972, p.85-6).

Nesse trecho podemos ver com clareza sua interpretação sobre os grupos “burgueses” e quem fazia parte desses grupos. No que tange aos partidos políticos, Caio Prado Júnior, em nota de rodapé inserida no próprio texto acima, diz: “Não confundir esta designação com o partido deste nome. Os nossos partidos do regime passado têm uma significação ideológica muito restrita.” (Prado, 1972, p.86).

Já outros autores acreditam que existem diferenças entre esses dois partidos políticos, mas que essas desigualdades ocorrem por fatores diversos. É o caso de

Raymundo Faoro na obra *Os Donos do Poder* que admite a diferença na origem social dos integrantes destas agremiações. Os liberais representariam no Segundo Reinado os interesses agrários, enquanto os conservadores, o estamento burocrático. Assim diz o autor: “Os conservadores, retemperados com a incorporação dos liberais moderados, limam-se do ‘corcundismo’ —a obediência ao trono por mero respeito à tradição—, para encaminharem a organização da monarquia brasileira, sob a fórmula de que o rei reina, governa e administra, dentro do discreto comando de uma estrutura burocrático-política, assentada na vitaliciedade do Senado e do Conselho de Estado. Provavelmente, o partido liberal estará mais próximo da propriedade rural, medida em que sua pregação federalista, descentralizadora senão federaliza, convoca os poderes locais ao comando político.” (Faoro, 1979, p.341).

O mesmo autor, ainda no livro citado, rompe com aquele velho jargão da historiografia “tradicional” afirmando que o poder embaraça e confunde esses partidos: “Se nada se parece tanto a um ‘saquarema’ como um luzia, conforme o repetido refrão do Visconde de Albuquerque, a realidade jura pela diferença dos partidos, com estilos e tom de voz próprios. O poder os embaraça e os confunde: certo seria dizer que, no poder, nada separa um saquarema de um luzia, mas o poder, na verdade, tem outra estrutura, independente do jogo cênico dos partidos em revezamento no ministério.” (Faoro, 1979, p.342).

Outra autora que analisa a problemática dos partidos políticos no Segundo Reinado é Paula Beiguelman nas obras: *Pequenos Estudos de Ciência Política e Formação Política do Brasil*. Diferentemente de Raymundo Faoro, Beiguelman não

faz a diferenciação pelas origens sociais dos membros desses partidos, mas mostra uma intensa luta pelo poder entre liberais e conservadores, cujo grande “divisor de águas” é o rei. A autora, no que diz respeito à Coroa, confere papel privilegiado a essa e diz: “Qualquer dos partidos de patronagem que o Moderador chamasse ao poder, teria recursos para munir-se do necessário apoio legislativo requerido pelas normas parlamentares. Isto é, invertidos os termos do esquema parlamentarista clássico, o Legislativo se tornava uma criação do Executivo, ganhando a disputa partidária uma nova dimensão: a porfia pelos favores da Coroa. Esta, nas suas relações com os partidos, privilegiará o Conservador, concedendo-lhe maior número de representantes no Senado vitalício e mais freqüente presença no poder.” (Beiguelman, 1976, p.63).

Como podemos ver, Beiguelman afirma que a Coroa mantinha um dos partidos políticos imperiais na dianteira do poder e dava uma relativa “sêde” de poder ao outro partido a fim de emular a competição por favores da Coroa. Tal atitude fica bem explícita na questão do fim do tráfico, na Lei do Ventre Livre e na questão da abolição.

Até agora fizemos análise de autores que escreveram até a década de 60. Obras mais atuais, ou seja, obras de interpretações mais recentes, possuem visões diferentes das anteriores. Principalmente a obra Tempo Saquarema de Ilmar Rohloff de Mattos. Mas antes de Ilmar Mattos, iremos alvidar duas obras muito importantes para a historiografia, obras escritas por um mesmo autor, José Murilo de Carvalho: A Construção da Ordem: A elite política imperial e Teatro de Sombras: A política imperial.

Na obra A Construção da Ordem, como diz o próprio

autor: “discuti a política imperial sob ótica de seus agentes diretos, a elite política e a burocracia” (Carvalho, 1996a, p.229). Na segunda obra, ele afirma: “O que faço agora é examinar com lentes mais poderosas a elite e o Estado no momento em que a tarefa de acumulação de poder estava realizada e em que novos horizontes se abriam à sua atuação.” (Carvalho, 1996a, p. 229).

José Murilo de Carvalho tem uma visão diferente dos partidos políticos da época, ou seja, mostra principalmente que esses se distinguiam pelas origens sociais dos seus membros. Reproduzindo o quadro apresentado por José Murilo de Carvalho, temos o que se segue:

Quadro 1 — Ocupação e filiação partidária dos ministros, 1840–89 (%).

Filiação partidária	Governo	Prof. liberais	Economia	Total
Conservador	50,82	36,76	50,00	43,89
Liberal	36,07	61,77	50,00	49,64
Sem partido	13,11	1,47	—	6,47
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Carvalho, 1996a, p.229.

No dizer do autor: “No que diz respeito às relações entre ocupação e filiação partidária, os dados mostram a tendência nítida de se concentrarem os funcionários públicos no Partido Conservador e os profissionais liberais no Partido Liberal.” (Carvalho, 1996a, p.191).

Pensando nos termos acima, podemos ver que são parecidas as afirmações de Faoro e Carvalho e que o quadro dá um embasamento ao trabalho de Raymundo Faoro, José Murilo de Carvalho, porém vai mais longe e mostra que Raymundo Faoro estava errado quando este coloca que os liberais estavam mais próximos da propriedade rural enquanto os conservadores eram representantes do estamento burocrático (Quadro 2).

Quadro 2 — Filiação partidária e origem social dos ministros, 1840–89 (%).

Origem Social	Filiação Partidária			Total
	Conservador	Liberal	Sem Partido	
Propriedade Rural	47,54	47,83	—	44,60
Comércio	13,12	8,69	—	10,07
Outra	18,03	26,09	88,89	26,62
Sem informação	21,31	17,39	11,11	18,71
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Carvalho, 1996a, p.192.

Como podemos perceber no quadro, a porcentagem de ministros proprietários rurais é quase igual para os liberais e conservadores, o que faz quebrar a idéia de Faoro. E José Murilo faz a seguinte consideração, levando em conta o quadro acima: “que o grosso do Partido Conservador se compunha de uma coalizão de burocratas e donos de terra, ao passo que o grosso do Partido Liberal se compunha de uma coalizão de profissionais liberais e donos de terra (...) Dentro do Partido Liberal, as posições doutrinárias do liberalismo clássico eram representadas no início pelos padres e mais tarde, no período abrangido pelos dados, pelos profissionais liberais e uns poucos industriais. Mas ao lado deste grupo, que crescia com o passar do tempo, estava outro, no início mais poderoso, de proprietários rurais. Este último se compunha de elementos que se consideravam liberais por defenderem a descentralização do poder em benefício de interesses locais ou provinciais, isto é, em benefício deles mesmos. Dentro do Partido Conservador estavam os burocratas, defensores constantes do fortalecimento do poder central, esteios da formação do Estado imperial. Mas ao lado dos burocratas estavam também grupos de proprietários rurais cujos interesses podiam coincidir ou não com as necessidades da centralização” (Carvalho, 1996a, p.192–3).

Carvalho ainda diferencia os Partidos de forma bem mais simplificada e analisa a que área pertenciam tais membros desses partidos: “os donos de terra que se ligavam ao Partido Conservador tendiam a pertencer a áreas de produção agrícola voltadas para a exportação e de colonização mais antiga, como Pernambuco, Bahia e, sobretudo, Rio de Janeiro. Estes grupos tinham mais interesses na política nacional e na estabilidade do sistema. Daí se disporem mais facilmente a apoiar medidas favoráveis ao fortalecimento do poder central. Os donos de terra filiados ao Partido Liberal provinham mais de áreas como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, com menos interesses na centralização e na ordem ao nível nacional” (Carvalho, 1996a, p.193).

Quadro 3 — Filiação partidária e origem provincial dos ministros, 1840–89 (números absolutos).

Partido	BA	RJ*	MG	PE	SP	RS	Outras	Port.	Total
Conservador	12	19	5	8	4	1	7	1	57
Liberal	13	5	13	6	11	9	16	—	73
Sem Partido	1	4	—	—	1	—	1	2	9
Total	26	28	18	14	16	10	24	3	139

* Inclui a Corte.

Fonte: Carvalho, 1996a, p.197.

O autor discorda de uma série de autores cujas análises, por ele consideradas superficiais e simplistas, mostram principalmente a filiação partidária ligada intimamente à divisão regional como clara mostra de divisão partidária. José Murilo tem uma visão diferente, como demonstra o quadro 3.

O que se percebe é que não havia uma definição regional muito clara sobre a filiação partidária. Como diz José Murilo: “a) Rio de Janeiro e Bahia eram predominantemente conservadores; b) Bahia e Pernambuco dividiam-se mais ou

menos igualmente entre os dois partidos; c) Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul e as outras províncias eram predominantemente liberais” (Carvalho, 1996a, p.197). Sendo que assim permaneceu durante todo o decorrer do Segundo Reinado.

José Murilo explica o porque dos setores regionais ficarem mais ligados a certos partidos políticos, por razões econômicas e políticas, e coloca como exemplo, o caso de Minas Gerais onde durante todo o Império predominou o bipartidarismo. Cita ainda o Rio Grande do Sul e São Paulo, este, parecido com Minas Gerais devido ao desenvolvimento do café.

Além de todas essas diferenças, as complexidades da composição ainda podem ser verificadas no que tange às questões da lei de terras, da lei do ventre livre e da abolição.

O que se percebe na obra de José Murilo de Carvalho é que o autor apresenta os partidos em combinações diversas, ou seja, como um emaranhado de grupos de diferentes regiões e origem social podendo fazer parte de um mesmo partido. Não existia uma regra simples de quem seria membro do Partido Liberal ou do Partido Conservador e que distinções, como a de Raymundo Faoro, não se adequam para analisar essa problemática. Os homens vinculados à posse da terra se encaixam em um ou outro partido, o mesmo acontecendo com a idéia de Caio Prado Júnior, pois para José Murilo de Carvalho, “Não parece também que a ‘burguesia progressista’, de Caio Prado, isto é, os comerciantes, se concentrassem mais no Partido Liberal.” (Carvalho, 1996a, p.192). O autor termina a sua análise sobre os partidos políticos dizendo: “O Partido Conservador abrigava principalmente os representantes da grande agricultura de exportação, enquanto o Partido Liberal

era dominado pelos produtores para o mercado interno.” (Carvalho, 1996a, p.205).

A última obra, e a mais interessante, é a de Ilmar Rohloff de Mattos, Tempo Saquarema. Essa obra inicia-se com uma análise crítica da historiografia do período. O historiador faz uma análise dos autores classificando-os entre os que insistem na semelhança entre luzias e saquaremas e outros que sublinham apenas diferenças, mas ignoram a relação de hierarquização. Dentre os autores que sublinham somente semelhanças, Ilmar cita: Oliveira Viana, Caio Prado Jr., Maria Isaura Pereira Queiroz e outros. Entre os autores que sublinham somente diferenças estão João Camilo de Oliveira Torres, Raymundo Faoro, José Murilo de Carvalho e outros, também mostrando as diferentes óticas desses autores. Ilmar afirma que Paula Beiguelman é quem mais se aproxima da idéia de hierarquização entre os partidos políticos. O que Ilmar Rohloff de Mattos propõe em O Tempo Saquarema é tentar mostrar como luzias e saquaremas podiam se apresentar a um só tempo semelhantes, diferentes e hierarquizados (Mattos, 1987).

Ilmar faz uma análise dos partidos políticos durante todo o período imperial, desde os tempos do Primeiro Império, passando pelo Período Regencial chegando até o final do Segundo Império. Ficaremos mais atentos à parte na qual o autor interpreta os partidos políticos no Segundo Império. A sua forma de explicação é bem mais complexa que a dos outros autores, colocando semelhanças e diferenças entre os partidos. Nossa ênfase recai sobre o assunto da hierarquização dos partidos políticos e na dificuldade dos liberais em ser governo. A respeito disto o autor entra em conflito com a historiografia (Mattos, 1987, p.155).

Seguindo os passos de Ilmar Rohloff de Mattos; as noções de “organização” e “ordem” voltavam a se impor e algumas vezes quase se tocavam (no que respeito diz às semelhanças) na visão dos dois partidos, mas os liberais a todo o momento queriam se desvencilhar dos conservadores, o mesmo acontecendo com os regressistas. E no que diz respeito aos liberais: “A sua concepção de Liberdade não deixava de implicar uma Igualdade, que se nem sempre ameaçava romper as fronteiras que separavam os mundos constitutivos da sociedade imperial (...) eles acabariam por aderir ao discurso da Ordem.” (Mattos, 1987, p.141). E continua discorrendo no que diz respeito ao pensamento liberal: “No discurso Liberal, à medida que o Regresso progredia a idéia de Revolução se cristalizava, sublinhando que o tempo presente é o começo do tempo futuro.”(Mattos, 1987, p.143). A propósito dos conservadores: “Opunham-se aos Liberais por discordarem que aos Representantes da Nação deveria caber a escolha da política a ser seguida ‘para fazer o bem do país’.”(Mattos, 1987, p.144).

Somente no final do texto o autor deixa de fazer uma generalização do termo regressista, analisando somente um ‘ramo’ dos regressistas —os saquaremas: “Pelas mãos dos saquaremas aprofundava-se uma nova distinção na dimensão pública, a qual nutria-se, no essencial, no próprio movimento do pensamento europeu que, então, se distinguiu pelo deslocamento do primado do ‘político’ para o do ‘social’ como expressão da emergência da ‘sociedade natural’ ou da ‘sociedade civil’ (...) Os saquaremas se interessavam por administrar ‘coisas’ e ‘homens’ por meio da distinção na esfera do Estado entre Governo e Administração.” (Mattos, 1987, p.150).

Agora analisaremos o que Ilmar Rohloff de Mattos chama de hierarquização, na qual os saquaremas uniam “todos os súditos ao imperador, desde o mais pobre dos cidadãos da mais distante freguesia do ‘Sertão’ até o senador do Império ou o conselheiro de Estado; e ligava, de outro, cada um dos homens livres tanto àqueles que se encontravam acima quanto aos que se encontravam abaixo na escala hierárquica, por meio de uma cadeia de lealdades e fidelidades, gerada por um processo cumulativo de favores e encargos recíprocos, cadeia essa que ‘não só promovia, sucessivamente, a eliminação de um existir autônomo’, como também conferia a cada um daqueles que se distinguiam por serem homens —isto é, livres— um lugar no cosmo social —lugar esse que os liberais pareciam não conseguirem atribuir aos cidadãos não ativos sempre que as fronteiras da Casa, onde se comportavam como um *despotés* à maneira dos gregos, eram transpostas.”(Mattos, 1987, p.151).

Assim, a idéia de Revolução para os liberais foi se transformando e o pensamento dos conservadores continuou a proliferar graças à cadeia de “lealdades e fidelidades”. “Deste modo, no transcurso da ‘Reação’ e no momento seguinte da ‘Transação’, por meio de uma conceituação distinta de Liberdade, os saquaremas fizeram com que as pretensões dos liberais se esvaissem, sublinharam as contradições de suas propostas e impuseram-lhes uma direção.” (Mattos, 1987, p.151-2).

Outra idéia muito importante no Tempo Saquarema e na qual o autor faz um rompimento com a historiografia é a de que “os liberais —ou para garantir a Liberdade da Casa ou para assegurar a Igualdade entre o Povo— devem estar no governo do Estado, mas não conseguem”. Se pensarmos no

rodízio e na sucessão dos gabinetes e persistirmos na idéia de participação dos liberais, poderemos assim admitir o fracasso do projeto de direção liberal, direção essa que o autor explica mais tarde ser uma direção política, uma direção “intelectual e moral”. Se continuarmos pensando assim, podemos quebrar todo pensamento liberal que existia e cairemos no erro de igualdade de pensamento entre liberais e conservadores.

“Os saquaremas eram dirigentes —diríamos melhor, intelectuais da classe senhorial em constituição— porque, estando no governo do Estado, não se limitaram ao exercício de uma dominação. Por meio da ‘difusão das luzes’ e da promoção do ‘espírito de associação’, puderam estar no governo da Casa. Não deixaram de estar também, quase que por decorrência, nas ruas e na praça pública.” (Mattos, 1987, p.157). Já os liberais, no dizer de Ilmar Rohloff; “não conseguem estar no governo do Estado porque insistiam em privilegiar o governo da Casa, e ao fazê-lo distinguem-se tanto por uma negatividade quanto por um embaraço (...) Se eram afirmativos, embaraçavam-se na questão da Igualdade. Então, os liberais não apenas se dividiam; refluíam para os limites da Casa, onde exerciam uma dominação, comportando-se como *despotés*” (Mattos, 1987, p.158).

Nesse artigo fizemos um levantamento bibliográfico dos autores que estudam os partidos políticos no Segundo Reinado e, assim, tentamos levantar algumas problemáticas fundamentais para que possamos entender a história da elite política do Brasil.

MONTEIRO, Carlos Eduardo. *Liberals and Conservatives: Ideological and Structural Composition*. Ensaio de História, Franca, v.2, n.1, p.11-23, 1997.

ABSTRACT: This article shows how the historiography analyses the ideological composition, that is, the political thought and the social structure of the Liberal Party and the Conservative Party in the Second Reign.

KEYWORDS: political party, liberals, conservatives, hierarchization, historiography, politics, power, Second Reign.

Referências bibliográficas

- BEIGUELMAN, P. Formação política do Brasil. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1976.
- BEIGUELMAN, P. Pequenos estudos de ciência política. São Paulo: Centro Universitário, 1967.
- CARVALHO, J.M. de. A construção da ordem: A elite política imperial. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996(a).
- CARVALHO, J.M. de. Teatro de sombras: a política imperial. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996(b).
- COSTA, E.V. da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5.ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- MATTOS, I.R. de. O tempo saquarema. São Paulo: Hucitec, 1987.
- PRADO JR, C. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Brasiliense, 1972.

EDUCAÇÃO E REGIME AUTORITÁRIO NO BRASIL,
1964-74

Marcelo Gonzaga dos SANTOS*

RESUMO: A idéia aqui é que tanto a legislação educacional, como os planos governamentais para a área, refletem as continuidades e mudanças no regime político e, por isso, tomando-se por base a sua análise, é possível avaliar o papel específico do ator militar no cenário da produção e transmissão da legitimidade, aqui restrita ao período de 1964 a 1974.

UNITERMOS: Brasil, regime militar, política educacional, legitimação.

Conforme procuraremos expor nos próximos parágrafos, a educação formal foi atingida por um número bastante grande de mudanças durante a vigência da regime autoritário (1964-84). Talvez a principal delas, porque influenciou de forma permanente todas as demais, tenha sido o ingresso, ou melhor, a substituição dos professores pelos “planejadores” nas instâncias de decisões de políticas governamentais.

* Graduando em História. Orientadora: Suzeley Kalil Mathias. Apoio: CNPq/PIBIC.

O aumento da participação dos planejadores em detrimento dos educadores indica, também, a visão compartilhada pelos militares —pelo menos aqueles que estavam no poder— sobre a sociedade e sobre a organização estatal que melhor responderia à relação entre público-privado.

Essa transformação levou à perda de capacidade dos educadores, membros do Ministério da Educação, em influir de maneira significativa nos rumos da educação e no planejamento educacional no Brasil. O MEC, órgão importante da formulação de políticas educacionais, teve sua credibilidade abalada. Cada professor e cada especialista de educação passou a ser visto, pelos militares, como inimigo em potencial, que deveria ser mantido sob estreito controle e rigorosa vigilância.

Entretanto, como não podia deixar de ser, a simples transferência dos objetivos econômicos para o seio da educação, representada pela elevação dos “planejadores” aos postos de decisão, redundou em perdas para o desenvolvimento do ensino no Brasil, mas também funcionou como um dos primeiros mecanismos de demonstração das contradições do sistema vigente: “A legislação educativa é toda reformulada, economistas de plantão passam a fazer sucesso como educadores e em nome da eficiência de todo sistema são elaborados planos de toda a sorte. Do primário à pós-graduação, nada fica sem o dedo dos planejadores. A grandiosidade das propostas, em contraposição aos modestos resultados obtidos, acelera a crise de credibilidade do Planejamento Educacional e dos planejadores, de tal sorte que a consciência dessa inadequação se dá muito antes da

percepção da crise global do modelo de desenvolvimento.” (Kuenzer, 1989, p.41).

Já no governo de Castelo Branco, a preocupação com o ensino é elevada a categoria de prioridade. Começa, neste governo, um longo processo de transformação do campo educacional representado pelos acordos MEC-Usaid, cobrindo todo o espectro da educação nacional (ensino primário, médio e superior), com treinamento de professores e com a produção e veiculação de livros didáticos. Estas mudanças, como mais adiante veremos, iriam redundar em uma verdadeira desnacionalização da educação brasileira.

É no bojo deste processo que o governo promove a Primeira Conferência Brasileira de Educação, em março de 1965. No discurso de abertura, o presidente Castelo Branco salientou que o governo tem recebido

“aplausos por estar repondo a ordem no sistema educacional” (Branco, 1965, p.112).

Isto mostrava que o projeto posto em prática atingia seus objetivos de legitimação de um regime político reformulado.

A busca de legitimação implicava em convencer a sociedade de que os acordos que estavam sendo feitos objetivavam a integração nacional mediante da capacitação para o trabalho e a defesa da sociedade capitalista. Este era tanto o sentido da promoção da Conferência quanto dos discursos governamentais apresentados em seu interior. Ao afirmar que a sociedade manifestava-se favoravelmente às reformas, o Presidente pretendia apontar que a “revolução”

estava cumprindo seus objetivos e sendo, portanto, apoiada pela Nação.

Entretanto, esta não era a visão dos analistas. Estas apontavam que por detrás da retórica estava ocorrendo um processo que, a longo prazo, levaria à transformação de um direito básico do cidadão (o acesso à escola) em privilégio das camadas favorecidas pelo sistema econômico, com o Estado se eximindo de suas responsabilidades para com a sociedade. Neste sentido, Germano afirma que “na esteira dos acordos MEC-Usaid foi constituído um grupo de trabalho denominado Equipe de Assessoria e Planejamento do Ensino Superior (EAPES). Tal equipe produziu um documento, concluído em 1968, que continha análises sobre a educação brasileira e proposições acerca da reforma universitária. O relatório partia do pressuposto de que a educação era essencial ao desenvolvimento econômico da sociedade e sugeria a adoção de medidas, tais como: sistema de créditos, organização departamental, ciclo básico e ciclo profissional etc. Ao lado disso, concedia também grande ênfase à privatização do ensino. Esta seria uma forma de expandir as oportunidades educacionais, funcionando as escolas privadas como complementares à ação do Estado. Dessa maneira, constava do relatório da EAPES a defesa da gratuidade do ensino público apenas no tocante ao primário, conforme explicitava a Constituição de 1967. Nos níveis secundários e superior, o ensino público deveria ser gratuito apenas para aqueles que provassem falta de recursos” (Germano, 1993, p.123-4).

Ao mesmo tempo em que ocorriam essas discussões, o governo baixava, em dezembro de 1968, o Ato Institucional n.5 e no ano seguinte o seu descendente direto, o Decreto-Lei

477¹. Ambos representaram a expressão mais acabada das ameaças da repressão política e ideológica por parte do governo em relação, especialmente à universidade brasileira, mas que atingiu todo o ensino formal.

Não é só porque é filho direto do AI-5, que o Decreto-Lei 477/69 é importante para a nossa discussão. Para além da conjuntura, esta nova legislação talvez seja a que indique melhor o processo de militarização do ensino no Brasil, pois o seu principal antecedente foi o Relatório Meira Matos, que recomendava uma série de medidas para conter a “subversão nas escolas”, escondida quase sempre na insistência por “liberdade de cátedra”. Entretanto, não é pelo que é dito no Relatório que ele representa um avanço castrense sobre setores especificamente civis do Estado, mas sim porque ele é elaborado sob a direção de um membro do Exército, considerado por este como um revolucionário de primeira ordem.

Nesta conjuntura, diferentes analistas mostram que o Estado autoritário investiu na desqualificação dos profissionais da educação e aperfeiçoou o controle técnico e burocrático sobre o ensino em seus diferentes graus. Como exemplo deste último, pode-se citar medidas como: subordinação dos professores aos supervisores e orientadores pedagógicos; massificação e imposição do material didático em nível nacional. Porém, o exemplo emblemático da visão militar sobre o papel da educação na formação de novos sujeitos sociais, foi dado pela criação das disciplinas de Educação Moral e Cívica —EMC— (1ª a 6ª série do 1º grau) e Organização Social e Política do Brasil —OSP— (7ª e 8ª

¹ No Decreto-Lei isto é dito textualmente, pois é com base nas atribuições dadas pelo AI-5 que o Presidente baixa a nova lei.

série do 1º grau, ensino médio e superior), através da Lei 770 de outubro de 1968. Os objetivos expressos do ensino de EMC e OSPB eram a introdução dos ideais de civismo e patriotismo nos educandos.

Os objetivos do Governo eram nitidamente evidenciados nos documentos do Conselho Federal de Educação (CFE), editados em Documenta, publicação oficial desse órgão. Ao longo da coleção de 1964 a 1974, pudemos perceber um ligeiro aumento da preocupação do Governo. Esta preocupação centrou-se basicamente sobre o conteúdo das disciplinas que objetivavam a construção do “homem integrado”, função primordial da disciplina EMC².

Com a obrigatoriedade das disciplinas EMC e OSPB, os estabelecimentos de ensino são levados a diminuir a carga horária das disciplinas História e Geografia e a apressar a retirada dos currículos de segundo grau das disciplinas Sociologia e Filosofia, a fim de cumprir o programa fixado pelo Conselho Federal de Educação.

² Desde 1961 e, portanto, antes do golpe militar, a educação moral dos cidadão é objeto de análise por parte do CFE, conforme expresso em diversas reuniões deste Conselho reproduzidos em Documenta. Todavia, o que se percebe nestas discussões é a preocupação de introduzir o ensino moral e cívico a partir de outras disciplinas e tendo como pano de fundo a criação de bons cidadãos (nem sempre se define o que seja ‘bom cidadão’). A diferença, agora, está na insistência com que o tema é tratado e na exigência de ampliar o espaço reservado por uma disciplina cujo objetivo expresso fosse a educação cívica e esta fosse obrigatória para todos os educandos, cujo conteúdo seria determinado diretamente pelo governo federal. A título de ilustração, lembramos que a tarefa de construir currículos comuns e até escrever os primeiros textos coube a um oficial do exército (Enjolrás Camargo).

O projeto de educação formulado durante o regime autoritário, além de impor o ensino de EMC e OSPB como prática educativa no 1º e 2º graus, instituiu também as licenciaturas curtas em Estudos Sociais, substituindo as disciplinas de História e Geografia no 1º grau. Isso implicou na desqualificação dos professores dessas disciplinas e na degradação do conteúdo programático das mesmas.

Outro exemplo da ação do Estado tecnocrático sobre a educação é o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), criado em 1967, mas que só começa a funcionar em 1970, perseguindo, uma vez mais, a erradicação do analfabetismo de jovens e adultos. Foi lançado com grande alarde, pois visava atingir um grande contingente popular. O objetivo —não declarado— era a criação de novos contingentes eleitorais através da integração dos recém-alfabetizados ao universo político-partidário. Assim, este programa constituía-se em mais uma maneira de consolidar o poder político vigente, em uma forma de buscar a legitimação.

O Mobral nasceu em um conjuntura diferente daquela que predominou na segunda metade da década de 60. As eleições parlamentares de 1970 atestaram a popularidade do Regime Militar. A economia cresceu impulsionando a idéia de “Brasil-potência”. Para Germano, “o clima reinante no país” se caracterizava, “ao mesmo tempo, por uma combinação de medo da repressão do Estado e de euforia em decorrência do crescimento econômico” (Germano, 1993, p.160). Parte das lideranças estudantis, dos intelectuais de esquerda e, em escala bem menor, das lideranças operárias havia se engajado no combate armado contra a ditadura, expressando a redução vertiginosa da confiança nos mecanismos de luta dentro da legalidade. Com isto o caminho das “reformas de bases”, entre

as quais a reforma educacional foi deixado de lado. A questão da educação passava a ser algo secundário ou mesmo “inexistente”.

É dentro deste panorama que a reforma do ensino de 1º e 2º graus, consubstanciada na Lei 5692/71, foi recebida com entusiasmo pelos educadores e pelos parlamentares, não somente da Arena como do próprio MDB. Pellanda afirma que: “A Lei 5692 (...) estava em perfeita harmonia com a situação econômica e política vigente na época. A nova orientação garante o controle do ensino através de estratégias do tipo ensino mecânico, formal e estranho à vida. Essas estratégias além de impedirem o desenvolvimento do pensamento crítico e da realidade social têm também como consequência o afastamento dos alunos pobres da escola já nos primeiros anos por não agüentarem a distância do ensino de sua realidade imediata. Num outro nível, os alunos que têm um pouco mais de recursos, afastam-se da escola um pouco mais tarde não podendo, em sua grande maioria, chegar à universidade, o que estaria também garantindo a elitização do ensino superior.” (Pellanda, 1986, p.55).

Apesar da adesão que a Lei encontra, o objetivo do governo era muito mais o de criar “postos de trabalho” — visando, por conseguinte, a manutenção do apoio dos empresários— do que responder às falhas da Lei anterior. Isto é mostrado quando se atenta para o fato de que é com base nesta reforma que são introduzidos os cursos profissionalizantes que, se de um lado, ampliam a capacidade de absorver mão-de-obra, por outro, reduzem as chances do jovem, principalmente os de baixa renda, de ingresso na universidade.

Neste mesmo sentido, é possível, segundo Germano, notar o caráter privatizante contido na Lei 5692/71, já que a transformação dos cursos de 2º grau em ensino profissional implicava em investimentos crescentes e imediatos no setor³. Como tais investimentos não eram prioritários para o Estado, coube à iniciativa privada criar e manter os melhores cursos. Como consequência, isto concorreu decisivamente para a desqualificação das escolas públicas de 1º e 2º graus, contribuindo para ampliar a distância entre as classes sociais.

Em 1971, dada a brutal repressão do Estado, a oposição armada estava praticamente exterminada, e a oposição legal, calada. O clima era de euforia nacional. No ano anterior, o Brasil havia conquistado o tri-campeonato mundial de futebol, com sua famosa marchinha Prá Frente Brasil. O Governo Médici desenvolvia projetos arrojados, como a construção da rodovia Transamazônica, justificando o *slogan* “este é um país que vai prá frente”. Tudo isso faz parte do quadro histórico em que a reforma do ensino de 1º e 2º graus vai ser definida.

Através da avaliação das reuniões do C.F.E., vemos que há a preocupação clara em responder aos desafios colocados pela inserção do Brasil numa nova forma de

³ Nesta direção, alguns analistas destacaram anos depois: “Uma profissionalização eficiente não pode ser improvisada. O seu sucesso depende, basicamente, de uma sólida reciclagem dos recursos humanos disponíveis e de uma efetiva inversão de capital em instalações e equipamentos, necessários à montagem de um sistema de ensino profissionalizante (...) Isto significa que a transformação de toda a rede de ensino de 2º grau em profissionalizante implicaria um aumento substancial dos recursos financeiros que o Estado não estava em condições de suportar.” (Leite & Savi, 1981, p.5).

organização do mercado de trabalho. É a isto que responde a promulgação da Lei 5692/71, que, como já indicamos, apresenta dois pontos fundamentais: a extensão da escolaridade obrigatória (1º grau) e a generalização do ensino profissionalizante no 2º grau.

Assim, o governo militar procura mostrar que ele compartilha de um real interesse em melhorar o ensino primário e médio, e, através destes, melhorar as condições de vida das grandes massas. Jarbas Passarinho, quando ocupava a pasta da Educação, enfatizava este aspecto:

“O desafio é duplo. De um lado, modernizar a Educação em todos os aspectos —em seus fins, em seu conteúdo, em seus métodos, em sua inspiração geral—, dela fazendo para os cidadãos um instrumento eficaz na busca da felicidade e, para a Nação, um real fator de trabalho, de paz, de progresso. De outra parte, proporcioná-la assim melhor a um número cada vez maior de brasileiros —e a todos num estágio básico de estudos comuns, que se amplia— como requisito para sua verdadeira inserção na comunidade nacional (...) constata-se com nitidez a preocupação de que o ensino propicie a formação básica da personalidade, dando ao aluno condições de auto-realização e, ao mesmo tempo, possibilitando-lhe uma participação

social efetiva e harmoniosa pelo exercício consciente da cidadania e pela capacitação real para uma atividade profissional.” (Passarinho, 1973, p.11).

A Lei 5692 assume uma configuração mais radical no que diz respeito à preparação para o trabalho. Neste caso, a tensão percebida entre técnicos e educadores se refere à ênfase emprestada ao ensino profissionalizante. Enquanto para aqueles, como esclarece a citação de Jarbas Passarinho, ela é fundamental para a construção do “homem integrado”, para esses ela funciona como mecanismo de aprofundamento das desigualdades sociais.

A alfabetização de adultos, além do ensino voltado ao trabalho, tem como principal objetivo formar eleitores. São vários os programas elaborados entre 1967 e 1973, tendo como principais o Mobral, o Projeto Minerva e a Televisão Educativa.

Durante o governo militar, a “parada” é ganha pelos técnicos que, através de suas ações conseguem convencer a população que a educação está melhor sob a “batuta das espadas” do que estava antes. Todavia, já em 1982, os educadores voltam a exercer papel privilegiado no C.F.E., promovendo ações que levaram à reformulação do ensino profissionalizante e ao aumento de importância do ensino das disciplinas ligadas à crítica social, como História, Filosofia, Sociologia etc.

De qualquer forma, conforme pensamos ter indicado, as mudanças no processo de ensino no Brasil no período autoritário tinham um endereço bastante claro: legitimar um

regime de base militar através da integração social promovida pela educação para o trabalho.

SANTOS, Marcelo Gonzaga dos. *Education and Brazilian Authoritarian Regime, 1964-74*. Ensaio de História, Franca, v.2, n.1, p.25-37, 1997.

ABSTRACT: The idea of this article is that the educational legislation as much as the government plans to the area reflect the continuities and the changes on the political system. Therefore, using as base its analysis, it is possible to estimate the specific role of the military actor in the scenery of the production and transmission of the legitimacy, here limited from 1964 to 1974.

KEYWORDS: Brazil, military regime, educational politics, legitimacy.

Referências Bibliográficas

- BRANCO, H.C. Discurso de Abertura da Primeira Conferência Brasileira de Educação. Documenta, Rio de Janeiro, v.36, p.112-3, abr. 1965.
- CUNHA, L.A. Educação e desenvolvimento social no Brasil. 7.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- CUNHA, L.A., GÓES, M. O golpe na educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- DOCUMENTA. Brasília, Conselho Federal de Educação, 1964-74, n.22-169.
- GARCIA, W.E. Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento. 3.ed. São Paulo: Mc GRAW-HILL, 1978.
- GERMANO, J.W. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993.

KUENZER, A. et al. Planejamento e educação no Brasil. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Magistério. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 1972.

LEITE, M.R., SAVI, R.C.B. Ensino de 2º grau profissionalizante. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.36, p.3-26, 1981.

PASSARINHO, J. Aspectos do ensino de 1º grau. Brasília: MEC, 1973.

PELLANDA, N.M.C. Ideologia, educação e repressão no Brasil pós-64. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

PRADO JÚNIOR, B. et al. Descaminhos da educação pós-68. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RAPSÓDIAS DO AUTORITARISMO EM FRANCA

Sauloéber Társio de SOUZA*

RESUMO: Este artigo busca mostrar que Franca, mesmo longe dos centros de indústria e de poder do país, foi incluída na política repressora do governo autoritário que se estabeleceu no Brasil, a partir de 1964. A cultura do medo disseminada nesta cidade do interior paulista moldou a elaboração da resistência que se manifestava de variadas formas, marcando profundamente a vida nos anos 60.

UNITERMOS: rebeldia, autoritarismo, repressão, Franca, resistência.

A década de 60 concentra agitações em excesso no cenário político nacional. O país viu seis presidentes se sucederem no poder, dentre os quais três eram civis (JK, Jânio e Jango) e outros três militares (Castelo, Costa e Silva e Médici). Os reflexos destes desvios políticos refletiram-se, com maior ou menor intensidade, em todo o Brasil. Franca não ficou imune às conseqüências do autoritarismo implantado em 64, sofrendo reações proporcionais à sua participação no âmbito nacional. Trabalhamos neste artigo algumas impressões de vida daquele período, buscando

* Graduando em História. Orientador: Moacir Gigante.

observar como Franca se alinhou à mentalidade dos anos 60, enfatizando, principalmente, o terror instituído através das cassações, prisões, mortes etc.

Como se posicionaram as autoridades francanas frente ao 31 de março de 1964? A maioria das manifestações dos políticos na tribuna municipal foi de total apoio ao movimento, evidenciando que as lideranças políticas francanas mostraram-se favoráveis à nova direção que o Estado brasileiro tomava. Atentemos a ata da 11ª Sessão de 64, que consideramos bastante relevante, como ilustração daquele acontecimento:

"Ata da 11ª. Sessão Ord. da Câm. Municipal de Franca - Em 13 de abril de 1964 (...) 'Senhores Vereadores: Ao abrir a presente sessão, cumpre-me dirigir a V.V.Excs. uma palavra de advertência. Vive o país dias dramáticos, resultante de uma revolução que traz em seu bojo o sentido de uma corajosa tomada de posição em face da marcada deterioração do princípio de autoridade e de acelerado processo de comunização que vinha corroendo os alicerces da nação, em todos os ramos da atividade humana e constituindo séria ameaça às tradições cristãs do nosso povo, amante da liberdade e cultor da democracia."

Este temor ao comunismo, que representava uma ameaça "às tradições cristãs" e à "democracia" (utilizando as

palavras do senhor presidente da Câmara), revelava o medo real vivido pelas elites: a ameaça contra a propriedade privada.

O discurso populista de Jango sobre Reforma Agrária e distribuição de renda era um fantasma que atormentava as mentes dos poderosos. Assim, a tomada do Estado pela "revolução corajosa" visava padronizar o discurso político nacional através da coerção militar, afastando qualquer outra alternativa revolucionária e, contraditoriamente, encerrando o discurso populista em nome da liberdade e da democracia.

O reflexo deste autoritarismo na Câmara Municipal de Franca pode ser notado pelo pedido de moderação de palavras e atos, feito pelo senhor presidente:

"considerando que a situação política do país é extremamente grave e está a exigir de todos prudência e moderação no pensamento, palavras e atos; (...) considerando que toda e qualquer manifestação ou discussão a respeito do governo passado é, a esta altura, intempestiva, dada a instauração de uma nova ordem institucional, nascida da congregação do Povo e Forças Armadas que num momento de excepcional inspiração democrática e cristã souberam rechaçar a arremetida do inimigo traidor; considerando que o governo passado já está hoje condenado pela opinião pública estarecida com a penetração

comunista que vinha operando em todos os setores governamentais".

A condenação do governo Jango pela opinião pública foi habilmente elaborada pela mídia que compactuava com os grupos dominantes e que colaborou expressivamente na deposição de João Goulart e seu grupo. Mesmo no interior do país, a penetração da mídia de massas —via rádio— era significativa. Na mesma ata, encontramos manifestações fervorosas de apoio ao novo regime e aos líderes da "revolução", militares ou não:

"Expediente 6= requerimento do sr. João Cândido Faleiros, para que se envie mensagem de congratulações ao Gal Humberto de Alencar Castelo Branco, por motivo de sua eleição para o honroso cargo de Primeiro Magistrado da Nação."

Assim que o PTB e sua aliança "oculta" com os partidos de esquerda foram eleitos inimigos número um do país, as cassações se iniciaram e houve uma grande debandada de vereadores, deputados, senadores daquela legenda. Em Franca, tivemos uma acalorada discussão:

"Esgotada a matéria do Expediente, (...) Ivom Rodrigues Pereira que, ocupando a tribuna diz entre outras coisas: Nesta altura, nesta noite e nesta Casa considero-me desligado do Partido Trabalhista Brasileiro, legenda pela qual

obtive 317 sufrágios (...) até que se faça uma limpeza total em todo o PTB do Brasil, pois lamentavelmente aquele Partido era realmente um ninho de inimigos da Pátria e comunistas declarados (...) Congratulo-me com o Gal do Exército Humberto de Alencar Castelo Branco pela sua vitória à Presidência da República. Quem leu sua Biografia, quem se relembra da 2ª Guerra Mundial, lembra-se desse bravo cabo de Guerra nas lutas pela democracia nos campos de batalha da velha e tradicional Itália. Nas mãos deste bravo brasileiro está a garantia do regime democrático no Brasil, sem intromissão vermelha (...) Cita o orador o caso do projeto de lei de sua autoria dando a denominação de Presidente Kennedy à Estação Rodoviária de Franca, como homenagem ao campeão da democracia no mundo e outros."

A preocupação do então vereador, Ivom Rodrigues Pereira, de aproximar-se das figuras de Castelo Branco e Kennedy explicita os personagens que estavam por trás da aliança vitoriosa: militares conservadores e capital multinacional-associados. Mas a atitude deste vereador acirrou os ânimos do plenário:

"Dada a palavra ao Edson Ferreira de Freitas este recrimina a atitude tomada

pelo sr. Ivom Rodrigues Pereira, desligando-se da legenda partidária PTB pela qual foi eleito vereador, que na qualidade de vereador pela mesma legenda jamais abandonará sua agremiação partidária aconteça o que acontecer."

A polarização das idéias era bastante evidente, e as lideranças locais também viram nas cassações a possibilidade de eliminar seus inimigos políticos e logo apoiaram o terror instituído, como vemos nesta passagem:

"7= requerimento do sr. João Cândido Faleiros, para que se officie ao sr. Dr. Adhemar de Barros ao sr. Presidente do Senado e Ministros Militares, pedindo a cassação dos direitos civis e políticos de todos os comunistas fichados no DOPS bem como cassação dos mandatos dos vereadores, deputados federais e estaduais da mesma ideologia. Com a palavra, o sr. Lancha Filho manifesta-se favoravelmente à aprovação do requerimento, entendendo que a esquerda deve ser combatida para a total consolidação do regime democrático em que sempre vivemos e o que nos convém pelo espírito cristão de nossa gente (...) Franca, 20 de abril de 1964."

Como evidencia este documento, 64 passa a ser o

marco para a emergência da política do terror, porque essa data indica também o momento em que se iniciaram os julgamentos realizados pela justiça militar, que substituiu a polícia civil nos chamados "crimes políticos". O AI-2, promulgado por Castelo Branco, extinguiu os partidos políticos, colocando milhares de militantes na clandestinidade, e criou mecanismos que impediam a reorganização das agremiações e partidos políticos, dificultando a possibilidade do engajamento à causa revolucionária¹.

Neste primeiro momento, a repressão atingiu comunistas históricos e nacionalistas expoentes da oposição. Isto foi suficiente para que, por exemplo, desaparecessem as discussões sobre a conjuntura política nacional dos plênários dos governos de todos os níveis. Tal fato ficou evidenciado na leitura das atas da Câmara Municipal que silenciaram em torno de debates sócio-econômico e políticos do país, a partir de 64.

Com a promulgação do AI-5, 1964 parecia se reeditar e com mais força, pois a violência da repressão tendeu a se orientar, no pós-68, de maneira mais aparelhada para enfrentar os grupos da luta armada que reagiam violentamente contra o militarismo que fazia da presidência da república um assunto

¹ Segundo Pietrocolla, 1964 foi o momento em que a violência política se impôs. Uma demonstração disto foram as cerca de 50.000 pessoas (Skidmore, 1989, p.58) que foram presas, nos dez dias que se seguiram à deposição de Jango e à instalação de Castelo Branco no poder. A maioria delas foi colocada em liberdade dois ou três dias depois. Assim, o medo, admitido ou não, começou a ser incorporado pelas pessoas desde 1964, orientando os destinos enquanto elemento organizador da vida e da subjetividade das pessoas, momento em que o Estado visou à supressão ou submissão de elementos opositores.

de quartel. Neste segundo momento, o aparelho repressivo tornou-se mais eficiente para enfrentar a oposição que também era qualitativamente diferente.

Após 1969, o terror e a delação tornaram-se práticas comuns incentivadas pelo Estado de Segurança Nacional. Sob forma de panfletos, eram distribuídas orientações aos cidadãos brasileiros. Os novos mandamentos constituíam o "Decálogo da Segurança", instigando a população a vigiar todas as pessoas, desconfiar de todos e a delatar, tendo a garantia do governo de que seria mantido o anonimato do delator. As acusações de atividades subversivas não careciam de muitas provas, e uma simples suspeita era motivo para uma devassa ou para um IPM. Assim, o terror acabou por atingir a sociedade como um todo. Os rumores, as notícias desencontradas, as delações disseminavam o medo e contribuíam para enfraquecer moralmente os indivíduos, deixando-os vulneráveis, em muitos casos, à sujeição do novo poder de Estado.

Os efeitos coercivos da prática repressora também tiveram suas conseqüências na pequena Franca. Vejamos o depoimento de um diretor de escola sobre a repressão:

"não se podia falar, né, o que a gente pensava, o que a gente sentia, então, nós estávamos proibidos de falar, (...) esses menos graduados eram os piores, os mais temerosos, né, então, a...a era...a gente precisava ter um cuidado enorme em falar as coisas, assunto político, por exemplo, perto de um...um soldado raso (riso), porque, ele achava que ele era

alta autoridade, né, isso era um perigo (...) a gente ficava apreensivo, né, com essas prisões arbitrárias, inclusive, moços aí, às vezes, eram pegos na rua aí, e eles mandavam por a mão no muro, encostar no muro, por a mão pra cima, e davam busca, não sei porque, aconteceram essas coisas, davam busca em gente aí na praça pública, sentados no banco, em horas de lazer..."

(Depoimento do professor Sidnei Rosa Nascimento, ex-diretor da escola pública "Coronel Francisco Martins").

Este depoimento mostra que mesmo aqui na cidade interiorana afastada das grandes agitações políticas, a PM sabia que as "buscas" demonstravam sua força e tinham simbolismo bastante representativo sobre a mente da população francana, disseminando a apreensão e a insegurança, demonstradas na fala do entrevistado. Contudo, em Franca, tais demonstrações de força, não se resumiram às "buscas". As prisões e as torturas recaíram sobre um grupo de simpatizantes do PCB (partido na clandestinidade) que, em sua maioria eram estudantes secundaristas ou universitários das escolas da cidade. Tal fato repercutiu muito em toda a sociedade. Os acusados foram considerados pela justiça militar como presos de alta periculosidade:

"Os elementos em questão, sem dúvida alguma, integravam uma célula comunista, com a finalidade de atentar contra a estrutura política-social vigente,

tendo recebido do acusado Stoiano material de natureza subversiva, exemplares do jornal 'A Voz Operária', praticaram pixações nas paredes e muros nas cidades onde residiam e chegaram mesmo a fazer exercício de tiro, preparando-se, assim para futuras investidas terroristas. Entretanto, a repressão policial, prendendo o acusado Constantino Stoiano, desarticulou mais esse grupamento subversivo, impedindo assim, a concretização do seu escopo, vale dizer, a tomada do poder."²

Como vemos, todo o aparelho de Estado havia se especializado na produção do terrorismo. Segundo o depoimento de um dos acusados em 70, a arbitrariedade sobre os estudantes francanos marcou aquele período:

"e o que se buscava com aquelas reuniões era uma forma de participação no sentido de conscientizar as pessoas para lutar contra a ditadura militar e estabelecer uma ordem democrática no país. Nunca saiu desse âmbito (...) e que

² Acusação feita pelo Procurador de Justiça no ano de 1970, alegando infração a Lei de Segurança Nacional. O jornal A Voz Operária denunciava a aliança estabelecida no poder e seus interesses que não eram os nacionais. Bradava-se por liberdade e contra o militarismo que dia após dia mostrava ganhar força. O editorial deste jornal, de outubro de 69, foi utilizado como prova da subversão do grupo referido acima. Este documento é parte do Processo 49/70, encontrado no Arquivo Municipal.

teve também, um âmbito restrito, não chegou a ameaçar o *status quo* da Franca, como se colocou na época (...) Então... era a manifestação de força da arbitrariedade mesmo, né, daquele momento, e refletia a arbitrariedade no país como um todo"

(Depoimento do professor Wanderley Ferreira Fontelas, que era aluno da FFF-Faculdade de Filosofia de Franca entre 66 e 69).

Outros documentos de defesa levantados em nossa pesquisa no Arquivo podem ilustrar até onde ia o despotismo da ditadura. O professor Alfredo Henrique Costa, que era à época proprietário do jornal Comércio da Franca foi preso e acusado de subversão. Neste processo da justiça militar, encontramos um documento de apoio ao professor, elaborado e assinado por membros do Rotary (médicos, microempresários, servidores públicos de alto escalão etc.), demonstrando que a arbitrariedade não poupava nem mesmo aqueles que, historicamente, colaboravam com a manutenção da ordem vigente. Isto é evidenciado por outro documento no processo de defesa do professor Alfredo onde o Rotary agradecia seu engajamento na "Campanha Civismo no Rotary":

"Caro companheiro Alfredo Henrique Costa: Como presidente (...) quero felicitá-lo, como membro integrante daquela Comissão, pelo êxito de que se revestiu a campanha feita junto a todos

os estabelecimentos de ensino primário e médio desta cidade e região, no sentido de difundir conhecimentos sobre o uso dos símbolos nacionais. Graças à sua iniciativa, pudemos fazer distribuir, através daquelas escolas, 15.000 folhetos intitulados 'A Bandeira Nacional', (...) atenderão plenamente aos objetivos da campanha sugerida pelo Gabinete da Presidência da República, numa honrosa incumbência atribuída ao Rotary."

Enfim, o professor Alfredo não parecia ser uma ameaça ao sistema, nem mesmo através de sua poderosa arma que era o jornal local. Este veículo de comunicação adotava uma linha conservadora vinculada aos grandes jornais da capital que, por sua vez, eram extremamente vigiados. Mesmo que as provas não fossem contundentes, sua prisão repercutiu em toda a cidade, exatamente como pretendia a PM: uma grande representação de força.

Em meio a tal atmosfera, as manifestações de civismo e de revolta contra a ordem vigente surgiam nos corações e mentes angustiados pelo autoritarismo, pela repressão, pela falta de liberdade. Franca também tinha seus poetas que, atentos às transformações de seu mundo, registravam suas impressões da vida. Em dezembro de 69 — lembremos que neste momento as prisões e torturas se intensificaram em Franca — a Lei Municipal n.1833 estabelecia o Hino da Franca, uma manifestação cívica, que revelava qual deveria ser o sentido do patriotismo, da devoção pelo interesse

público. Vejamos a seguir:

Hino da Franca

Música: Waldemar Roberto

Letra: Alfredo Palermo

Lei Municipal 1833 de 15/12/1969

I

Salve Franca, cidade querida
Áurea gema do chão brasileiro
Teu trabalho é uma luta renhida,
Sob a luz paternal do Cruzeiro
No sacrário de mil oficinas,
Teu civismo é mais santo e mais puro
Labutando é que a todos ensinas,
O roteiro de luz do futuro.

II

És florão da grandeza paulista
Semeada em teu chão feiticeiro:
Teu café em aléias se avista,
Soberano em seu reino altaneiro.
Salve Franca de tardes douradas,
Três colinas amenas, ridentes:
Relembrando tuas glórias passadas
Outras glórias sonhamos presentes!

Côro

Juventude, memoremos,
A bravura ancestral, e a pureza,
A beleza desta terra sem rival
Seresteiros, evoquemos
Um pretérito imortal
Pois, na presente grandeza
Fulge a grata certeza
De um porvir sem igual

Como podemos perceber, o Hino da Franca trazia em sua letra a exaltação do trabalho, da religiosidade, da tradição cafeeira, enfim, propunha um patriotismo regional cego, que praticamente, exigia a ausência do senso crítico em torno da realidade vivida no cotidiano. Salientemos que Franca tinha problemas de infra-estrutura, de desemprego e de fome. O hino, elaborado por um dos intelectuais mais tradicionais do período, parecia ter no início do côro um recado dirigido à

juventude. Esta não deveria perder a esperança no "porvir sem igual", e atentar para as consagrações do passado francano. O hino incentivava os seresteiros a cantarem o pretérito glorioso de Franca. Assim, o verde-amarelismo nacional teve sua versão local, pois, enquanto se exaltava a pátria onde "as praias (...) são mais formosas", em Franca se exaltava as "três colinas", as "tardes douradas" etc. Além disto, o apelo antigo à "virtude" de ser paulista não ficou de fora da poética do professor Palermo, autor do poema. Isto se constituiu em mais um sintoma de aproximação da política local à nacional, um tipo de "Brasil: ame-o ou deixe-o!" regional. Enfim um sentimento que deveria fazer vista grossa aos problemas, em nome da grande nação.

Mas tal comportamento nunca foi aceito sem que o povo desenvolvesse maneiras diversas de resistência. Como vimos acima, o terror resultante do medo perpassou a sociedade como um todo, mas instalou-se especialmente nas consciências dos indivíduos que viveram a experiência da perseguição na pele. E, como em Franca a maior parte dos presos eram estudantes, estes também elaboraram suas formas de resistências, que foram engendradas em grande parte no interior de uma cultura do medo no universo estudantil, marcadas pelas presenças da dor, do dilaceramento, mas também da esperança. Assim, não só o medo construiu a resistência. Trabalhamos algumas poesias do universo estudantil, que podem ser entendidas como um dos meios de resistência desenvolvidos naquele período, revelando parte das conseqüências daquela atmosfera altamente contraditória que se debatia entre o medo e a esperança e permeava as mentes dos estudantes. Atentemos aos seguintes poemas:

Poética e Publicação*

Antônio de Pádua e Silva

Poemas impublicáveis
desmaiam pó e gaveta
saídos de brusco duro
são porém necessários
bagunçam panfletando
a abominável ordem das coisas

tímidos de amor
se perdem no vago vago
e exercícios formais também
resta o poema alistado
voluntário
na margem esquerda da vida

Vão Razante*

Oscar Kellner Netto

Em meu bosque silente,
que é pássaros? do chilreio
dos pássaros? das fêmeas
dos pássaros? que é da
passarada do meu bosque?

ah! as aves?
elas não mais
têm paz
foram construídas
muitas gaiolas!

Retirada & Retirantes*

Randau de Azevedo e Marques

O crepúsculo põe ovos de
melancolia em nosso ninho
matutino, penso.
Senão arribarmos agora pouco,
mais um bando de aves
tristes nascerá, chocado por este ar
de vida insatisfeita e fim.
Aves tristes, muito tristes piscam
luto sem esperança de que primaveras
venham povoar ou salvar

o campo de cada dia,
convulsionado por um sentimento
de seca, sem espigas doiradas,
sem reverdecer de lenho,
sem até desejo de morrer
ou parir frutos sem rumo.
Companheiros de vôo guerreiro
oxalá nosso sul seja pródigo
em sementes, tristes,
mas sementes...

*Fonte: Jornal Comércio da Franca - Coleção do Museu Municipal, maio-julho/1968. Página Literária.

Estes poemas ilustram as preocupações e anseios daqueles "anos de chumbo". Percebe-se, claramente, as

alusões realizadas à falta de liberdade, de democracia. No primeiro poema vemos crítica à censura imposta pela "abominável ordem das coisas" ao ato de tornar público o que deveria ser público. Neste contexto, os "poemas impublicáveis", apesar de estarem "na margem esquerda da vida", portanto, na clandestinidade, se faziam necessários. Os outros poemas fazem, igualmente, alusão à falta de liberdade utilizando-se de metáforas. O terrorismo imposto fazia com que o "bosque" silenciasse, pois "as aves" haviam perdido "a paz", conseqüência das "muitas gaiolas" construídas. Mas não só o medo estava presente, o desejo de mudança também era declarado. Então, propunha-se aos "companheiros" a arribada imediata, para que a esperança não morresse e que, mesmo tristes, "as sementes" permanecessem para que "as espigas doiradas" e o "reverdecer de lenho" povoassem novamente o campo agora seco. Nota-se que o verdadeiro sentido do verde-amarelismo era percebido pelos estudantes que construíam suas maneiras de denunciá-lo. O medo e a esperança presentes nestas poesias revelam elementos culturais, identidades, subjetividades e particularidades, explicando esta forma de resistir que derivou do desejo essencial do ser humano de perseverar-se na sua existência.

É no esforço de autopreservação e escolha do melhor para si que os caminhos se construíram. Nos anos 60, a resposta da ditadura aos caminhos construídos pela oposição foram as invasões de sindicatos, as prisões de políticos, jornalistas, artistas e estudantes. Nestes anos, um espírito de politização e consciência da necessidade de transformação da realidade social eram reais em determinados setores de nossa sociedade. Respirava-se o político: a participação, a militância e o engajamento no processo de reconstrução social eram as

palavras de ordem. Esse comportamento significava a transformação do egoísmo e do individualismo próprios da modernidade na paixão pelo interesse geral, pelo bem público, o que batia de frente com os interesses do novo Estado. É óbvio que existiam os interesses individuais, mas o que alimentou a organização dos grupos para a luta de oposição, no pós-64, foi o interesse comum. Nos mais longínquos cantos do Brasil, diferentes setores profissionais, culturais e artísticos da sociedade se mobilizavam em torno da participação e da militância. Este fenômeno foi provocado em parte pela própria mídia de massas que pela sua abrangência reduzia as distâncias, acelerando o fluxo de informações, provocando a mobilização em cascata. Em Franca, temos um exemplo claro disto: quando da morte de um estudante durante uma manifestação pública a favor da liberdade, no Rio de Janeiro, houve uma passeata de repúdio a tal atitude na área central da pequena cidade interiorana.

A violência atingia os rebentos da classe média que passava a ser um elemento social formador de opinião pública. A mídia não podia ignorar este fato. Mesmo em Franca, vemos esta abertura através do poema *Toada da Morte do Menino*, publicado no jornal *Comércio da Franca*, que faz referência à morte do estudante, sendo uma evidência da aproximação da atmosfera local em relação a nacional.

Percebemos que o medo era real, porque o perigo era real. Tal sentimento era introjetado e nem sempre aparecia, mas mesmo de modo invisível orientava caminhos. O medo tornava-se irreconhecido, muitas vezes abafado pelo sonho revolucionário e sustentado pela esperança. Assim, o medo, decorrente da perseguição, disputou com a esperança — fonte da disposição revolucionária — um espaço no centro afetivo

do revolucionário que passava a ser a política. O poema de Edinho ilustra de maneira bastante clara o universo conflitante dos jovens daquele período que tiveram seus sonhos enterrados mediante a violência instituída.

Toada na Morte do Menino*

Edinho

Em março é belo o poente	Medo embaça a claridão
No alto do Boqueirão:	Era um menino ou bandido?
A água fica vermelha	Era estudante ou ladrão?
A praia cor-de-limão!	Trazia livro ou granada
A paz é quase infinita	Na simples definição?
Luz e sombra em profusão!	Carrasco que foi à cena
Mas quando chega a notícia	Trouxe a resposta na mão,
Vira tudo cerração.	Herodes do Calabouço
Dá vontade quebrar pedra	Tripudiou sobre João:
Na cabeça da nação,	Salomé dobra a mortalha
Vontade quebrar viola	(com incrível decisão)
No peito da ingratidão	E a cabeça do menino
Por aqueles aves mansas	Fica exposta no balcão!
Feridas no coração	Morto, talvez, pra que alguém
Pelos balaços de ódio,	Possa, um dia, dizer não!
De repente, sem razão...	Numa Pátria onde a verdade
Em março é belo o crepúsculo	Tem correntes como um cão,
No morro do Boqueirão:	Quem morre por liberdade
Com suas águas-vermelhas	Quase nunca morre em vão!
Com sua praia-limão!	Em março é triste o poente
Mas o pranto apaga tudo,	Na praia do Boqueirão...

*Fonte: Jornal Comércio da Franca - Coleção do Museu Municipal, maio-julho/1968, Página Literária.

Mesmo as pequenas cidades do interior recebiam as "boas novas" vindas de longe. A contestação aos governos de várias partes do mundo, o aparecimento dos "hippies" ou dos "panteras negras" nos EUA também ecoavam de alguma

forma em terras francanas. Veja como o poema abaixo demonstra isto:

Psico-Idílica*

Dante B. Finati

maravilhoso maconhal maldito
nele
fazer o amor
e
ele
ele esse
ele esse de

*Fonte: Jornal Comércio da Franca - Coleção do Museu Municipal, maio-julho/1968, Página Literária.

A alusão ao sexo e às drogas revela um posicionamento ideológico da juventude daquele momento, tendo por detrás o anseio pela liberdade e o desejo por livrar-se das amarras impostas pelo sistema, favorecedores de mudanças numa dimensão cultural mais ampla. Contudo, a violência construiu uma cultura do medo, no interior da qual foi permanente o embate entre o medo e a esperança. A organização da resistência (de qualquer tipo) surgiu da dor, do sofrimento e, algumas vezes, e autopreservação e da sobrevivência. Tais sentimentos fundados no medo (como o medo do outro, por exemplo, que era o medo daqueles que não compartilhavam da mesma compreensão política) permeavam a experiência daqueles indivíduos perseguidos, mas a esperança manifestava-se na permanente recriação de seus vínculos desfeitos, de novas aprendizagens e de reinserção social (no caso daqueles presos ou exilados).

Em alguns momentos, a repressão obteve sucesso sem matar diretamente, porque à medida que as notícias sobre

torturas iam sendo divulgadas, afetavam toda a sociedade, provocando uma espécie de transe que resultava na apatia e na passividade sociais. Assim, o projeto do capitalismo monopolista no Brasil pôde prosseguir sem problemas de ordem política, avançando sobre todos os setores sociais numa grande empreitada de acumulação do capital, baseada na super exploração dos trabalhadores de todos os níveis. Ficou evidente que Franca, apesar de suas especificidades, não permaneceu imune à nova orientação que havia se estabelecido no poder, a partir de 64, cuja marca foi a repressão.

SOUZA, Sauloéber Társo de. *Rapsodies of the authoritarianism in Franca*. Ensaio de História, Franca, v.2, n.1, p.39-59, 1997.

ABSTRACT: This article shows that Franca, even staying far from the centers of industries and power of the country, was included in the political repression of the authoritarian government established in Brazil, since 1964. The "Terrorism Culture" disseminated through this little city made the resistance, that was perceived by many ways inside the society and this made the difference during the sixties.

KEYWORDS: Authoritarian, Franca, resistance, terrorism, culture. The 1960s.

Referências Bibliográficas

DECCA, E.S. de. A revolução acabou. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.10, n.20, p.63-74, 1990.

DREIFUSS, R.A. 1964: a conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCIA, R.A.G. Migrantes mineiros em Franca. Franca: UNESP, 1997.

PIETROCOLLA, L.G. Anos 60/70: o viver entre parênteses. A perseguição política aos revolucionários e suas famílias. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – FFLCH/USP.

SKIDMORE, T.E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VANGUARDAS INTELECTUAIS LATINO-AMERICANAS:
Mariátegui e Haya de La Torre, 1918–30

Patrícia Renata de TOLEDO*

RESUMO: Na década de 1920, a cultura política da América Latina foi influenciada pelas idéias modernistas produzidas logo após a Primeira Guerra Mundial. Mariátegui e Haya de La Torre foram dois importantes representantes desta geração. Eles deram à vida política latino-americana uma nova direção, em virtude de sua produção intelectual e de sua ação política.

UNITERMOS: reforma universitária, modernismo, marxismo, APRA.

A Reforma Universitária na América Latina, efetuada no período compreendido entre 1918 e 1930, promoveu a formação da chamada “nova geração”, composta por intelectuais que emergiram no cenário cultural influenciados pelas idéias modernistas que repercutiam em todo mundo naquela época. Estes jovens intelectuais construíram um novo pensamento social e político que ficou registrado em suas elaborações teóricas, assim como na literatura e nas artes modernistas depois da Primeira Guerra Mundial.

* Graduanda em História. Orientador: Alberto Aggio.

O pensamento modernista latino-americano da década de 1920 assimilou parte da cultura europeia do mesmo período, caracterizando-se, contudo, de forma autóctone, já que revitalizou as raízes americanas, propondo modelos alternativos de mobilização política e criação artística. Héctor Alimonda caracterizou este momento histórico como “a hora americana”, afirmando que “é por esse caminho que irão marchar as vanguardas intelectuais do continente” (Alimonda, 1983, p.11).

As tradições marxistas e socialistas adquiriram peso suficiente com a contingência das lutas políticas, promotoras do reconhecimento do sentido popular implícito na tarefa desta geração, que visava, basicamente, estabelecer o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da América Latina.

De acordo com o que foi dito acima, a “nova geração” era composta por intelectuais de diversas áreas do conhecimento, assim como artistas e literatos. Contudo, optamos por apresentar alguns pontos da produção intelectual e ação política de dois representantes desta geração, ou seja, José Carlos Mariátegui e Vítor Raul Haya de La Torre. Esta opção foi feita em virtude da atuação dos mesmos como lideranças do movimento estudantil em Lima, pela Reforma da Universidade de San Marcos. Estes dois jovens intelectuais, como protagonistas do movimento reformista universitário, efetuaram uma forte oposição ao governo de Augusto Bernardino Leguía, presidente do Peru, que naquele período (1919–30), governava de forma ditatorial.

Mariátegui e Haya de La Torre conduziram manifestações populares significativas, como greves operárias, mobilizações em eventos importantes, como a celebração do

centenário da independência, com a participação de celebridades estrangeiras, e, finalmente, a manifestação grandiosa contra a consagração da República ao Coração de Jesus, na qual várias pessoas foram mortas. A despeito de toda repressão sofrida pelos manifestantes, estes conseguiram conter tal arbitrariedade do presidente em conjunto com o alto clero e os empresários estrangeiros.

Os dois intelectuais discutidos neste artigo também lideraram a efetivação de projetos político-culturais importantes, como a criação das universidades populares, instituição de ensino superior freqüentada por operários. Simultaneamente a estes movimentos populares citados aqui, os protagonistas da reforma universitária no Peru modificaram substantivamente a constituição política da universidade. Assim, dispensaram, por meio de pressão junto ao reitor, os professores medíocres, passaram a participar do governo da universidade e renovaram métodos e técnicas de ensino.

A reforma universitária de Lima seguiu o modelo da reforma universitária de Córdoba (Argentina), movimento dirigido por estudantes filhos das camadas médias urbanas que procuraram ingressar a universidade na modernização que caracterizou o país na década de 20. Os estudantes de classe média ansiavam também por melhorar a qualidade de ensino para que pudessem estar melhor preparados para ingressarem no mercado de trabalho, já que, como se sabe, o diploma universitário constituía um veículo de ascensão social.

Tendo em vista a maneira pela qual os intelectuais a que estamos nos referindo iniciaram suas trajetórias políticas, passamos, neste momento, a refletir sobre eles. Mariátegui apresentava uma ampla visão política, rara para o seu tempo, já que se utilizava da herança marxiana com uma grande

flexibilidade, sendo capaz, em suas elaborações teóricas, de adaptar o socialismo à realidade de sua terra. Segundo Héctor Alimonda, Mariátegui se posicionava a favor da formação, entre os indígenas, de intelectuais orgânicos. Para Mariátegui tais intelectuais adviriam de uma massa de “indivíduos que emigraram para a cidade e que podem ser preparados para voltar a suas comunidades e fazer propaganda das idéias socialistas. Nesta perspectiva toda proposta de transformação socialista da sociedade peruana tem a seu favor a sobrevivência do regime comunitário indígena” (Alimonda, 1983, p.70).

Segundo Richard Morse, ao estabelecer-se na Itália por três anos e meio, Mariátegui observou e participou da vida européia, sendo este o segredo da sua penetração intelectual. Na Itália, de acordo com o referido autor, José Carlos Mariátegui enxergou a verdadeira luz da teoria marxista, que antes considerava “confusa, pesada e fria” (Morse, 1988, p.104).

Mariátegui, influenciado pelo filósofo italiano Benedetto Croce, construiu uma visão voluntarista e vitalista do marxismo. Indicações de Croce levaram-no a ler Sorel e neomarxistas como Gramsci e Lukács. Estes intelectuais, juntamente com Mariátegui concebiam o marxismo como possibilidade vigente, graças à paixão e à imaginação. De acordo com Alimonda, “disso resulta a necessidade do mito, essa resposta que José Carlos Mariátegui encontra em Sorel para a pergunta feita por Gramsci: como suscitar uma vontade nacional e popular?” (Alimonda, 1983, p.37).

Mariátegui via a Europa com olhos americanos e não desejava “alcançar” este continente, mas, nas palavras de Morse, “desmascarar o espírito crepuscular e decadente do

mundo burguês” (Morse, 1988, p.107). A Europa significava para Mariátegui uma lição e não um paradigma. Por alcançar esta conclusão, Mariátegui conseguiu romper com a dependência intelectual.

Embora tenha ingressado nas fileiras do APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), Mariátegui rompeu com Haya, fundador desta frente popular, porque, ao contrário dele, defendia um processo político que partia “de baixo”. A constituição do APRA como partido, segundo Mariátegui, impediria a permanência autônoma de uma tendência socialista.

De 1914 a 1918, Mariátegui publicou textos jornalísticos com o pseudônimo de Juan Croniqueur. A partir de 1918 passou a escrever na revista *Nuestra Epoca*. Em 1926 fundou a revista *Amauta*. Em 1928 escrevia para o periódico *Labor*, utilizado para a luta proletária. Mariátegui fundou o Partido Socialista Peruano, e manteve relações conflituosas com as Internacionais Comunistas assim como, internamente, com o governo de Leguía. Em 1930, resolveu deixar o país e estabeleceu vínculos com intelectuais argentinos, morrendo neste mesmo ano em um hospital de Lima.

Segundo Morse, o mérito de Mariátegui foi “ter formulado o pensamento marxista, engajando-o de forma mais conseqüente na cultura política da Indo-América. Com isso ele mostrou (...) porque o liberalismo não havia conseguido renovar atitudes e instituições coloniais, e seu uso de termos como ‘demo-burguês’, ou ‘demoliberal’, sugere que não fazia nenhuma distinção marcada entre liberalismo e a democracia ocidental. Cabe indagar, porém, o quanto a inspiração croceana e soreliana de Mariátegui se aproxima das correntes

principais do marxismo e neomarxismo” (Morse, 1988, p.109).

Depois de refletir sobre Mariátegui, passamos a analisar alguns pontos referentes ao pensamento e ação política de Haya de La Torre. Segundo Oliveiros Ferreira, ele era um político da Ordem. Considerava que as sociedades periféricas não seriam transformadas antes de vencerem as etapas econômicas e sociais superadas pelas sociedades hegemônicas (Ferreira, 1971, p.152).

Desta forma, o imperialismo era, para Haya, a primeira fase do capitalismo nos países periféricos. Haya de La Torre procurou negar dialeticamente a contribuição doutrinária da Europa e permitir o desenvolvimento da América Latina no interior do capitalismo internacional mediante uma adequação teórico-prática. Ele não quis negar o legado da cultura européia, mas adequá-lo à realidade americana.

O APRA, partido fundado por ele, procurou abarcar todas as classes sociais. Haya rompeu com as internacionais e com o marxismo porque para ele essa doutrina européia não era o motor da luta antiimperialista. De acordo com Oliveiros Ferreira, seu pensamento tornou-se utopia, já que negou o contubérnio oligárquico-imperialista e defendeu o capitalismo de Estado, assim como tornou-se ideologia, por reconhecer e respeitar as leis de expansão do capital (Ferreira, 1971).

Para Haya, sua geração deveria liberar-se do colonialismo mental da Europa e os trabalhadores intelectuais e manuais deveriam se unir em prol da empresa democrática. Em consequência dos conflitos com Leguía, já citados, Haya de La Torre, foi exilado do Peru, fundando o APRA em diversos países latino-americanos. Em 1930, Haya

transformou o APRA em partido, disputando diversas eleições presidenciais até a década de 1960.

Mariátegui e Haya de La Torre compartilharam do desejo de construir uma nova sociedade peruana, utilizando, para tanto, da militância político-cultural para mobilizar as massas operárias e camponesas. Desta forma, estes intelectuais tiveram muita importância enquanto representantes de uma “nova geração”, promotora de uma modernização intelectual e política para a América Latina, que buscase a superação dos modelos tradicionais, vigentes nas primeiras décadas do século XX.

TOLEDO, Patricia Renata de. *Latin American Intellectual Vanguard: Mariátegui and Haya de La Torre, 1918–30*. Ensaios de História, Franca, v.2, n.1, p.61–68, 1997.

ABSTRACT: On Twenties, the politic culture in Latin America was influenced by modern ideas produced immediately after the first great war. Mariátegui and Haya de La Torre were two important representative of this generation. They gave to the Latin American politic life a new direction, because of their intelectual production and their politic action.

KEYWORDS: university reform, modern thought, new generation, marxism, APRA.

Referências Bibliográficas

- ALIMONDA, H. José Carlos Mariátegui. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FERREIRA, O. Nossa América: indoamérica. São Paulo: EDUSP, 1971.
- MORSE, R. O espelho de Próspero: cultura e idéias na América. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ARTIGOS/ARTICLES

TEATRO BRASILEIRO: ANOS DE REBELDIA E REPRESSÃO

Juliana Ricarte FERRARO*

RESUMO: O teatro brasileiro, por muito tempo, foi a tradução de uma época e de um povo ou, pelo menos, tentava ser. Trataremos neste pequeno artigo do teatro nos anos de ditadura militar, um tempo de rebeldia e de censura. O artigo procura relacionar o teatro com a sociedade e a política na época.

UNITERMOS: cultura, teatro, ditadura, rebeldia.

Durante a Segunda Guerra Mundial, São Paulo, privada dos contatos com a Europa, começou um esforço para atualizar-se em termos culturais. Alguns profissionais do teatro europeu se estabeleceram no Brasil —Louis Jounet, Henriette Morineau e Zbignier Ziembinski—, iniciando a formação de jovens atores como, por exemplo, Fernanda Montenegro. Em 1943, Ziembinski monta a peça Vestido de Noiva, de Nelson Rodrigues, com a qual inaugura o Moderno Teatro Brasileiro.

* Graduanda em História. Orientadora: Hercidia Mara Facuri Coelho.

Com o intervalo democrático, no final do Estado Novo, o país parecia ingressar num tempo de liberdade democrática, que gerou um clima de entusiasmo e otimismo que se traduziria num período de efervescência cultural.

A proibição da peça *Álbum de Família*, de Nélson Rodrigues, em fevereiro de 1946, mostrou o limite desta “redemocratização” no Brasil. A peça foi classificada como um texto “indecente” e “doentio”, que “preconizava o incesto” e “incitava ao crime”. *Anjo Negro* (1946), também de Nélson Rodrigues, foi examinada por uma “comissão cultural” do Teatro Municipal. A avaliação desta peça definiu que seu único “inconveniente” estaria no papel principal, a ser interpretado por um negro que formava o par romântico com uma atriz loura. A peça só pôde entrar em cartaz em 1948, com o papel principal dado a um ator branco pintado de graxa. Nélson Rodrigues submeteu sua peça a esse racismo.

No espaço de 5 ou 6 anos, o país vê crescer as opções culturais com a multiplicação de salas de concerto e de espetáculos, inauguração de museus —o MAM (Museu de Arte Moderna) e o MASP (Museu de Arte de São Paulo)—, a fundação de Bienal Internacional de Artes Plásticas e a criação da Escola de Arte Dramática.

Enquanto uma parcela das elites paulistas e cariocas empenhava-se na fundação destes espaços e inauguravam companhias de teatro e de cinema, uma outra parcela da sociedade assimilava e adotava o modo de vida norte-americano, com seus padrões de comportamento e de cultura, difundido através dos meios de comunicação de massa.

O teatro nacional foi impulsionado por iniciativa de um empresário italiano, o engenheiro Franco Zampari que, em 1948, juntamente com o GTE (Grupo de Teatro Experimental)

fundou o TBC (Teatro Brasileiro de Comédia). Atendia-se ao desejo de atualização dos membros da elite paulista, insatisfeitos com o teatro produzido no Brasil.

Com a criação do TBC, se consolidou a dramaturgia nacional. Apesar do preconceito aos profissionais do teatro brasileiro, a Companhia lançava atores como Paulo Autran, Tônia Carreiro e Cacilda Becker.

Na década de 50, o Teatro e a Companhia se profissionalizam por completo. Os textos dramáticos encenados pelo TBC eram escolhidos pela qualidade artística ou pelo sucesso comercial que suas montagens haviam alcançado em Paris ou Nova Iorque.

Paralelamente, surgiam novas propostas na dramaturgia brasileira. Em oposição ao teatro proposto pelo TBC, apareceu o Teatro de Arena, inspirado em montagens de baixo custo encenadas nos Estados Unidos, e em novos métodos de interpretação, criados pelo ator e diretor russo Stanislavski.

O crescimento das artes brasileiras na segunda metade da década de 50, quando o Brasil passava por um período de estabilidade política e de grande desenvolvimento econômico, ocorria em meio a ambigüidades: em primeiro lugar, a arte voltada para a realidade social e a afirmação de uma cultura brasileira que contagiava dramaturgos, atores, cineastas, críticos e músicos, com as propostas de utilização da arte como instrumento de conscientização do povo brasileiro e, de outro, as correntes mais modernas da cultura de massa norte-americana.

Entrando na discussão da necessidade de um teatro conscientizador, Augusto Boal se insere no grupo Teatro de

Arena, que tinha essa proposta. O Arena lançou atores como Oduvaldo Vianna Filho e Gianfrancesco Guarnieri.

Eles Não Usam *Black-Tie*, de Guarnieri, alcançou enorme êxito quando apresentada em 1958, impedindo assim uma possível dissolução do grupo. Contagiados pelo sucesso da peça, os integrantes do Arena, promoveram, em abril de 1958, o 1º Seminário de Dramaturgia. Sob a coordenação de Augusto Boal, o seminário teve como meta discutir os rumos do teatro político no Brasil.

Com a Revolução Cubana, toda a América Latina, inclusive o Brasil, passou a discutir a luta contra a dominação política e econômica dos Estados Unidos, trazendo a tona as questões sociais e suas causas. Essa preocupação questionou um tipo de teatro, de cinema e de literatura que parecia eliminar esta temática e ignorar os dramas sociais. O Movimento de Cultura Popular projeta-se nacionalmente nos anos de 1962 e 1963, sendo bruscamente interrompido em 1964 com o Golpe Militar.

Nos anos 60, a UNE (União Nacional dos Estudantes) procurou aumentar a força de penetração do Movimento Estudantil, organizando assembleias e eventos político-culturais nos mais diversos pontos do país. Surge a idéia da organização de um circuito de teatro universitário e da criação dos CPCs (Centros Populares de Cultura). Os ideais dos CPCs eram a transformação da sociedade brasileira e da conscientização das massas, através de atividades intensas em diversas áreas culturais (oportunidade de produzir, editar e divulgar livros; filmes; canções e peças de teatro).

O grupo Oficina (1961) e outras companhias de teatro saídas do TBC procuraram encenar textos teatrais, fossem eles clássicos ou modernos, nacionais ou estrangeiros, mas que

discutissem e fizessem refletir sobre a realidade do país. “O operário não tem hábito (e muito menos os meios) de ir ao teatro. O teatro não atinge as grandes massas, principalmente aquelas menos favorecidas e que seriam mais receptivas a um teatro verdadeiramente popular.” (Sodré, 1980, p.113).

O Teatro de Arena levava ao teatro ao povo percorrendo fábricas, favelas, sindicatos, organizações de bairro e escolas. Era um retorno à sua antiga proposta, encenando principalmente: Eles Não Usam *Black-Tie* (G. Guarnieri) e A Mais-Valia Vai Acabar, seu Edgar (Oduvaldo Vianna Filho). O Oficina montava peças como: O Pagador de Promessas (Dias Gomes); Auto da Compadecida (Ariano Suassuna) e Pluft, o Fantasminha (Maria Clara Machado).

Com o golpe de 1964, a censura cortou algumas das mais expressivas manifestações da cultura brasileira, que estava, justamente, numa fase de grande desenvolvimento.

O Ato Institucional n.1 fez com que diversas organizações consideradas “subversivas” pelos militares fossem fechadas e tivessem parte de seus líderes presos. A UNE e os CPC’s foram dissolvidos e passaram a atuar na clandestinidade. A fim de driblar a censura e a repressão do regime, transmitiam suas mensagens implicitamente através do cinema, da música e do teatro.

O grande exemplo foi a produção e o sucesso do *show* Opinião, que consolidou uma forma de espetáculo de protesto, na linguagem de música e de teatro unidos. O sucesso do *show* fez com que, em 1965, o grupo Opinião se formasse e montasse, no mesmo ano, espetáculos como Liberdade, Liberdade (Paulo Autran, Thereza Raquel, Oduvaldo Vianna Filho e Nara Leão). O Teatro de Arena, no mesmo ano, usando a linguagem música e teatro, monta Arena Conta

Zumbi, com música de Edu Lobo e Arena Canta Bahia, com a música Procissão, do cantor baiano Gilberto Gil (Almeida, 1996).

O Ato Institucional n.5, de 1968 (e que durou até 1979), instalou uma censura mais intensa com a sua “operação arrastão”. Como todos os setores da sociedade, os artistas também foram atingidos. No dia seguinte à promulgação do AI-5, a peça Os Pequenos Burgueses (Máximo Gorki) foi proibida em São Paulo, voltando três meses depois, com a exclusão da Internacional, o hino comunista.

O teatro brasileiro, neste período, consegue consagração internacional, com as peças Morte e Vida Severina (de João Cabral de Mello Neto), Toda a Nudez Será Castigada (Nélson Rodrigues), que marcou época, Orfeu da Conceição (Vinícius de Moraes) e Navalha na Carne (Plínio Marcos).

No governo Médici (1969–74) a censura aumentava o seu controle. No teatro, Plínio Marcos foi o autor mais censurado com as peças Navalha na Carne e Dois Perdidos Numa Noite Suja. Até mesmo peças premiadas os órgãos do governo censuravam, ao exemplo de Rasga Coração (Oduvaldo Vianna Filho) e da peça infantil Aprendiz de Feiticeiro (Maria Clara Machado) e muitas outras peças que foram retiradas de cartaz após a estréia.

Na década de 1970 ganharam espaço as peças de teatro que criticavam de forma irreverente a massificação da sociedade de consumo e a repressão institucional, exercida tanto pela família quanto pelo Estado. O teatro permanecia como um reduto importante da contestação e da crítica à ditadura militar.

O Balcão, do dramaturgo francês Jean Genet, estreou

em São Paulo e provocou impacto, não só pela grandiosidade da montagem, mas também pela mordacidade do próprio enredo —uma reflexão sobre poder e corrupção.

A produção artística intelectual mais crítica restringia-se a um público de elite, o que contrariava os ideais e projetos dos grupos teatrais Oficina e Arena, pensavam Augusto Boal e Dias Gomes: “O teatro, em suas origens, foi uma arte comunal. Após a ascensão da burguesia o teatro foi sendo, aos poucos, subtraído ao povo, que a ele foi perdendo o acesso, por motivos óbvios.” (Sodré, 1980, p.113–4).

A televisão tornou-se o principal meio de comunicação popular, o maior veículo noticioso e de lazer de baixo custo, aumentando o abismo cultural entre as classes sociais do Brasil.

Na época da censura, vemos um teatro brasileiro persistente e atuante que teve por problema a retomada da liberdade, tanto do pensamento quanto a da expressão, sem a qual não há condições de um desenvolvimento cultural autêntico. Mesmo os grupos teatrais que procuraram atuar junto e para o povo, paradoxalmente não se mantiveram no eixo da cultura popular.

As deficiências da educação nacional, no seu mais amplo sentido, em uma sociedade dividida em classes resultaram na elitização, não só do teatro, mas de todos os outros meios culturais mais críticos e conscientizadores. Concluímos assim, que a elitização da cultura gera maiores divisões: a cultura das classes dominantes e a cultura das classes dominadas.

FERRARO, Juliane Ricarte. *Brazilian Theater: Years of Rebelliousness and Repression*. Ensaio de História, Franca, v.2, n.1, p.71-78, 1997.

ABSTRACT: The Brazilian theater was, for a long time, the translation of the epoch and of a people or, at least, it tried to be. I will treat, in the small article, of the theater in Military Dictatorship's years, a time of rebelliousness and censorship. The article tries to relate the theater with society and politics during this time.

KEYWORD: culture, theatre, fifties, sixties, seventies, dictatorship, rebelliousness.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, C.A. Cultura e Sociedade no Brasil, 1940-1968. São Paulo: Atual, 1996.

PRADO, D. de A. Teatro: 1930/1980. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964). São Paulo: Difel, 1986. v.4, p.525-589.

SODRÉ, N.W. Síntese de história da cultura brasileira. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (Retratos do Brasil, 78).

CULTURA: SISTEMAS E DETERMINISMOS

Itamar Teodoro de FARIA*

RESUMO: Propomos pensar, a partir do estudo de discursos de teóricos de Antropologia Cultural, o uso da idéia e análise sistêmica e a relação com implicações deterministas decorrentes de suas formulações.

UNITERMOS: história da cultura, teoria antropológica, sistema, determinismo.

A temática da cultura como objeto de estudo científico é, dentro da vastidão de suas possibilidades de abordagem, teoria e método, sempre passível de profunda discussão.

Quer tenhamos em mente problemas de ordem conceitual ou de métodos de abordagem, entendemos que, para uma História da Cultura, é inevitável a reflexão sobre os fundamentos teóricos que a Antropologia Cultural nos apresenta sobre a questão.

Uma História Conceitual da Cultura não tem como se furta às discussões que se estabeleceram no bojo da

* Graduando em História. Orientadora: Dulce Maria Pamplona Guimarães.

Antropologia a respeito da idéia que se tem de cultura e de como as culturas processam-se no tempo, bem como sobre a necessidade ou não do fator tempo na explicação da sociedade.

A interdisciplinariedade, o diálogo entre as ciências, em especial entre História e Antropologia, tem se estreitado na medida em que se busca alcançar um real mais humano, menos ideal, e um homem mais real no seu fazer, mais concreto nas suas relações sócio-culturais.

Aletta Biersack, discutindo Geertz, diz a este respeito: “Cada qual a seu modo, antropologia e história têm canalizado as mesmas correntes intelectuais diversas provenientes da Europa. Cada campo, indiscriminado em suas origens, é hoje um reduto de fermentação teórica onde diversas tradições lutam pela hegemonia ou capitulam, cruzam-se e unem-se, e onde, palavras e conceitos fundamentais são extremamente contestados. Esses conflitos provêm um solo fértil a partir do qual cada disciplina, no momento, esforça-se por criar o seu próprio futuro. Tributárias dos mesmos afluentes, alimentadas pelas mesmas forças intelectuais, a antropologia e a história vêem-se agora diante das mesmas possibilidades.” (Biersak, 1992, p.99).

As diversas formulações teóricas de Antropologia, ainda que trabalhem o mesmo objeto —relações sócio-culturais—, fazem-no de diferentes formas, a partir de postulados vários, mas que por vezes implicam em resultados coincidentes.

Analisando discursos de teóricos ‘clássicos’ de Antropologia Cultural, podemos observar que o uso da idéia de sistema é encontrado integrando as mais variadas formulações, ainda que por vez ocorra profunda divergência

de concepção originária e de ordem metodológica entre essas teorias.

Exemplificando, podemos eleger, de um lado os discursos do evolucionismo e do culturalismo, e, de outro, do funcionalismo e estruturalismo, como expressão de construções explicativas diametralmente divergentes na sua relação com a história (experiência temporal vivida pelas culturas/sociedades em estudos), mas que, no entanto, usam da idéia de sistema para dar conta da realidade.

O evolucionismo, representado por autores como E. Tylor e Lewis Morgan, constituir-se-á no que chamaremos de “sistema da unidade evolutiva”.

O evolucionismo cultural embora tenha caminhado, desde o começo, lado a lado com o evolucionismo biológico, é-lhe independente.

Sendo a orientação dominante no momento de constituição da Antropologia e de outros ramos do conhecimento enquanto ciências autônomas (século XIX), raízes do pensamento evolucionista remontam a épocas bem anteriores. Reflexos da idéia de evolução são encontrados ainda na antigüidade clássica, quando era preocupação dos pensadores o problema da origem do homem e do universo, do movimento e da transformação. Explicita-se uma visão otimista (evolução) e uma visão negativa (involução). Exemplos são as teorias mítico-religiosas do oriente —onde se apresenta a idéia do progresso negativo (exposto, e.g., no Livro do Gênesis)—, a teoria do progresso circular (escritos indianos, doutrina budista, doutrina dos estoicos gregos e filósofos romanos), e as concepções de uma progresso linear e vertical.

Na idade média permanecem, de um lado, o

“pessimismo de Santo Agostinho”, e, de outro, a “teoria da evolução social em espiral”, do árabe Ibn Khaldun (filósofo social do século XIV).

A partir do século XVIII foi o iluminismo que fundamentou as teorias evolucionistas que se seguiram e a revolução industrial, “com o crescimento da produção, da população, dos conhecimentos, da concentração demográfica e dos horizontes (...) serviu como uma espécie de demonstração da capacidade evolutiva do homem”, corroborando o pensamento científico evolucionista (Mello, 1982, p.200-5).

Lewis Morgan (1818-1881), autor de *A Sociedade Primitiva* (*Ancient Society*), surgiu como o principal teórico do evolucionismo cultural, contendo a sua obra, devido ao seu caráter generalizado, ‘germes’ de quase toda posição posterior (Sahlins, 1979, p.70-1).

Os evolucionistas pensavam no sentido de um grande e único sistema, articulador de todas as relações sócio-culturais num crescente temporal que desembocaria na ‘civilização’.

Morgan afirma-nos que “a história da humanidade é uma só quanto à sua origem, uma só quanto à sua experiência e uma só quanto ao seu progresso” (Morgan, s.d., p.8). Esta história única é partilhada por uma espécie humana idêntica que, no entanto, desenvolve-se em ritmos diferentes, mas passando pelas mesmas etapas.

“O evolucionismo, mesmo considerando as semelhanças e diferenças culturais, visava a explicar os aspectos comuns a todos os povos. Preocupou-se ele também, em mostrar as regularidades existentes no processo cultural. Daí a fixação no fenómeno da evolução, ou seja, aquelas

transformações regulares presentes em todas as populações conhecidas” (Mello, 1982, p.208).

A crença na “marcha triunfante do progresso” era partilhada por todos os evolucionistas. O progresso, o fenómeno da evolução, era tido como fato dado, um axioma. A questão era, então, descrever o progresso por que passara a humanidade na sua incansável marcha para a ‘civilização’.

A teoria evolucionista de Morgan supunha a existência de três estágios pelos quais toda a espécie humana passaria. Eram o estágio da selvageria, da barbárie e o da civilização, nesta ordem, denotando situações crescentes de desenvolvimento e progresso.

Neste contexto a transformação da organização social, do equipamento simbólico, enfim, a passagem de um estágio para outro é atribuída ao aspecto material ou técnico. É de comum acordo entre os evolucionistas o “reconhecimento do primado da invenção como responsável pelas transformações culturais (Mello, 1982, p.209).

Nas palavras de Morgan: “As invenções e as descobertas estão em direta relação com o progresso da humanidade, assinalando a sua marcha por uma série de etapas sucessivas.” (s.d., p.8).

Também o fator tempo é peculiar na explicação de Morgan sobre como se deu o progresso da espécie humana. Os evolucionistas trabalharam um tempo novo, o “tempo cultural”, constituído pelas fases da evolução. Este “tempo cultural” pode ser caracterizado como uma construção abstrata (hipotética) à qual ter-se-ia de encaixar cada povo, encaixe este feito em função do estágio vivido. O caráter de linearidade cronológica do tempo perde sentido, uma vez que a localização temporal dar-se-á pelo nível tecnológico-cultural

dos povos em questão.

Em termos metodológicos, a abordagem evolucionista esteve ligada estreitamente à análise comparativa, embora faltasse rigor no seu emprego. Fontes várias eram acriticamente utilizadas, colocando-se ao lado de informações históricas comprováveis, tanto bíblicas quanto mitológicas (Mello, 1982, p.211).

A pesquisa de campo, realizada por poucos, servia apenas para fornecer dados que eram utilizados para comprovar hipóteses do sistema já aventado de antemão. A teoria já estava pronta, servindo os dados concretos coletados de ilustrativo e comprovador daquilo que já se tinha por certo.

Ainda que forjado em bases similares às do evolucionismo —ambos propunham uma explicação da cultura como fenômeno humano e universal, a explicação do aspecto diacrônico e o uso do fator tempo na explicação da cultura—, o culturalismo, ou escola histórico-cultural norte-americana, vai além, propondo nascedouros, matrizes culturais originais, donde o “discurso cultural” se irradiaria, estabelecendo “padrões de cultura” (Benedict, s.d.), através do empréstimo e da reelaboração. Quebrando a unidade histórico-cultural do evolucionismo, o culturalismo vai pensar um sistema que comportaria as sociedades particulares, e estas constituindo microcosmos interligados, “prestadores de homenagem” à mesma cultura “onicompreensiva” (Mead, s.d.).

O culturalismo insere-se em uma orientação mais ampla denominada difusionismo, ou historicismo, que engloba diversas tendências teóricas, destacando-se, além da escola americana, o difusionismo inglês e a escola de Viena (escola alemã).

O difusionismo encontrará seu auge nas décadas de 1900–30, podendo ser visto como um movimento de reação ao predomínio das idéias evolucionistas que estavam em voga na Antropologia desde o seu nascimento.

Enquanto o evolucionismo estabelecia-se mais como uma “teoria da natureza” do que da sociedade e da cultura, buscando descobrir uma lei natural que regesse o progresso e evolução humana, o historicismo destacará a realidade e o trabalho humanos, a ação do homem sobre o seu meio. A invenção é o destaque na teoria evolucionista, no difusionismo o relevo se dá à difusão e ao contato entre os povos.

Franz Boas (1858–1942), principal mentor do culturalismo, um homem de campo acima de tudo, realizador de pesquisas pioneiras, vai estabelecer um ponto de vista microsociológico e, com ele, as sociedades adquirem o estatuto de uma “totalidade autônoma” (Laplantine, 1991, p.77).

Margareth Mead, discípula de Boas, diz-nos: “Uma cultura se caracteriza não só por uniformidades na conduta de seus membros, mas também por regularidades que podem ser observadas no comportamento não uniforme e dissemelhante de seus membros, assim também como pelos seus hábitos de contrastes e crença de diferentes grupos que estão, contudo, simetricamente relacionados entre si, de modo que se descobrirá que, até mesmo o delinqüente e o insano expressam, em alguma forma reconhecível, os níveis culturais. Uma só cultura pode compreender um número muito amplo de temas profundamente contraditórias, contrastantes, discrepantes, suposto que algum reconhecimento total da comunidade faça sentir a cada membro individualmente que estas condutas, apesar de sua diversidade, são parte de uma

mesma cultura ‘onicompreensiva’ a qual ele rende homenagem” (Mead, s.d., p.26).

Sabedores de que é a cultura de tal complexidade que inviabiliza um levantamento histórico de caráter universal completo, os seguidores de Boas optarão, também, pelo estudo de áreas delimitadas.

Estes pesquisadores não desprezavam nem o método comparativo nem a possibilidade de um estudo universal da cultura, no entanto, entendiam eles que, no estágio em que se encontrava a Antropologia, era impossível colocar tal estudo e comparação em prática. O estudo das pequenas comunidades —das sociedade particulares— seria uma preliminar indispensável para um estudo mais vasto.

No culturalismo, que entendemos como um ‘sistema intercomunicativo’, o estudo histórico é dificultado, primeiro porque “o material para a reconstrução de cultura é sempre mais fragmentário, (...) os mais amplos e mais importantes aspectos de cultura não deixam traços na terra: linguagem, organização social, religião —em resumo tudo o que não é material (considerando-se os povos ágrafos)— desaparecem com a vida de cada geração” (Boas, 1940, *apud* Mello, 1982, p.232); e, segundo, pelo problema da difusão cultural, uma vez que esta supõe uma elaboração complexa, por parte do povo que adota certos traços ou complexos culturais.

Na análise culturalista a articulação sistêmica estará presente de forma *a priori* e, reafirmamos, fazendo-se opção pelo estudo de sociedades particulares devido às impossibilidades metodológicas e práticas de se dar conta do conjunto global da humanidade, como queria Morgan.

Do culturalismo para o funcionalismo e estruturalismo há uma salto considerável.

Enquanto o evolucionismo e o culturalismo tentam uma explicação da cultura em termos diacrônicos (a dinâmica cultural explicada pelo seu desenvolvimento temporal), o funcionalismo e o estruturalismo abraçarão uma explicação sincrônica da cultura (a sociedade explicando-se a si mesma através das relações entre suas instituições presentes, desprezando-se a sua história).

Ao pensarmos no funcionalismo e estruturalismo enxergaremos discursos com muito mais convergências que divergências. Além do fato de ambos se constituírem em modelos de abordagem assentes numa explicação sincrônica da cultura, está presente em ambas as teorias a idéia de a sociedade e a cultura formarem uma totalidade, ao que podemos somar a marcante herança da tradição francesa (Saint-Simon, Durkheim, Mauss, entre outros).

Malinowski (1884–1942), expoente da escola funcionalista, dominará a cena antropológica desde a publicação de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, em 1922, até sua morte, e será, juntamente com Franz Boas, um dos fundadores da moderna etnografia.

A teoria funcionalista foi o meio que Malinowski elaborou a fim de pensar a lógica interna das sociedades que lhe eram objeto de estudo.

O “sistema natural-orgânico”, que é como chamaremos a teoria malinowskiana, terá seu modelo retirado das ciências da natureza.

Como já foi dito, uma grande ruptura entre o funcionalismo e as teorias em voga (evolucionismo e difusionismo) é com relação ao tempo. Para o funcionalismo o tempo, a reconstrução histórica das sociedades não é indispensável ao seu entendimento. A preocupação de

Malinowski, ao invés dos evolucionistas e difusionistas preocupados com as origens e transformações sócio-culturais, era em estudar e explicar o funcionamento da cultura num momento dado, em função da lógica do sistema que assumia a cultura em exame.

Dois conceitos são fundamentais para Malinowski: natureza humana e cultura. Natureza humana que se define “pelo fato de que todos os homens têm de comer, respirar, dormir, procriar e eliminar a matéria rejeitada por seus organismos onde quer que vivam e qualquer que seja o tipo de civilização que pratiquem” (Malinowski, 1962, p.76).

Toda sua formulação está baseada numa relação entre o social/cultural e o biológico. Malinowski pensa a sociedade funcionando como um organismo, “onde as relações biológicas devem ser consideradas não apenas como o modelo epistemológico que permite pensar as relações sociais e sim como o seu próprio fundamento” (Laplantine, 1991, p.82).

A cultura aparece como uma decorrência direta da satisfação das “necessidades fundamentais” apresentadas pelo indivíduo: “a satisfação das necessidades orgânicas ou básicas do homem e da raça humana é o conjunto mínimo de condições impostas a cada cultura. Os problemas apresentados pelas necessidades nutritivas, reprodutivas e higiênicas do homem devem ser resolvidos. Eles são solucionados pela construção de um novo ambiente secundário e artificial. Este ambiente que não é nada menos que a cultura propriamente dita, tem de ser permanentemente reproduzido, mantido e administrado. Isto cria o que podia ser descrito, no sentido mais amplo da expressão, como um novo padrão de vida, que depende do nível cultural da comunidade, o ambiente e da eficiência do grupo” (Malinowski, 1962, p.46).

Estando a sociedade fundada sobre relações biológicas e sendo a cultura decorrente da satisfação das necessidades orgânicas do homem, por mais variadas que sejam as formas culturais assumidas, sua existência estará sempre fadada a satisfazer a essas necessidades básicas do ser humano.

Com o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss (1908), derivado do estruturalismo lingüístico de Ferdinand de Saussure, a formulação teórica assume um caráter mais ideal, em contraposição ao funcionalismo. As estruturas propostas por Lévi-Strauss dizem respeito não à realidade empírica, mas a modelos teóricos construídos para explicá-la.

“O princípio fundamental é o de que a noção de estrutura social não se refere à realidade empírica, mas aos modelos construídos em conformidade com esta. Assim aparece a diferença entre duas noções tão vizinhas que foram confundidas muitas vezes: a de estrutura social e a de relações sociais. As relações sociais são a matéria-prima empregada para a construção dos modelos que tornam manifesta a própria estrutura social. Pensamos, com efeito, que, para merecer o nome de estrutura, os modelos devem, exclusivamente, satisfazer a quatro condições: em primeiro lugar, um estrutura oferece o caráter de sistema. Ela consiste em elementos tais que uma modificação em qualquer um deles acarreta uma modificação de todos os outros. Em segundo lugar, todo modelo pertence a um grupo de transformações, cada uma das quais corresponde a um modelo da mesma família, de modo que o conjunto dessas transformações constitui um grupo de modelos. Em terceiro lugar, as propriedades indicadas acima permitem prever de que modo reagirá o modelo, em caso de modificação de um de seus elementos. Enfim, o modelo dever

ser construído de tal modo que o seu funcionamento possa explicar os fatos observados.” (Lévi-Strauss, 1970, p.315).

A abordagem de Lévi-Strauss vem proceder a uma série de rupturas importantes. Em Laplantine temos:

Ruptura com o humanismo e a filosofia —ideologias do sujeito considerado fonte de significações. Com a metodologia estruturalista o homem deixa de ser sujeito, tornando-se produto da cultura (semelhantemente com o que ocorre no culturalismo) —“eu sou pensado, sou falado, sou agido, sou atravessado por estruturas que me preexistem”.

Ruptura com o pensamento histórico, já que Lévi-Strauss propõe uma explicação sincrônica da sociedade. “A análise dos processos em termos de explicação causal opõe-se à inteligibilidade estrutural, inteligibilidade de uma instituição, de um comportamento, de um relato.”

Ruptura com o atomismo, onde os elementos são considerados desvinculados da totalidade. Uma vez que o modelo estruturalista é baseado na lingüística, “o sentido de um termo só pode ser compreendido dentro de sua relação às outras palavras da língua ou do que for análogo a esta”.

Por fim, ruptura com o empirismo: “o objeto científico dever ser arrancado da experiência, da impressão, da percepção espontânea”. Deve-se, fugindo da história consciente, alcançar o sistema que lhe serve de fundamento e é ignorado. Para Radcliffe-Brown (outro importante funcionalista), as estruturas sociais são as relações padronizadas de uma sociedade. Para Lévi-Strauss, as relações sociais não são as estruturas, mas sim um meio de alcançar estas últimas, as quais devem explicar a sociedade e não substituí-la: “uma estrutura é um sistema de relações suficientemente distante do objeto que se estuda para que

possamos reencontrá-la em objetos diferentes” (Laplantine, 1991, p.134-6).

Um complicador na análise das estruturas lévi-straussianas, constituinte de um sistema que denominaremos ‘psico-estrutural’, é que elas estão aquém à própria experiência. São elaborações do inconsciente. E, essas estruturas mentais inconscientes, tidas por universais, são o substrato comum a todas as culturas. As conformações particulares e específicas que assume cada cultura nada mais são que manifestações das estruturas mentais elementares, sendo as diferenças apresentadas apenas superficiais:

“Se, como acreditamos, a atividade inconsciente do espírito consiste em impor formas a um conteúdo, e se essas formas são fundamentalmente as mesmas para todos os espíritos —antigos e modernos, primitivos e civilizados (como o estudo da função simbólica, expressa na linguagem, o indica de maneira tão flagrante)— é necessário e suficiente atingir a estrutura inconsciente, subjacente a cada instituição ou a cada costume, para se obter um princípio de interpretação válido para outras instituições e outros costumes, na condição, é claro, de que se leve bem longe a análise.” (Lévi-Strauss, 1970, p.21).

Com tudo isto, existe para Lévi-Strauss um número limitado de materiais culturais sempre idênticos, os quais ele denominou de invariantes. Esses invariantes, limitados, vão se combinar em um número de estruturas que também é limitado e “leis universais que regem a atividade inconsciente do espírito” vão comandar “as diferentes estruturas possíveis destes materiais —isto é, as maneiras com as quais se organizam entre si quando passamos de uma cultura para outra ou de uma época para outra, que não estão em número

limitado” (Laplantine, 1991, p.138).

Da visão geral destas orientações teóricas podemos apreender, além da idéia de sistema, a implicação num certo tipo de determinismo.

Ainda que não nos seja possível estabelecer uma relação de implicação entre análise sistemática e determinismo é, no mínimo, instigadora tal ocorrência.

Quer seja histórica, cultural, biológica ou psicologicamente, vai se configurar nessas teorias uma espécie de ordenação controladora da ação humana.

No evolucionismo o homem estará sujeito a um determinismo histórico, onde as culturas, presas a uma idéia de progresso único, estarão obrigadas a trilhar um caminho já previsto.

No culturalismo a vinculação a uma cultura específica, ou melhor, a um padrão cultural, leva o homem a estar indefinidamente preso a sua cultura matriz, a qual como que dele se libertou e agora o tutela.

A explicação a-histórica do funcionalismo e do estruturalismo levam, por um lado, ao determinismo ditado pela natureza humana (funcionalismo) e pelo inconsciente (estruturalismo), mas desembocam também numa justificação de relações de poder vigentes intra e interculturalmente.

De toda forma, se a história, a cultura e a sociedade constituem-se uma realidade apartada e como que independente da ação humana, nada mais justo que pensar estas teorias como visões da sociedade e da cultura como fruto de uma espécie de consentimento geral para além do indivíduo (história/experiência, necessidade física, inconsciente), estando então comprometidas (na verdade, impossibilitadas) as mudanças que fujam a essa ordenação.

Para a ciência histórica, que, partindo do geral para o particular, busca nas especificidades a comprovação ou contestação de formulações de caráter genérico (Burke, 1980), no que tange o estudo das culturas, fica a reflexão de até que ponto a compreensão “total” dessas culturas pode ser alcançada; até que ponto a cultura, significando todo o fazer, sentir e pensar do homem, submete-se ao intelecto humano e se dá a conhecer; até que ponto as formulações não implicam em elaborações artificiais que não encontram eco na realidade.

Entendemos que uma tentativa de explicação da cultura ou da sociedade que prescindia do seu fazer-se no tempo levará o saber científico a criar uma nova realidade e não a propor uma compreensão do seu objeto.

FARIA, Itamar Teodoro de. *Culture: Systems and Determinisms. Ensaios de História*, Franca, v.2, n.1, p.79-94, 1997.

ABSTRACT: We propose to think, from Cultural Anthropology theoretic study speech, of the use of idea and systemic analysis and the relation with determinists implications hornt of their formulations.

KEYWORDS: history of culture, antropology, anthropological theory, system, determinism.

Referências Bibliográficas

BENEDICT, R. Padrões de cultura. Trad. Alberto Candeias. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.

BIERSACK, A. Saber local, história local: Geertz e além. In:

- HUNT, L. A nova história cultural. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.97-130.
- BURKE, P. Sociologia e história. Trad. Fátima Martins. 2.ed. Porto: Afrontamento, 1980.
- KUPER, A. Antropólogos e antropologia. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. Trad. Marie-Agnès Chauvel. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural. Trad. Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- MALINOWSKI, B. Os argonautas do Pacífico ocidental. São Paulo: Abril, 1984.
- MALINOWSKI, B. Uma teoria científica da cultura. Trad. José Auto. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MEAD, M. La antropologia y el mundo contemporaneo. Trad. Alfredo Llanos. Buenos Aires: Siglo Veinte, s.d.
- MEAD, M. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- MELLO, L.G. de. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORGAN, L. A sociedade primitiva. Trad. Maria Helena Barbeiro Alves. Lisboa: Presença, s.d.
- SAHLINS, M. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO CLÁSSICO E MODERNO

Jonas Rafael dos SANTOS
Humberto PERINELLI NETO
Clayton Cardoso ROMANO*

RESUMO: Nosso objetivo consiste numa análise que pontua algumas colaborações do pensamento clássico (pensamento dualístico) e seus reflexos inadequados na modernidade e na atualidade. Estes reflexos inadequados que se configuram nas incertezas "científicas" destes tempos, fizeram surgir novas preocupações e direcionamentos, que pautaram os anos 60. É para este momento que direcionamos nossos questionamentos na elaboração deste trabalho.

UNITERMOS: epistemologia, modernidade, racionalismo, humanismo, historiografia.

Este artigo visa desenvolver uma análise cujo ponto de partida é o pensamento cartesiano, que não é uma simples curiosidade para eruditos, mas a própria alma tanto da filosofia como da ciência contemporânea. Apresenta portanto uma ruptura com a "antiga" forma de pensar o homem e seu

* Graduandos em história. Orientadora: Aparecida da Glória Aissar.

meio (pensamento medieval). Assim, com a queda do mundo feudal e todas as suas “verdades”, surge a “necessidade” do estabelecimento de novas formas para a condução deste período que se inaugura.

Dessa forma, o Discurso do Método de René Descartes, apresenta uma ruptura com a “antiga” forma de pensar o homem e seu meio, promovendo sobretudo, a possibilidade de o homem explicar-se por si mesmo e conduzir seu destino através da razão, sem o intermédio de um ser superior.

O surgimento dessa nova forma de pensar que inaugura o racionalismo moderno, é construída numa época marcada por grandes transformações que estavam ocorrendo na Europa e que pode ser datada, tendo o seu início desde o século XII, momento este que marca também o início das cruzadas, que surgira devido a própria contradição do feudalismo (Anderson, 1982). As cruzadas trouxeram — especificamente do oriente — para Europa novas concepções de mundo, o que levou a transformação da paisagem feudal com o desenvolvimento do comércio, das cidades, da burguesia como nova camada social. Tal fato acarretou o desmoronamento do mundo feudal e conseqüentemente da própria visão de mundo que até então dominara a vida da Europa Ocidental, que tinha como símbolo o pensamento teológico, que explicava o mundo e o homem através de um ser superior (Deus era medida de todas as coisas, sendo intermediado pela Igreja Medieval).

Esta maneira de pensar atinge seu limite com a crise do século XIV, quando ocorre a Guerra dos Cem Anos, a peste negra e várias revoltas de camponeses contra os senhores feudais. Esta crise é retratada com muita pertinência

por Jacques Le Goff, uma vez que mostra a concepção de tempo a partir desse período totalmente transformada, porque o tempo não era mais eterno, o da Igreja, do sino, das festas religiosas, das estações do ano, da natureza e sim o tempo do relógio, do trabalho (Le Goff, 1980).

Estas transformações revelaram o surgimento de uma nova camada social — a burguesia — que começava a despontar contestando a concepção de mundo (teológica) até então dominante na Europa Ocidental. Junto com a burguesia nascente, ocorre a formação dos Estados Absolutistas, centralizando o poder em suas mãos em detrimento das unidades autônomas dos senhores feudais (Monsnier, 1960).

A união dessa nova camada social com os estados absolutistas e o desenvolvimento de grandes cidades comerciais, marca um período de grandes transformações, que acarretará a expansão marítima e conseqüentemente contatos com mundos nunca vistos; possibilitando o desenvolvimento da idéia de que o homem se explique por si só, caracterizando o que denominamos de antropocentrismo. Este período de transformações tem seu início marcado por manifestações artísticas e intelectuais, que inspiradas no modelo greco-romano procuraram recuperar a idéia de que o homem é o centro do universo; tais manifestações chamadas de Renascimento tiveram sua origem e apogeu nas cidades-estados italianas: Gênova, Veneza, Florença etc.

Em meio a estas transformações é que ocorreu a reforma religiosa empreendida por Calvino e Lutero, provocando uma reação da igreja católica, a qual se denomina contra reforma. Diante desse cenário ocorre entre os séculos XV e XVII a revolução científica, tendo como seus principais expoentes Copérnico, Bacon, Galileu e Descartes.

Com Bacon a crítica ao pensamento escolástico vai ter grande eco, porque com a observação empírica pregará a escravização da natureza pelo homem, acreditando que só assim poderia o conhecimento trazer benefício prático, diferente da análise metafísica, que segundo ele não serviria para nada, porque não tinha nenhuma função prática que levasse ao domínio da natureza pelo homem. Este pensamento de Bacon marca bem o “espírito” burguês que começava a ganhar força.

Diante desse quadro, Descartes, contemporâneo de Bacon, irá através de sua obra *Discurso do Método* empreender o rompimento com a forma antiga de pensar; estabelece assim o racionalismo idealista, que tinha como fundamento a dúvida metódica, a qual levaria a certeza universal. A busca incessante da certeza, dá-se numa época dominada pelas incertezas, refletidas até mesmo na produção das obras do período, que procuravam construir utopias; dentre as mais notáveis nesse gênero, temos a *Utopia* (1516) de Thomas Morus, a *Cidade do Sol* (1623) de Campanella e a *Nova Atlântida* de Francis Bacon.

A crítica à filosofia medieval, o estabelecimento da dúvida metódica e o desenvolvimento do racionalismo idealista, que tinha como fundamento a frase “penso logo existo”, estabelecem a dualidade (distinção substancial entre a alma, que é pensamento e o corpo, que é a simples extensão deste, sendo que esta perdura até os dias atuais) como a forma de explicar o mundo e o homem. Isto é evidente em Descartes, porque concebeu o homem como sendo uma máquina independente da sua mente. Esta concepção tinha como exemplo o relógio representando o símbolo da nova época que estava surgindo. Esta dualidade corpo e alma concebida por

Descartes nos seus primeiros escritos (*Discurso do Método* – 1637 e *As Meditações* – 1641) é abandonada mais tarde por ele (*As Paixões da Alma* – 1649), mas tal concepção de mundo é a que permanece, já que justifica sempre a consolidação do capitalismo.

A revolução científica ganha grande força com Isaac Newton no século XVIII num momento em que se utiliza das idéias de Bacon (empirismo) e de Descartes (racionalismo idealista). Esta síntese de idéias fica evidente no momento em que se formula as leis da gravidade, porque ela se utiliza da observação empírica (quando a maçã cai em sua cabeça) e da concepção do racionalismo idealista, já que por meio da dúvida metódica, constrói fórmulas equacionais expressas de maneira simples e objetiva; visando assim à certeza universal e clara.

Essa fórmula dualista de conceber o mundo, possibilitará que no século XVIII, se construa o real projeto da modernidade que possibilita conceber um mundo flexível e maleável, que tem como seus expoentes um conjunto de filósofos chamados de iluministas, que marcará uma época caracterizada, como afirma Hobsbawm em seu livro, por *Era das Revoluções*, destacando entre estas as revoluções francesa e industrial (1979).

Estas revoluções vão levar durante o século XIX, à consolidação do racionalismo moderno, expressado no desenvolvimento das grandes cidades e no surgimento de várias ciências como as próprias ciências sociais (Antropologia, Sociologia), todas caracterizadas pelo positivismo. Todas as ciências tinham como referência o determinismo, o reducionismo, o mecanicismo, enfim, a observação dos valores cartesianos, que, como já expresso no

texto, foram construídos através da “exatização” da natureza, que durante este período tem no darwinismo, seu expoente máximo. É importante observar que, embora o século XIX se configure como o período áureo, o apogeu do pensamento cartesiano, o mesmo período também será marcado por pensadores como Marx e Nietzsche, através de suas reflexões à respeito do racionalismo e totalidade, iniciam a discussão sobre o limite deste mesmo pensamento.

A partir do século XX, os limites do pensamento cartesiano se estabeleciam e a noção deste limite já se fazia presente na sociedade. Essa afirmação é construída através da análise de vários fatos históricos. O século XIX havia se configurado como o período áureo das teorias racionalistas, seu apogeu. No início do século XX, esse pensamento começa a ser denunciado e sofre um desgaste que teria no movimento estudantil de maio de 68 seu ápice.

Em 1914, na Europa, inicia-se um conflito até então nunca visto antes — a 1ª guerra mundial, que se estende até 1918 e causa milhares de mortos, centenas de feridos, desabrigados, miseráveis, verdadeira catástrofe que havia se iniciado devido a ganância das potências europeias, a busca por mercados consumidores, matéria-prima. Alta tecnologia é empregada (aviões, metralhadoras, rádio-transmissores etc.), portanto conhecimento científico é dispendido, mas não para construir e sim para servir determinados interesses que são opostos, destruidores das vidas humanas. Inicia-se assim a descrença quanto a esta visão de mundo, seus valores.

O período no qual se desenvolve as duas grandes guerras mundiais é marcado por vários acontecimentos importantes, como a busca de uma nova utopia, um novo sonho quanto à conquista da felicidade, ocorrendo assim a

revolução bolchevique de 1917, na Rússia; soma-se a isto outros fatos como a quebra da bolsa de valores de Nova York, 1929, o que acarreta a elaboração de uma nova condução do sistema capitalista: entra em cena o Estado do bem-estar social. Durante as três primeiras décadas do século XX vários cientistas como Max Planck, Albert Einstein, Niels Bohr, Werner Heisenberg, entre outros iriam construir em conjunto a física quântica (Capra, 1988), descoberta esta que iria abalar toda a forma de se construir ciência, derrubar o pensamento cartesiano (já que a física quântica se apoiava em teorias como a relatividade de Einstein e a complementaridade de Niels Bohr).

Em 1939, com o início da segunda grande guerra mundial, os reflexos da limitação quanto a aplicação do pensamento cartesiano se tornaram mais profundos, pois agora surgira um agravante, a física, como já citado, exemplificação mais contundente das potencialidades do pensamento cartesiano, iria ter sua utilização destinada a construção do que se configuraria como o maior signo de destruição de todos os tempos: a bomba atômica.

A partir de então toda a ideologia criada, a utopia existente em torno das instituições tão empregnadas dos valores cartesianos ruíram, o que significou o surgimento de vários acontecimentos que demonstram, como nos transmite Ruben Alves, todo o descontentamento das pessoas em relação aquela visão de mundo: “A partir da década de sessenta começamos a ser expulsos do paraíso. Nossa inocência foi perdida. Fomos criados cuidadosamente protegidos pelas ilusões que as gerações anteriores haviam construído. Tais ilusões davam significação ao nosso mundo e, assim, sentíamos que a vida fazia sentido, pois onde quer

que olhássemos as instituições corporificavam as nossas aspirações. Não sentíamos qualquer necessidade de protestar e nem de rebelarmo-nos (...) mas eis que, de repente, começamos a descobrir que havia algo de irracional nos fundamentos de nossa civilização. As nações destituídas do mundo foram as primeiras a perceber tal fato, talvez devido ao sofrimento, à opressão e à exploração, ocorrências estas que forçaram o homem a ver e a pensar de maneira mais apaixonada, pois as circunstâncias exigiam que o ver e o pensar se tornassem uma questão de sobrevivência.” (Alves, 1987, p.143-4).

Como denuncia o filósofo citado, realmente são as nações destituídas e oprimidas as primeiras a sentirem a irracionalidade de nossa civilização. As colônias européias da Ásia e África, após a segunda guerra mundial iniciam o processo de independência. Os países do chamado terceiro mundo se vêem envolvidos em conflitos, os quais têm como causa, não um problema de ordem interna, mas sim uma combinação de interesses sociais políticos e econômicos exteriores, denominada guerra fria. As colônias asiáticas e africanas envolvidas na segunda guerra mundial em defesa de suas metrópoles, tiveram a possibilidade de sentirem “na pele” a irracionalidade de nossa civilização, haja visto, que lutaram contra a tentativa nazi-fascista de dominar o mundo, enquanto se encontravam dominadas —tal domínio era exercido pelos que se posicionavam contra a investida nazi-fascista, portanto “defensores” da liberdade (França/Inglaterra). Cremos ser importante citar também dois conflitos que ilustrem bem o quadro referido: a Guerra da Coreia (1950/55) e a Guerra do Vietnã (1963/74).

Ainda sobre a citação utilizada, percebemos a

necessidade de enfatizar o que o autor diz a respeito do “homem e a necessidade de passar a ver e a pensar mais apaixonadamente”. Entendemos a palavra homem no sentido mais genérico para que seja possível compreender como após a segunda guerra mundial, assistimos a diferentes e inúmeras formas desse homem apresentar seu descontentamento à ordem vigente. Observamos no surgimento do *Rock'n Roll*, toda a insatisfação do jovem americano à então propagada e implantada vida materializada, ou o “*American Way of Life*”; presenciamos na revolução sexual e no *Woman's Lib*, a tentativa da mulher de se posicionar ao lado do homem, rompendo assim com os valores patriarcais da civilização ocidental —enquanto que atuando também no combate à discriminação, temos a luta de Martin Luther King, na defesa dos direitos dos negros americanos; por fim, torna-se imprescindível demonstrar a tentativa do homem de operar mudanças após a segunda guerra mundial através da contracultura, ou seja, contrariando o estabelecido (os valores cartesianos) e fundando uma nova filosofia de vida (paz e amor) —portanto como afirmou Ruben Alves, tornara-se importante “ver e pensar apaixonadamente”.

A ocorrência de todos estes fatos, configura uma crise, que tem no movimento estudantil de maio de 68 seu ponto forte. Usando a obra *Pensamento 68: Ensaio sobre o Anti-Humanismo Contemporâneo* (1988), de Luc Ferry e Alan Renault, tentaremos nos esclarecer a respeito do posicionamento dos intelectuais neste instante.

O reflexo desta crise no meio intelectual foi expresso por um grupo de filósofos franceses da década de 60, chamado pelos autores citados, de *sixties*, envolvendo pensadores como Foucault, Derrida, Deleuze e Lacan —com

suas matizes teóricas em Nietzsche/Freud/Heidegger, além de Althusser, Passeron e Pierre Bourdieu, que têm suas matrizes teóricas em Marx/Hegel. A problematização por nós construída refere-se a que profundidade chegam suas reflexões (*sixties*) à respeito do Pensamento Cartesiano; procuramos examinar se tais reflexões se firmam enquanto verdadeira transformação, e real construção intelectual de uma proposta para o fim da crise instalada.

O grupo dos *sixties* é configurado por Luc Ferry e Alan Renault, através da existência de características comuns presentes nas obras de tais filósofos: (1) defesa do fim da filosofia, (2) a utilização da genealogia, (3) a dissolução da idéia de verdade e a (4) historicização das categorias e o fim de toda a referência ao universal. Nos detivemos na 1ª e 4ª características.

O fim da filosofia apresenta-nos o descontentamento destes filósofos com relação ao pensamento cartesiano, já que os mesmos em seus dizeres, afirmavam ser necessário o fim desta filosofia, pelo fato dela mostrar-se desgastada (andar em círculos), além de manter ligações pequeno-burguesas, portanto ela havia se transformado numa filosofia/ideologia. Pois bem, apesar de criticarem o pensamento cartesiano, não realizam avanço algum, em relação a elaboração de algo inovador no lugar do criticado (Melquior, 1985), haja visto que, observando a 4ª característica (a historicização das categorias e o fim de toda a referência ao universal), percebe-se a manutenção do que já estava estabelecido. O emprego desta característica na produção do conhecimento, tendo como exemplo a reflexão sobre o homem, implicaria analisá-lo segundo seu tempo/espço (o homem medieval, industrial, moderno etc). Assim, automaticamente, eliminaríamos a idéia

de universal (o gênero humano) e isto seria o mesmo que fez Descartes, sobre o corpo humano: divide-se o objeto de estudo em partes, analisando detalhada e minuciosamente cada uma, para montar em seguida o “quebra-cabeças”.

A prática do conhecimento pelo reducionismo, pela fragmentação, persiste, mesmo nas propostas dos *sixties*. A verdadeira mudança, que significaria considerar o objeto total, não ocorre. Hoje vivemos ainda essas incertezas, insistindo na proposta do pensamento cartesiano: assim temos o atual processo do avanço tecnológico e a globalização.

Por exemplo, no mesmo instante em que há o desenvolvimento de uma “integração mundial” através da internet, onde o indivíduo, deste lado do mundo tem a possibilidade de comunicar-se, em questão de segundos, com outros indivíduos das mais diversas culturas, dos mais diferentes pontos do planeta; acarreta simultaneamente, como “efeito colateral”, há a impossibilidade deste mesmo indivíduo saber como vai seu vizinho; ou seja, uma espécie de “globalização da fragmentação”: “Na era tecnológica verifica-se na psique a invasão por objetos inanimados, sem referência nenhuma; os artefatos criam solidão, os dados da informática e do computador vem destituídos de tonalidade afetiva. Gera-se o individualismo com personalidades áridas, emotivamente fragmentadas, hostis e anti-sociais. Os outros são vividos como estranhos e empecilhos à satisfação dos desejos individuais. Oculta-se a outra necessidade de ser, de elaborar a sua identidade singular.” (Boff, 1993, p.39).

Desta maneira, vivemos centrados nas partes e como tal somos tratados (pela medicina de modo geral, pela embriologia específica, pela economia etc.). Por tudo isso, temos uma péssima qualidade de vida, torna-se então

necessário mudar esta ordem vigente, ainda que comecemos por nós mesmos.

ROMANO, Cleyton Cardoso, PERINELLI NETTO, Humberto, SANTOS, Jonas Rafael dos. *Reflexions about the Classic and Modern Thought*. Ensaaios de História, Franca, v.2, n.1, p.95-107, 1997.

ABSTRACT: Our aim consists in an analysis of some classic thought collaboration (dualistic thought) and their unsuitable reflection in the modernity and actuality. These unsuitable reflection, that is formed in the "scientific" doubts of these times, made appear new concernings and trends that established the sixties. To this moment we direct our doubts to elaborate this work.

KEYWORDS: thinker, modernity, racionalism, humanism, historiography.

Referências bibliográficas

- ALVES, R. A gestação do futuro. 2.ed. Campinas: Papirus, 1987.
- ANDERSON, P. Linhagens do estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANDERSON, P. Passagens da antigüidade ao feudalismo. 2.ed. Porto: Afrontamento, 1982.
- BOFF, L. Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma. São Paulo: Vozes, 1993.

- CAPRA, F. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 1988.
- DESCARTES, R. Discurso do método; meditações; objeções e respostas; as paixões da alma; cartas. São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- FERRY, L., RENAULT, A. Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. Trad. Roberto Markenson e Nelci do Nascimento Gonçalves. São Paulo: Ensaio, 1988.
- HOBBSAWN, E. A era das revoluções: Europa, 1789-1848. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LE GOFF, J. Para um novo conceito de idade média: tempo, trabalho e cultura no ocidente. Lisboa: Estampa, 1980.
- MELQUIOR, J.G. Michel Foucault ou o niilismo de cátedra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MONSNIER, R. História Geral das Civilizações. Os séculos XVI e XVII: os progressos da civilização européia. São Paulo: Difel, 1960. t.4.

RELAÇÕES DE TRABALHO E DEMANDAS EDUCACIONAIS NA INDÚSTRIA CALÇADISTA FRANCA

Marisa Geralda BARBOSA*

RESUMO: Como exemplo local das mudanças que estão processando-se em nível mundial, procuramos estudar o desenvolvimento industrial de Franca e as demandas educacionais do setor calçadista. Nossas fontes são os relatórios do Banco Mundial, nos documentos do SENAI, em jornais e periódicos empresariais, na nova legislação das diretrizes e bases da educação nacional e na farta bibliografia já produzida sobre a educação para o trabalho no contexto da globalização.

UNITERMOS: educação, trabalho, globalização, indústria de calçados de Franca.

Inseridas no processo de redefinição e de sofisticação das relações capitalistas, as indústrias de calçados de Franca parecem-nos exemplificadoras de como as mudanças na organização do processo de trabalho têm provocado uma exigência no aumento da qualificação dos trabalhadores.

* Graduanda em história. Orientador: Moacir Gigante.

Entendemos que os sistemas de mais-valia relativa e de mais-valia absoluta muitas vezes convivem no chão de uma mesma fábrica. As chamadas “novas tecnologias” e “as novas formas de organização do trabalho” não estão presentes em todas as indústrias calçadistas de Franca, mas operam nas grandes empresas, que estão interligadas às exigências do capitalismo global. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria, as investidas das empresas no campo educacional fazem parte de uma tendência mundial:

“É consenso entre os empresários, hoje, quer seja de empresas que operam com tecnologia moderna ou daquelas que sobrevivem com tecnologia tradicional, que os ganhos marginais alcançados através da produtividade crescente, repousam, em verdade, na qualidade dos recursos humanos.” (Confederação Nacional da Indústria, 1993).

Em Franca, cidade industrial, o investimento em produtividade levou seus empresários a preocuparem-se com a formação profissionalizante dos trabalhadores. Em 1974, foi, na cidade, criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

O SENAI constitui-se numa entidade privada. Criado em 22 de janeiro de 1942 (Decreto-lei 4048) pelo poder público que o fiscaliza, é administrado pela indústrias. O contexto histórico de sua criação compreende o momento da segunda guerra mundial, que colocava em crise a procura de mão-de-obra qualificada, e de criação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (decreto-lei n.4073, de 30/1/42). A

simultaneidade destes dois decretos revelou

“que a criação do SENAI não significou o preenchimento de uma lacuna no sistema educacional brasileiro, mas a institucionalização de uma via específica de formação de profissionais para o setor secundário da economia” (SENAI, 1994).

O SENAI-SP, para se estabelecer em determinada cidade, leva em consideração uma série de fatores locais, entre eles: fatores de natureza industrial (número do pessoal ocupado na indústria, número de estabelecimentos industriais da cidade, tamanho desses estabelecimentos e a relação das outras atividades econômicas); fatores de natureza demográfica (população total e população urbana); fatores de natureza educacional (população demandatária por educação: número de pessoas que concluíram o ensino básico mais o número de matrículas existentes no ensino fundamental). Através desses dados, o SENAI pôde classificar os municípios em uma escala hierárquica, sendo capaz de identificar os principais centros populacionais-industriais, nos quais poderá investir em formação de mão-de-obra para o desenvolvimento e progresso da indústria paulista (Senai, 1981).

No planejamento e distribuição de seus cursos, o SENAI preocupou-se em estudar a demanda por mão-de-obra nas indústrias e sua distribuição, como também em desenvolver duas programações. A primeira voltada para a formação geral, procurando qualificar o operário para exercer uma profissão especializada em qualquer empresa, e outra voltada para atender as necessidades específicas de

determinadas empresas (por isso, exercidas nos próprios locais de trabalho).

Teoricamente, o SENAI tem procurado manter uma forte interação com as indústrias, empenhando-se em atender às suas necessidades mais emergentes.

Com as inovações tecnológicas, o SENAI vem passando por um processo de mudanças nas suas estruturas curriculares, para garantir um aluno adaptável e qualificado às transformações no mundo do trabalho industrial.

“Neste contexto, a qualidade ganha significados especiais: é esta a nova postura que irá garantir ao país a chance de integrar-se ao mercado internacional.” (Senai, 1994).

Preocupado em atender às necessidades das empresas que, com a incorporação de novas tecnologias, exigem a adoção de um novo padrão de operários, o SENAI paulista criou em 1992 a Comissão de Qualidade e Produtividade.

Contudo, existem várias críticas ao SENAI por parte de empresários e intelectuais (entre eles, o economista, consultor do MEC e do BID, Cláudio de Moura Castro) os quais afirmam que esta instituição, apesar do esforço em acompanhar as demandas do capital, fundamenta-se ainda no modelo taylorista/fordista de organização do trabalho, não atendendo, portanto, às necessidades das grandes empresas desterritorializadas, preocupadas com uma maior produtividade e qualificação da força de trabalho.

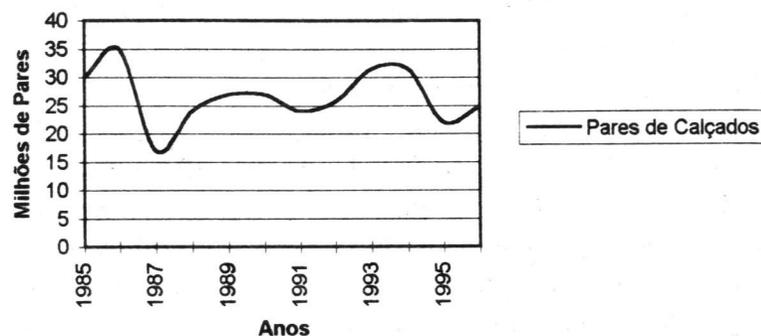
Conforme as informações obtidas junto a Delegacia de Ensino de Franca, a cidade possui, atualmente, cerca de 50 escolas estaduais, 9 escolas municipais e 30 escolas

particulares, que ministram ensino básico, fundamental e médio, além do CEETEPS (Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza), SENAI, Escola Agrícola (vinculada ao CEETEPS), todas de ensino profissionalizante.

Entendemos que a instituição escolar é uma condição geral de produção, que garante não só mão-de-obra especializada como também indivíduos sociabilizados às necessidades do capital (exigindo do trabalhador um maior grau de qualificação em termos de maior capacidade de abstrações, maior capacidade de decisão e de iniciativas, apto a desempenhar múltiplas funções, dentre as principais). A qualificação do trabalhador visa transformar o valor de uso de sua força de trabalho em valor de troca. Qualificar para o trabalho é tornar o ser humano cada vez mais mercadoria, cada vez mais um instrumento de sociabilidade do capital. Como o desemprego tem assustado os trabalhadores, estes têm procurado cada vez mais se qualificarem, na vã tentativa de se autovalorizarem, levando-os a tornarem-se um valor de troca mais competitivo.

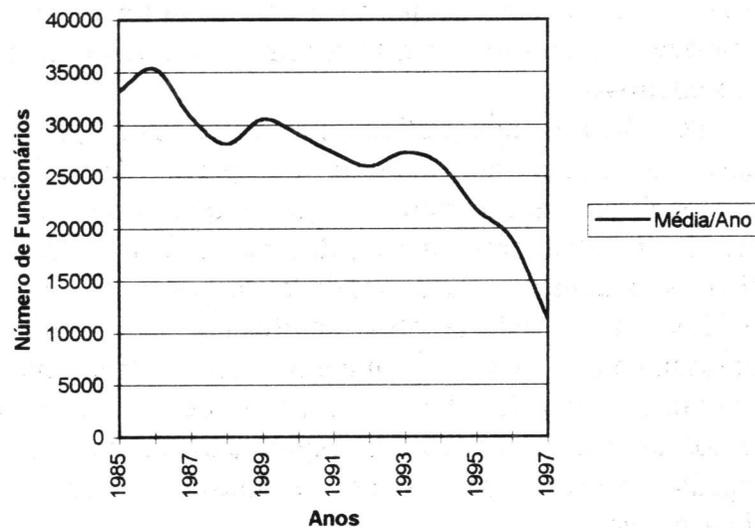
Percebemos, nos gráficos que, entre 1985 e 1996, as variações ocorridas no número de pares de calçados produzidos foram bem menores do que as que observamos no número de trabalhadores empregados na indústria. Podemos perceber pelo aumento da quantidade de pares de calçados produzidos que a mão-de-obra empregada tem diminuído vertiginosamente. Ora, aumento de produtividade concomitante a uma decadente quantidade de capital variável revela-nos uma maximização da exploração da mão-de-obra empregada, através de novas tecnologias, cursos de qualificação etc.

Milhões de Pares de Calçados produzidos por ano.



Fonte: Sindicato da Indústria de Calçados de Franca.

Número de Funcionários no decorrer dos anos.



Fonte: Sindicato da Indústria de Calçados de Franca.

Verificamos, então, como as novas formas de organizar e gerir o processo de trabalho nas indústrias calçadistas têm garantido uma alta produtividade e provocado a incorporação de menos tempo de trabalho nos calçados produzidos, desvalorizando, assim, a mão-de-obra empregada.

Atualmente, o desemprego no setor calçadista de Franca possui índices alarmantes (uma estimativa de 9.000 desempregados). Parte dessa mão-de-obra marginalizada tem migrado para o mercado informal da economia. Outros trabalhadores desempregados têm procurado ingressar em cursos de qualificação que os capacitem a enfrentar os novos desafios colocados pelo sistema produtivo mundial contemporâneo. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Franca, através de convênio com o UNICEF, com o SENAC e com o SINE articularam-se para enquadrar os trabalhadores desempregados nas necessidades do capitalismo globalizado.

“Recentemente, o sindicato de Franca firmou um convênio com o UNICEF (o braço da ONU que trata da educação) para promover cursos de informática de seis meses de duração. Pelo acordo, com validade de três anos, o UNICEF banca os custos, o Serviço Nacional do Comércio (SENAC) fica responsável pelo material didático e professores, e a entidade trabalhista recruta os interessados. No ano passado, contou

Faccioli*, foi fechado com o Sistema Nacional do Emprego (SINE) —órgão vinculado à Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho— um programa de reciclagem exclusiva de trabalhadores desempregados.” (Gazeta Mercantil, 1995, p.2).

Qualificado, o trabalhador como produtor depende um tempo de trabalho maior do que aquele incorporado pela sua força de trabalho no produto que fabrica (ou na força de trabalho que reproduz socialmente). O trabalhador como produto, direta ou indiretamente, através do salário que recebe do capitalista, incorpora em sua força de trabalho bens e/ou serviços que, por possuírem menos valor (tempo de trabalho incorporado) desvalorizam sua força de trabalho. Por isso, entendemos que “o proletariado enquanto produtor é o agente da mais-valia, enquanto produto é o suporte de mais-valia produzida pelo processo de trabalho que ele, como proletário, resulta” (Bernardo, 1985, p.90).

Observamos que na indústria Agabê, uma das maiores fábricas de calçados de Franca, na qual 50% dos pares produzidos são destinados à exportação, o ensino profissionalizante e formal se dá dentro da própria indústria. A questão que nos colocamos foi a de saber porque a Agabê se dedica à educação de seus trabalhadores, sendo que na cidade existem várias escolas de ensino formal, além do SENAI e CEETEPS, de ensino profissionalizante na área de calçados. Constatamos, através de uma visita à fábrica e das

* Rubens Aparecido Faccioli, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Franca.

conversas com os funcionários, que a empresa mantém um curso de 1º Grau e de 2º Grau (Telecurso 2000), com os objetivos de facilitar e de estimular os seus trabalhadores à qualificação. Segundo os depoimentos que obtivemos, a Agabê associa o sucesso de seus programas de qualidade ao aumento da qualificação do trabalhador, e adota como um de seus critérios de seleção a exigência de uma escolaridade mínima, que corresponde à quinta série do ensino fundamental. A empresa ainda ministra alguns cursos profissionalizantes em parceria com o SENAI, mas declarou-nos que já quase não precisa dessa parceria, uma vez que já possui o *know-how* e necessita de alguns cursos que correspondem às necessidades muito específicas da empresa, não sendo, portanto, ministrados no SENAI ou no CEETEPS.

A resposta a esta questão veio ao encontro dos postulados teóricos que discutimos anteriormente, ou seja, uma tendência a que o ensino se dê cada vez mais dentro da indústria, que significa o “estado das empresas” assumir as funções de estado (estado dos três poderes). Como o “estado das empresas” não é juridicamente reconhecido enquanto poder público para fazer valer os seus interesses, articula-se com este para legalizá-los. Exemplo claro disso é a nova LDB, lei n. 9394/96 que, em seu artigo 40, concede uma abertura para que a educação profissional seja ministrada nos ambientes de trabalho.

Além de adotar o programa de qualidade total, as empresas têm procurado melhorar sua competitividade e produtividade frente ao mercado mundial, com a preocupação de obter o certificado da ISO 9000 (*International Standardization Organization*, sediada em Genebra). A ISO 9000 possui várias ramificações (ISO 9001, ISO 9002 etc.), já

que certifica processos diferentes dentro da empresa. Consiste, então, a ISO 9000, em uma classificação dada para empresas que estão de acordo com as normas internacionais que atestam a qualidade dentro de uma empresa ou parte dela.

Percebemos, então, que a indústria de Calçados Agabê de Franca passou por processos de mudanças na organização produtiva. É uma empresa que expressa tendências do mercado mundial e investe em cursos de qualificação para seus trabalhadores em caráter permanente, constituindo-se, portanto, em um claro exemplo de como, em nível local, a globalização tem se expressado.

BARBOSA, Marisa Geralda. *Work Relations and Educational Demands in Footwear Industry in Franca*. Ensaio de História, Franca, v.2, n.1, p.109-120, 1997.

ABSTRACT: The technological innovations and the changing in the administration forms of work, perceived in large companies of world, approximately on seventies, has povere new demands and educational investings. Therefore, the relation between education, technology and economic development change according each historic context and different forms of surplies value extraction. We perceive the repercussions of these changings in the World Bank exposition, in the SENAI's documents, in newspapers and periodics from companies, in the legislation of directings and bases of the national education and in the large bibliography already produced about the education to work in the context of globalization. As local example of these changing that is happening in the world, we try to study the industrial development in Franca and educational demands of footwears area.

KEYWORDS: education, work, globalization, footwear industry, Franca.

Referências bibliográficas:

- BERNARDO, J. O proletariado como produtor e como produto. Revista de Economia Política, v.5, n.3, p.83-100, jul/set, 1985.
- Reunião de Presidentes de Organizações Empresárias Ibero-Americanas -V- Educação Básica e Formação Profissional: uma visão dos empresários. Agosto, 1992, Salvador. Confederação Nacional da Indústria. Salvador, 1993, p.7-39.
- SENAI-SP. C.E.T. Fatores locacionais para a ação do SENAI no Estado de São Paulo: parte I. São Paulo, 1981.
- SENAI. O Senai de São Paulo. Aprendizagem Industrial. São Paulo, 1994.
- SOUZA, P.N.P. de, SILVA, E.B. da. Da educação profissional. In: Como entender e aplicar a nova LDB: lei 9.394/96. São Paulo: Pioneira, 1997. p.67-70.
- Gazeta Mercantil - Relatório Empregabilidade. São Paulo, 8/6/95, Caderno Especial, p.1-6.
- BRASIL. Decreto n.2.208, 17 abr. 1997. Regulamenta o parágrafo 2º. Do art. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial, Brasília, v.135, p.7760-7761, 1997. Seção 1.

BENTO DE ABREU X ARARAQUARA:
UM PERSONAGEM NA BIOGRAFIA DE UMA CIDADE,
1908-16

Cláudia Regina VARGAS*

RESUMO: Este artigo analisa a importância do coronel Bento de Abreu e os papéis representados por sua *persona* no processo de transformação do espaço urbano de Araraquara. As intervenções sofridas na cidade são produto, direto ou indireto, da apropriação das suas atribuições públicas, pelos seus interesses privados. A utilização de subsídios biográficos visa destacar a intersecção existente entre os interesses privados e a prática política dos coronéis bem como suas ações sobre a cidade enquanto detentores do poder local.

UNITERMOS: história urbana, Araraquara, república velha, café, coronelismo.

A história de vida de Bento de Abreu, bem como a de sua família, encontra-se intimamente ligada à história social e política de Araraquara e São Carlos. Em Araraquara, as transformações no espaço urbano, nas primeiras décadas do

* Graduanda em História. Orientador: José Evaldo de Mello Doin.

século XX, estão ligadas à sua presença no cenário político. Sua atuação como homem público está estreitamente vinculada à biografia da cidade:

“Minha virtude foi apenas ter um grande entusiasmo pelas cousas do interior do paiz, que são as que mais precisam de quem cuide delas. Trouxe a experiência adquirida em São Carlos, cidade de que meu Pae foi um dos fundadores, e em Araraquara, cidade criada por meus parentes e de cuja Câmara Municipal fui presidente durante trinta anos, tendo encontrado 1200 prédios, dos quais demolimos 600, e que hoje tem cerca de 6000.” (Vidal, 1943, p.26-7).

Bento é entendido aqui como uma *persona* que representa vários papéis: coronel e membro da oligarquia cafeeira paulista, chefe político local, benemérito e agente modernizador. Sua ação sobre o organismo urbano é mediada pela representação desses papéis. A atuação de Bento foi fundamental para o desenvolvimento das funções urbanas da cidade. Pensamos que podem ser atribuídas à ele as palavras de Berman: “Com isso criará uma nova síntese histórica entre o poder público e o poder privado, simbolizada na união de Mefistófeles, o pirata e predador privado, que executa a maior parte do trabalho sujo, e Fausto, o administrador público, que concebe e dirige o trabalho como um todo. Finalmente, o modelo fáustico criará um novo tipo de autoridade, derivado da capacidade do líder em satisfazer a persistente necessidade de desenvolvimento aventureiro, aberto ao infinito, sempre

renovado, do homem moderno.” (Berman, 1986, p.73).

O espaço urbano e seus idealizadores dialogam entre si através do entrecruzamento das esferas público-privadas. A realização das obras públicas encontra-se relacionada com os interesses privados de Bento. Ao construir teatros, hospitais e instalar melhorias urbanas nosso personagem obtém benefícios como: a isenção de impostos, subvenções e valorização de seus empreendimentos. Com a construção do Teatro Municipal de Araraquara, por exemplo, obteve a isenção de impostos e subvenções. Neste momento, ocupava o cargo de presidente da Câmara e, simultaneamente, era o presidente da sociedade anônima encarregada da construção do referido estabelecimento.

Em Araraquara, Bento de Abreu materializa o seu ideal de civilização. Desta forma, a paisagem urbana sofre uma intervenção que é produto da sobreposição dos seus interesses privados e de sua atuação como homem público. Sua relação com a cidade é permeada por ambigüidades, pois a comunidade imprime novas formas de utilização do espaço público. Não consideramos a produção do espaço uma criação unilateral. A cidade é produto da sociedade como um todo. À comunidade cabe o papel de legitimar ou reinventar a utilização desse espaço.

Bento de Abreu Sampaio Vidal era membro de uma extensa família de cafeicultores e banqueiros tradicionalmente ligada à política estadual e nacional. Em 1895, tornou-se lavrador ao adquirir uma fazenda de café em Santa Lúcia, município de Araraquara.

Os Abreu Sampaio constituíam-se num dos clãs mais influentes no grupo das famílias integrantes da oligarquia cafeeira paulista. Grande parte dessas famílias era oriunda de

idades mais antigas, onde possuía propriedades agrícolas. É o caso dos Botelho e dos Camargo Penteado, de Piracicaba, e dos Abreu Sampaio, Salles e Camargo, de Campinas (Truzzi, 1986, p.114).

Bento de Abreu era casado com Maria Isabel Botelho de Abreu Sampaio Vidal, filha de Bento Carlos de Arruda Botelho e de Maria Isabel de Oliveira Botelho, neta dos Barões de Dourado e bisneta dos Viscondes de Rio Claro. O casamento no interior da própria "parentela" possibilitava a preservação das fortunas e do mandonismo local (Queiroz, 1982, p.172).

O parentesco entre as famílias pertencentes à oligarquia paulista permitiu que seus elementos ocupassem de forma maciça os postos políticos. A ocupação desses postos pela elite cafeeira possibilitava a manutenção e a ampliação do seu poder econômico e, por extensão, sua posição de mando.

Esta situação demonstra a expressiva confusão entre a coisa pública e os interesses privados, durante a república velha. O poder privado gerado nos tempos coloniais, consolidou-se durante o império e ampliou-se durante a república, como destaca Janotti: "O poder privado (...) era desmesurado na colônia, continuou a sê-lo durante o império e a república (...) Embora não se possa afirmar que todo fazendeiro ou todo grande comerciante era um coronel, também é impossível desvincular o coronelismo do mandonismo local (...) a população rural continuou submetida ao poder individual." (Janotti, 1992, p.39).

A defesa dos interesses da oligarquia estava ligada à sua presença, direta ou indireta, em cargos públicos. Era muito comum a distribuição dos cargos de vereador ou

intendente, prefeito, juiz de paz, promotor e chefe de polícia, entre os membros da elite agrária. Os elementos não pertencentes ao círculo dominante dificilmente conseguiam uma colocação política. Dessa forma, a manutenção do poder econômico estava conciliada ao poder político.

Bento fez parte da rede da elite de São Paulo. Foi deputado estadual em 1924 pelo oitavo distrito e, em 1925, pelo nono distrito; deputado estadual nas constituintes de 1935 e 1947; ocupou a presidência das comissões de agricultura, de finanças e membro consultivo, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; secretário da Agricultura, em 1937; presidente honorário e fundador da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro e presidente honorário e sócio-fundador da Sociedade Rural Brasileira (Vidal, 1943, p.21).

O interesse e a exclusividade na ocupação de cargos públicos estava vinculada ao caráter da posição de mando ou autoridade desses cargos. De certa forma, a comunidade reconhecia a autoridade do coronel pois o poder público não atendia às suas necessidades.

Apesar dos fazendeiros monopolizarem os cargos políticos, a existência de blocos políticos distintos era fato corriqueiro, pois havia uma disputa pessoal entre os chefes políticos locais. Porém essa polarização não apoiava-se em divergências programáticas e ideológicas. Os votos conquistados pelos coronéis conferiam sustentação política para o regime republicano e implicavam um reconhecimento do governo estadual ao poder destes chefes sobre suas bases locais (Leal, 1975, p.53). O coronelismo não encontra-se atrelado apenas ao poder privado, o próprio poder público reconhece o poder dos mandatários locais. Caso a oposição demonstrasse pelas urnas a obtenção de maior prestígio, o

governo estadual cumpriria a sua parte na política de sustentação. Esta situação implicaria uma inversão de posições, isto é, a oposição se converteria em situação. A oposição política em Araraquara possuía significado local, ou seja, limitava-se às disputas pelo poder na localidade.

Os acontecimentos de 1897, ocorridos em Araraquara, valeram à cidade o apelido de “linchaquara” e ilustram as constantes lutas pelo poder local. Os crimes ocorridos marcaram, de forma intensa, a população e o cenário urbano.

Na ocasião, Araraquara encontrava-se dividida em duas facções políticas: uma monarquista, liderada pelo coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz e uma republicana, liderada pelo coronel Antônio Joaquim de Carvalho. Ambas facções brigavam entre si pelo controle do poder local. Rosendo de Souza Brito, jornalista e aliado do coronel Ferraz, assassinou o coronel Carvalho —presidente do diretório local do Partido Republicano e chefe político situacionista.

No desenrolar dos acontecimentos, Rosendo e seu tio, Manuel de Souza Brito, foram presos e assassinados pelos filhos, genro e “capangas” do coronel Carvalho. O ex-chefe de polícia do Estado e genro do coronel assassinado, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, foi o principal acusado pela invasão da cadeia e do suposto linchamento. O caso repercutiu por todo o país e a imprensa oposicionista pressionou o governo estadual de Campos Salles a tomar atitudes para satisfazer a opinião pública. Apesar de os acusados serem levados ao tribunal, os compromissos de dependência recíproca entre o poder local e o poder estadual não se romperam. Foram efetuadas manobras e os réus foram, sem exceção, absolvidos.

Os crimes de 1897 são significativos para a análise da

atuação dos profissionais liberais em benefício da oligarquia cafeeira, durante a República Velha. Com o regime republicano, o judiciário e a polícia são utilizados como instrumento de ação política, passando a servir aos interesses do governo estadual. Os coronéis mandavam seus filhos para as faculdades de direito, afim de que estes se tornassem políticos. Assim, o coronel era uma *persona* que tinha importância econômica, eleitoral e não detinha, somente, a posse da terra.

O “crime dos Brito” demonstra como a luta política entre grupos opositores era marcada por traços de violência, muito utilizada pelos detentores do poder como meio de intimidação. De 1897 até 1905, os Carvalho ausentaram-se dos cargos públicos mas controlavam o poder por meio de seus correligionários.

Na documentação por nós consultada, bem como na historiografia sobre o caso, não há indícios da participação de Bento de Abreu nos acontecimentos de 1897. Porém podemos deduzir a qual das facções pertencia pelas ligações políticas de sua família com o coronel Ferraz.

Com a morte do coronel Carvalho, rompeu-se o equilíbrio do grupo situacionista local. A ausência do chefe político gerou uma disputa pela liderança dentro da própria facção situacionista. Após os acontecimentos de 1897 —e por motivos desconhecidos— Theodoro de Carvalho passou a liderar o grupo oposto ao de seus cunhados (Telarolli, 1975, p.270).

No início do século, dois grupos disputavam o poder local apesar dos interesses econômicos comuns. Ambas facções eram republicanas e formadas por fazendeiros e proprietários da região. O grupo situacionista era comandado

por Theodoro de Carvalho e o grupo dissidente por Carlos Batista Magalhães, Dario de Carvalho, e pelos Pinto Ferraz. Os Sampaio Vidal faziam parte deste último. O pertencimento de Bento ao, até então, grupo oposicionista pode ser constatado quando este aparece ao lado de Dario de Carvalho por ocasião das eleições de 1907.

As dissidências do Partido Republicano, também, manifestavam-se no âmbito municipal. De certa forma, estar na oposição era um ponto negativo, pois não se podia contar com autoridade do delegado. A polícia e o judiciário facilitavam a posição de mando dos coronéis: o grupo situacionista utilizava-se de ataques pessoais para se impor politicamente.

As constantes mudanças na situação política do governo de São Paulo levaram à modificação da política municipal em 1907. Percebendo a vantagem da oposição, a facção situacionista tentou evitar as eleições, recusando-se a comparecer às urnas.

A partir de 1908, o comando da política local passou para as mãos do grupo oposicionista liderado por Dario e Plínio de Carvalho, Carlos Batista Magalhães e Bento de Abreu, permanecendo até 1930. Durante todo esse período, a oposição não teve condições para se manifestar mantendo-se passiva devido às perseguições e violência. Os populares, por sua vez, não participavam dos acontecimentos políticos. Eram manobrados pelos chefes políticos locais, porque dependiam política, econômica e socialmente desses “coronéis”.

A estrutura do poder local fez com que se propagasse a idéia de inexistência de divergências políticas divulgada pelos jornais da época. Neste caso, os líderes políticos não formavam facções rivais, ou seja, organizavam-se em um

único bloco para compor a estrutura política da localidade. É o caso da composição do quadro político em Araraquara de 1908 a 1930. Os jornais, principais propagadores da “harmonia política”, nada informavam sobre os interesses dos excluídos pela ação do diretório do PRP:

“Há a assinalar ainda a cooperação da política para o engrandecimento de Araraquara e bem-estar da população. É a política no bom sentido do vocábulo, a colaborar com os poderes públicos e a promover a união a harmonia da sociedade da qual há muito desapareceram as dissensões.”
(Jornal do Commercio, 1917).

Em Araraquara, Bento de Abreu inicia sua carreira política ocupando cargos eletivos: vereador, de 1908 a 1910, presidente da Câmara Municipal, de 1911 a 1916 e de 1923 a 1929. Nosso personagem ensaiou sua ascensão política, econômica e social em Araraquara e estendeu-a para outras regiões do Estado. Seu prestígio difundiu-se por diversas cidades do interior, ao participar da construção das Santas Casas de Pirajuí, Guariba, Álvaro de Carvalho e Bauru. Porém foi a fundação da cidade de Marília, considerada a capital da Alta Paulista, que valeu-lhe maior prestígio.

A ampliação de sua influência, em nível estadual e federal, deve-se ao seu reconhecido poder econômico e prestígio político. O coronel constituía-se numa espécie de protetor e seu prestígio político permeava, direta ou indiretamente, toda a localidade que necessitava de sua influência. Como contrapartida dos privilégios, o coronel

deveria cumprir obrigações e prestar contas dos seus atos à sua clientela, para evitar a transferência desta para o controle de seus adversários.

Bento destacou-se pela defesa da autonomia municipal, proponha a ampla autonomia dos municípios:

“vou dizer algumas palavras sobre a autonomia municipal, sobre a qual repousa a essência do nosso regime e que não só diz respeito à administração do município como, principalmente, à política geral. Em 1915, escrevi no ‘Álbum de Araraquara’, mostrando o dever do cidadão de cuidar da política do seu município, porque dela dependia o bom governo do Estado e deste por sua vez a política de todo o país (...)

Poucas pessoas no Brasil cuidaram de administração municipal como eu. Posso dizer que a minha longa vida foi em grande parte dedicada aos interesses de vários municípios do interior. Além de prestar serviços à minha terra, eu realizava o programa de trabalhar pela agricultura que, a meu ver, é o único meio do Brasil deixar de ser um país pobre e viver de empréstimos.

O município bem administrado e os distritos de paz representam um grande fator na economia rural. É o centro de civilização das populações rurais e o

meio de evitar o êxodo dos campos, pela ansiedade permanente das populações do interior, em busca das capitais.

Os grandes centros do interior, nos meios rurais, diminuem a congestão de elementos perturbadores nas grandes cidades, fazendo assim o equilíbrio necessário, que poucos países possuem.

O sonho dos propagandistas da República foi amplamente realizado. O Estado de São Paulo ostenta hoje as mais lindas cidades, com todo o conforto da civilização. Quem viaja nos países estrangeiros nota logo que eles têm apenas as capitais e poucos centros e o mais são aldeias sem recursos. São Paulo não, a maior parte das cidades do interior são mais importantes que muitas capitais. Tudo isso devemos ao milagre da autonomia municipal” (Vidal, 1943, p.7-9).

A Constituição republicana de 1891 previa a autonomia dos estados da federação e, também, dos municípios. Porém o centralismo das administrações estaduais foi aos poucos eliminando a autonomia. Em São Paulo, isso não ocorreu devido ao poder político-econômico de alguns municípios, como é o caso de Araraquara; às dissidências dentro do diretório republicano local, com relação ao PRP; à expansão do café; e às tentativas de legalizar uma autonomia

extralegal, que seria uma concessão dos governadores e não de direito (Pereira, 1996, p.156).

Em Araraquara, a oligarquia congregava suas forças a favor da autonomia política e financeira do município nas hostes do diretório republicano local. A defesa da autonomia e do café, por Bento, esteve muito ligada à sua atuação como modernizador da cidade. Como o município recebia uma renda ínfima do governo estadual, as melhorias urbanas estavam condicionadas aos lucros da lavoura cafeeira e à iniciativa privada.

No período em que esteve à frente da Câmara Municipal, a cidade de Araraquara passou por um processo intenso de modernização. Os jornais da época, bem como o Álbum de 1915, fazem descrições da cidade que deixam transparecer um certo aspecto de planejamento e incremento de melhoramentos urbanos, realizados pela administração local —leia-se fazendeiros de café.

Tais melhoramentos foram iniciados em 1908 e chegaram ao apogeu por volta de 1912. A administração municipal seria a grande responsável pela prosperidade local: alinhamento, calçamento e arborização de ruas e avenidas; ajardinamento de praças; expansão dos serviços de iluminação à luz elétrica; edifícios de arquitetura “elegante” —Câmara Municipal, Teatro Municipal, Igreja Matriz, Grupo Escolar, Mackenzie College, Polytheama, palacete Carvalho Filho e Casa de Saúde Dr. Monteiro da Silva— abastecimento de água, entre outros (Jornal do Commercio, 1917).

Bento não concretizou sozinho o ideal de progresso local. Dentre os nomes vinculados ao progresso local, destacam-se: Américo Danielli, industrial italiano e prefeito de 1908 a 1910 e major Dario Alves de Carvalho, prefeito de

1911 a 1916.

Diante do mito de “grandes beneméritos” criado pela imprensa local e pelos discursos oficiais em torno dessas figuras detentoras do poder local, faz-se necessário abordar quais foram os interesses que impulsionaram sua atuação.

Bento não era um simples coronel, seu prestígio político e influência transcendiam os limites da região, de sua área de influência e da sua base eleitoral. Utilizava seu poder econômico e político para o desenvolvimento da região onde encontrava-se a maior parte de seus investimentos, beneficiando por extensão a comunidade. É o caso da criação do povoado de Santa Lúcia em 1907, no município de Araraquara.

O Álbum de Araraquara de 1915 ressalta a grande festa realizada por ocasião da fundação deste povoado: realização de missa campal no local onde seria construído o novo prédio da igreja; um trem especial para conduzir os convidados de Araraquara; banda de música; banquete para o Diretório Republicano de Araraquara; discurso do dr. Chrysóstomo de Oliveira, genro de Bento; e “outras festas”, numa referência às festas populares (França, 1915).

A realização desse empreendimento conferiu a Bento de Abreu grande prestígio de realizador, num período bem próximo ao da eleição que faria dele vereador em Araraquara. O seu ingresso na ocupação de cargos públicos em Araraquara parece estar vinculado a essa iniciativa.

A criação de distritos de paz possibilitava a valorização de seus empreendimentos, vantagens econômicas e prestígio político. Bento foi um entusiástico criador de distritos de paz; sua biografia registra a criação de trinta distritos nas regiões de Araraquara e Marília (Vidal, 1943). Na

sua visão, os distritos possibilitavam a atração e a fixação da mão-de-obra necessária para seus empreendimentos, porque atendiam às necessidades da população com maior comodidade e sem perda de tempo e grandes gastos. Sua máxima era “o conforto é que prende o homem à terra”.

O mito de “grande benemérito” e do “bravo bandeirante” criado ao redor de sua figura deve-se ao caráter social de seus empreendimentos. Suas obras visavam, ao mesmo tempo, altos investimentos e o benefício da população. Victor Nunes Leal atenta para o caráter positivo do coronel: “A falta de espírito público, tantas vezes arrogada ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município. É do seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o comércio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de *football*, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada — tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança.” (Leal, 1975, p.37).

Bento possuía uma visão empresarial e política ampla. Dotava a cidade de instituições político-administrativas, como santas casas, igrejas e teatros, para atrair e fixar a população em suas terras e para valorizar suas propriedades:

“Quando procuramos attrair a imigração estrangeira, devemos empregar o melhor

do nosso esforço para aumentar o número de brasileiros fortes e sadios, para a riqueza econômica da nação e defesa do nosso território e da nossa civilização.” (Vidal, 1943, p.9).

A associação dos proprietários de terra com a figura dos bandeirantes seiscentistas cristalizou-se durante o último quartel do século XIX e encontra-se ligada à expansão das fronteiras do café. Ao abrir fazendas no sertão, construir ferrovias, alocar mão-de-obra e prover a cidade de modernas instalações, os membros da oligarquia cafeeira paulista passaram a se auto-imaginar herdeiros do espírito bandeirante, ou seja, da missão civilizatória (Love, 1982, p.60). Os coronéis se definiam como agentes civilizadores, e isto influenciou de forma significativa no desenvolvimento das cidades.

A cidade era sinônimo de civilização e progresso. Esse modelo de “civilização” e “progresso de consumo”, proveniente da Europa, foi traduzido pelas grandes cidades brasileiras e difundiu-se para as regiões onde imperava o café, principal fonte de riqueza do período.

Nas biografias de chefes políticos locais, como Bento, constam referências sobre os grandes feitos e proezas da cidade realizadas pelos grandes empreendedores locais, acompanhadas da lembrança do espírito de bandeirante presentes no imaginário desses homens.

A benemerência é uma das formas de se ocultar o mandonismo local. O incremento das cidades relaciona-se, também, com a satisfação das necessidades dos votantes, compromisso assumido pelo coronel nas vésperas das eleições. O progresso material da cidade possibilitava, ao

chefe local, prestígio político, rendimentos econômicos e controle social sobre os eleitores.

O caráter mítico da figura de Bento de Abreu, pode ser observado nos jornais da época de seu falecimento, em maio de 1948:

“Bento de Abreu Sampaio Vidal se colocara integralmente a serviço da coletividade semeando obras meritórias, criando escolas, hospitais e instituições artísticas, ao mesmo tempo que cuidava da sua lavoura e do bem comum, através de uma, por vezes agitada, existência política (...) deve-se ao ilustre extinto-bandeirante da mais-alta-estirpe, um sem número de bons serviços prestados à coletividade e ao estado, pelo inegável desejo de levar o progresso até onde ele se fazia necessário, para a elevação do seu nível de cultura e civilização.” (Correio Popular, 1948, p.1).

Bento tornou-se um mito ao travestir seu papel de mandatário em benemérito, ao conferir caráter social a suas obras. Tornou-se mito, também, pelo seu ideário de civilização e de modernidade, ao transportá-lo dos grandes centros para o cenário urbano de Araraquara.

VARGAS, Cláudia Regina. *Bento de Abreu x Araraquara: A Personage in the Biography of a Town, 1908-16*. *Ensaio de História*, Franca, v.2, n.1, p.121-138, 1997.

ABSTRACT: This article analyses the importance of the colonel Bento de Abreu and the roles performed by his person on the transformation's process of the urban space in Araraquara. The interventions suffered in the town are product, direct and indirect, of the appropriation of its public attributions, because its private interest. The use of the biographical subsidies aims to panderline the intersection between the private interests and the colonel's political practise, as much as their actions over the town like holders of the local power.

KEYWORDS: urban history, Araraquara, coffe growing, coronelismo.

Referências bibliográficas

- BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisé/ Ana Maria L. Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- FRANÇA, A.M. Album de Araraquara. São Paulo: João Silveira, 1915.
- JANOTTI, M. de L. O coronelismo: uma política de compromissos. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JORNAL do Commercio. São Paulo: Ano 1, n.293, 22/8/1917.
- JORNAL Correio Popular. Araraquara: Ano 3, n.582, 23/5/1948.
- LEAL, V.N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LOVE, J. Autonomia e interdependência: São Paulo na federação brasileira. In: FAUSTO, B. (org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1982. t.3, v.1.
- PEREIRA, R.M. O municipalismo de Washington Luís através de sua experiência em Batatais: apontamentos a uma preocupação

(1892–1900). Estudos de História, Franca, v.3, n.2, p.153–170, 1996.

QUEIROZ, M.I.P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1982. t.3, v.1.

TELAROLLI, R. Os sucessos de Araraquara: estudo em torno de uma caso de “coronelismo” em fins do século XIX. São Paulo, 1975. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP.

TRUZZI, O. Café e indústria: São Carlos (1850–1950). São Carlos: Arquivo de História Contemporânea/Universidade Federal de São Carlos, 1986.

VIDAL, B. de A.S. Discursos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1943.

A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE FRANCA

Juliano Brito BERTOLINI*

RESUMO: A criação da Diocese de Franca em 1971, foi uma vitória para os francanos após duas tentativas (1930 e 1942). A vinda do Bispado e do bispo para a cidade em franco desenvolvimento fez o povo se unir nesta causa. A região englobada pela Diocese teve um auxílio pastoral maior.

UNITERMOS: Diocese, Bispo, Criação.

Este artigo está inserido no campo de estudos da História da Religião, em nível regional e entendemos ser importante para melhor conhecer a historicidade da cidade de Franca e de toda região geográfica que depende da mesma. A criação da Diocese, depois de duas tentativas sem sucesso, aconteceu num momento importante, no ano de 1971, numa cidade em franco desenvolvimento industrial e cultural.

Não é nossa intenção fazer um estudo sobre Franca antes, durante e depois da criação de sua Diocese, mas sim, estudar este processo de instalação, visto que o mesmo é

* Graduando em história. Orientadora: Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gacta.

importante para todos os diocesanos.

Desdobrada de uma outra Diocese, promissora e rica, que é a de Ribeirão Preto, Franca veio suprir a falta de acompanhamento pastoral mais próximo, tendo em vista que a antiga era muito extensa.

Desde o final da década de 20, ou mesmo por ocasião da criação da Diocese de Ribeirão Preto, em 1908, o seu 1º bispo, D. Alberto José Gonçalves, tinha o intuito de criar em Franca uma nova Diocese. Esta primeira tentativa não se concretizou pelas divergências entre os francanos e a Diocese de Ribeirão Preto na pessoa de seu bispo, o que ocasionou até explicações de padres, representantes dos francanos e do próprio bispo através da imprensa local.

A segunda tentativa, em 1942, foi mais organizada, quando os representantes francanos, em obediência ao bispo, que à época ainda era Dom Alberto José Gonçalves, conseguiram formar uma Comissão Pró-Bispado em Franca que organizou alguns distritos, conseguindo um primeiro aval da Santa Sé Romana. Não chegou, todavia, a se concretizar a desejada criação da Diocese por questões de limites no mapa original enviado ao Vaticano, que a própria Sé Romana não aceitou.

Em 1968 voltou-se a pensar na criação da Diocese, desta vez decididamente, com apoio total de representantes francanos de “peso”, políticos locais, da população, da imprensa e dos sacerdotes que num envolvimento geral junto ao bispo diocesano D. Felício César da Cunha Vasconcellos, levaram a cabo a criação da tão sonhada Diocese de Franca, culminando na nomeação do bispo de Franca em 18 de março de 1971, D. Diógenes da Silva Matthes, de 39 anos de idade.

Por se tratar de uma história local, efetuamos um

levantamento bibliográfico da história da cidade de Franca onde verificamos ser o prof. José Chiachiri (1967) um pioneiro neste estudo. Utilizamos ainda quadros demonstrativos do IBGE, o livreto de bolso Diocese de Franca – História & Localidades, de 1996, recortes e artigos jornalísticos da imprensa local, entre eles, O Aviso da Franca, O Diário da Tarde, O Comércio da Franca. Documentos da Cúria Diocesana de Franca, cartas de bispos de Ribeirão Preto e do próprio bispo diocesano de Franca, publicados em jornais, e livro publicado quando da criação da Diocese francopolitana, constituíram-se no acervo documental impresso.

Completamos a pesquisa com fontes orais, dentre as quais o depoimento do Bispo D. Diógenes da Silva Matthes foi fundamental. Neste caso, trabalhamos com a metodologia da História Oral, pois o relato oral vem se revelando como uma importante fonte documental ao lado de outras evidências. Paul Thompson (1992) entende que a evidência oral possibilita “descolar as camadas da memória tal qual um psicanalista” e, portanto, este é um método propício para server inconscientes, mentalidades, o imaginário e a dimensão simbólica dos atos humanos. A técnica utilizada para a coleta de depoimentos foi a do gravador que, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), “permite adequadamente o discurso do informante e/ou seu diálogo com seu pesquisador”.

Este artigo não tem a intenção de ser algo inédito na história da cidade e nem de exaurir o tema, mas sim a de acrescentar fatos históricos aos já existentes, sendo um apoio para um futuro estudo mais aprofundado, e de se concatenar com outros ligados à orientação católica no decurso do tempo.

Assim, o catolicismo tradicional vigente no período colonial começou a ser discutido e transformado ao longo do século XIX, quando uma nova mentalidade mais ortodoxa, tridentina e centralizada na Sé Romana, começou a engendrar um outro modelo eclesial. Ancorado no pensamento aristotélico tomista, o catolicismo denominado ultramontano estruturou-se em torno de uma reafirmação doutrinária e teológica (Gaeta, 1992). A Diocese francopolitana, em suas primeiras tentativas de criação, esteve inserida neste contexto e a sua criação efetivamente aconteceu quando se deu uma revolução espiritual, doutrinária e teológica saída do Concílio Vaticano II, em 1962. Centramos este artigo na própria instalação da Diocese.

Após a morte de D. Alberto José Gonçalves, em 1945, o entusiasmo existente então em criar a Diocese de Franca se retraiu. D. Manuel da Silveira D'Elboux, bispo auxiliar, foi eleito vigário capitular no ano seguinte e tomou posse como segundo bispo diocesano de Ribeirão Preto, em seguida foi transferido para Curitiba e a administração da Diocese de Ribeirão Preto ficou a cargo do monsenhor João Laureano.

O novo bispo de Ribeirão Preto, D. Luiz Amaral Mousinho, eleito em 1952, e elevado a arcebispo, da então recém criada Arquidiocese de Ribeirão Preto, em 1958, se fez presente. Neste momento houve, de fato, houve a preocupação em dividir a extensa Arquidiocese e voltou-se a pensar novamente na Diocese de Franca. Entretanto, "as exigências pastorais em São João da Bela Vista foram maiores", relatou o atual bispo da cidade e em 1960 foi proposta a criação do Bispado desta cidade e no ano seguinte instalada a Diocese.

Com a morte de Mousinho, em 1962, tomou posse no Arcebispado Dom Agnelo Rossi, figura conhecida nos meios

eclesiais. Chegou a ser presidente da CNBB e foi indicado pelo Papa Paulo VI para integrar uma comissão durante o Concílio Vaticano II (1962 a 1965).

Envolvido com o Vaticano II, a questão do desmembramento da Arquidiocese de Ribeirão ficou um pouco esquecida pelo arcebispo e só voltando a ser cogitada durante as gestões de D. Felício César da Cunha Vasconcellos, em 1966, e a do bispo auxiliar D. Bernardo Mielle.

Ao ser indagado sobre o retardo da criação do Bispado de Franca, o bispo D. Diógenes respondeu:

"Eu diria que não foi tardia, mais foi oportuna porque Dom Luís Mouzinho, que foi o bispo, o primeiro arcebispo de Ribeirão Preto, elevado a Arcebispo em 1958, no dia 19 de Junho de 58, a Diocese foi elevada a Província de Ribeirão Preto, portanto Arcebispado. Ele tinha vindo lá do nordeste de Cajazeiras, para assumir Ribeirão Preto, ficou de 52 até 59, tomando pé da situação, da realidade da Diocese, em 58 ele foi promovido arcebispo e 59, 60 ele se preocupou em dividir de fato Ribeirão Preto, mas as exigências pastorais eram maiores na região de São João da Boa Vista, então foi criada primeiro a Diocese de São João da Boa Vista, em 60 ou 61, exatamente eu não sei. E com o primeiro bispo de São João

da Boa Vista, Dom Davi Picão, que era do clero de Ribeirão Preto, era chanceler do Bispado de Ribeirão Preto, Dom Luís começou a dar os primeiros passos, tentando também a criação da Diocese de Franca, mas ficou muito doente, com câncer violentíssimo, que o levou para a vida eterna em 62.

Aí veio pra cá Dom Aguielo Rossi, no período do Concílio Vaticano II, tomou posse no dia 30 de setembro de 62. No dia 11 de Outubro abriu o Concílio Vaticano II em Roma, que foi até 65, então Dom Aguielo, embora com muito zelo, muito trabalhou aqui na Diocese de Ribeirão Preto, ficou uma grande parte do tempo voltado para o Concílio Vaticano II e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da qual também foi Presidente, então as preocupações dele estavam muito divididas e com toda certeza Dom Aguielo nem se preocupou muito com a divisão da Diocese, criando uma nova em Franca. Foi só com a vinda de Dom Felício, Dom Felício César da Cunha Vasconcelos, é que animado pelo bispo coadjutor que era Dom Miele, esse passo para se criar a Diocese de Franca foi feito, e de fato os documentos foram enviados para o Conselho Regional de

Bispos de todo o Estado de São Paulo, é só o CNBB do Estado de São Paulo. Os bispos então aprovaram a idéia, foi alimentada e feita toda uma pesquisa de necessidades, de possibilidades, tanto de ordem financeira quanto de ordem pastoral. Esses dados todos foram enviados para Roma, e Roma então aceitou a criação. No dia 20 de Fevereiro de 71, o Papa Paulo VI assinou a Bula de criação do Bispado.”

Dom Felício levou a frente sua intenção de criar a nova diocese como atesta a notícia do jornal O Comércio da Franca:

“Asseverou que o Bispado de Franca será breve realidade, pois, de sua parte, já tomara as providências que o caso exigia.”(15/10/68).

Estava, portanto, determinado a executar esta tarefa:

“em maio de 1968, em reunião ordinária, a Comissão Episcopal dos Bispos da Regional Sul I da CNBB, aprovou por unanimidade a proposta do exmo. sr. arcebispo metropolitano, D. Felício César, de se iniciarem os estudos para a criação da nova diocese na região de Franca”(O Aviso da Franca).

Em 8 de dezembro de 1968 foi criada a Vigararia Episcopal de Franca, com a instalação da Sub-Cúria de Franca no ano seguinte, na reunião geral do clero de 25/2/1969, atuando como primeiro vigário episcopal D. Bernardo Miele, segundo vigário episcopal, D. José Álvares, Bispo agostiniano resignatário de Lábrea, Amazonas, residente em Franca, na paróquia da Capelinha, chanceler o frei José Pinto Ribeiro, que posteriormente foi substituído por frei João Batista de Oliveira, e procurador da Cúria o frei Custódio Miranda. Juntamente com a atuação da Sub-Cúria entrou em ação a Comissão Pró-Instalação do Bispado com 40 cargos distribuídos entre políticos, profissionais liberais, católicos atuantes, industriais e tendo como presidente dr. Hélio Palermo e tesoureiro Antônio Della Torre.

A Comissão Pró-Instalação do Bispado foi a seguinte:

“Presidência geral: dr. Laerte de Oliveira Andrade, dr. José Lancha Filho, dr. Fábio Homem de Mello.

Presidente executivo: dr. Hélio Palermo.

Vice-presidência: José Augusto Baldassari, Olavo Goulart de Andrade, Omar Pucci.

Tesoureiros: Antônio Della Torre, Milton Jacintho Guimarães.

Oradores: dr. Rubens Rebouças de Carvalho e dr. Antônio Arruda.

Integram a Comissão dois representantes de cada paróquia da Vigararia Episcopal de Franca e também um Conselho de 15 membros.” (Cipolini, Freitas, 1978).

Durante todo o ano de 1969, a Comissão trabalhou no sentido de organizar o mais rápido possível a aquisição da Casa Episcopal e para isso angariou provisões, em dinheiro, para a futura Diocese, assim como toda a parte burocrática necessária para a instalação da Diocese foi organizada, tudo sob a supervisão de D. Miele.

Embora o núncio apostólico do Brasil tenha visitado a cidade de Franca e inspecionado os trabalhos da criação do Bispado, a Sé Romana rejeitou o primeiro mapa da nova Diocese, que incluía doze municípios vizinhos a Franca: Igarapava, Pedregulho, Patrocínio Paulista, São José da Bela Vista, Cristais Paulista, Buritizal, Itirapuã, Restinga, Aramina, Rifaina, Ribeirão Corrente e Jeriquara. Aumentou-se, então, a área geográfica da futura Diocese que arrebanhou mais seis cidades; quatro em primeira instância: São Joaquim da Barra, Sales Oliveira, Orlândia e Nuporanga; e duas mais tarde: Guará e Ituverava.

“Lembro-me que eu era ainda pároco da Catedral de Ribeirão Preto e se falou que a Santa Sé não havia aceitado o primeiro mapa possível da Diocese que limitava com o rio Sapucaí Mirim. Então a Santa Sé pediu, exigiu, sugeriu que fosse ampliado o território da Diocese. Então foram anexados mais o patrimônio de São Joaquim da Barra, Orlândia, Sales Oliveira e Nuporanga que ficam aquém do limite do rio Sapucaí Mirim. Com esses novos municípios anexados ao mapa primitivo,

a Santa Sé aprovou a criação da Diocese de Franca, que foi assinada pelo papa Paulo VI, no dia 20 de fevereiro de 1971, foi quando o papa criou a Diocese pela bula apostólica *Quo Aptius*, e esta criação foi conservada lá no Vaticano até que o papa pudesse, então, encontrar o bispo e o bispo sendo já conhecido, a Diocese e o primeiro bispo foram anunciados publicamente no dia 11 de março de 71 pelo *L'Osservatore Romano*¹ e este anunciou é que foi então a publicação oficial da criação da Diocese de Franca.” (Depoimento de D. Diógenes).

D. Diógenes afirmou que a 20/2/1971 pela bula papal *Quo Aptius*, foi criada a tão sonhada e esperada Diocese de Franca e a 11/3/1971 foi conhecido o primeiro bispo diocesano de Franca, que a administra até hoje, D. Diógenes da Silva Matthes.

A 8 de abril de 1971, o jornal O Aviso da Franca publicou sob título A Diocese de Franca todo o esqueleto da nova Diocese:

“Situação Geográfica – A Diocese de Franca, totalmente formada com população e territórios desmembrados da atual Arquidiocese de Ribeirão Preto, situa-se na região nordeste do Estado de

São Paulo. Ao norte e a leste o território limita-se com o Estado de Minas Gerais. Mais precisamente ao norte com a Arquidiocese de Uberaba, a leste com a Diocese de Luz, com a Abadia de Claraval e com a Diocese de Guaxupé. Ao sul e a oeste limita-se com a parte remanescente da Arquidiocese de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo. Área e população – A Diocese de Franca é formada por 19 municípios paulistas. Nota: os dados de população são do recenseamento de 1970.

Municípios	Área Km ²	População (hab.)
Aramina	186	5.059
Buritizal	272	5.566
Cristais Paulista	378	5.002
Franca	571	93.294
Guará	359	12.776
Igarapava	467	21.010
Itirapuã	154	4.601
Ituverava	746	27.189
Jeriquara	138	1.710
Nuporanga	335	5.697
Orlândia	302	18.316
Patrocínio Paulista	635	8.583
Pedregulho	744	14.880
Restinga	257	5.711
Ribeirão Corrente	153	2.187
Rifaina	173	6.364
Sales Oliveira	310	7.112
São Joaquim da Barra	397	24.112
São José da Bela Vista	293	6.779
Totais	6.870	275.948

Paróquias – No território da Diocese de

¹ Jornal oficial do Vaticano.

Franca existem atualmente 22 paróquias instaladas e 6 em fase final de preparação para serem oportunamente instaladas.

Igrejas e capelas urbanas – Além das 28 igrejas paroquiais, a Diocese possui 25 outras igrejas ou capelas situadas nas regiões urbanas das cidades.

Capelas rurais – Espalham-se pelo território da Diocese, 75 capelas rurais, algumas de propriedade das paróquias e outras particulares de fazendas.”

Dom Diógenes, atual bispo diocesano

Dom Diógenes é natural (por registro civil) de Caconde, São Paulo, mas nasceu e foi batizado em Serrania, então distrito de Alfenas, Diocese de Guaxupé, Minas Gerais, filho do sr. Gustavo Matthes e dna. Aparecida Silva Matthes. Nasceu a 12 de outubro de 1931 e ingressou, em fevereiro de 1944, no Seminário de Campinas, sendo logo transferido para o Seminário Diocesano Maria Imaculada de Ribeirão Preto, onde cursou o ginásio e colegial. Estudou Filosofia e Teologia no Seminário Central do Ipiranga em São Paulo, tendo sido ordenado sacerdote em 29 de julho de 1957. Exerceu os cargos de professor e diretor espiritual no Seminário, sendo posteriormente nomeado chanceler do arcebispo, assistente do Círculo dos Trabalhadores Cristãos e assessor de casais na USP de Ribeirão Preto, até 1963, quando Dom Agnelo Rossi, arcebispo de Ribeirão Preto, o nomeou vigário da Paróquia da Santa Rita do Passo Quatro, onde permaneceu até 1969, sendo, então, o designado Cura da

Catedral de Ribeirão Preto.

Quando de sua nomeação para o Bispado de Franca, o jornal O Aviso da Franca, divulgou a notícia:

“Acaba de ser nomeado por S.S. Papa Paulo VI, o primeiro Bispo da Diocese de Franca, D. Diógenes Silva Matthes, Monsenhor Cura da Catedral de Ribeirão Preto.

A informação foi dada pelo Sr. Núncio Apostólico do Brasil, por telegrama, a D. José Álvares Mácuá, vigário episcopal de Franca.

E, a respeito, o Sr. Arcebispo Metropolitano de Ribeirão Preto, D. Felício César da Cunha Vasconcelos, fez divulgar o seguinte comunicado:

‘A nova Diocese de Franca, safragânea da Arquidiocese de Ribeirão Preto, tem como sede episcopal a próspera cidade do mesmo nome e é integrada pelos habitantes dos municípios de Aramina, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guará, Igarapava, Jeriquara, Nuporanga, Orlandia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra, São José da Bela Vista.

Como Bispo do povo de Deus nesta vasta região do Estado de São Paulo, foi

escolhido pelo sucessor de Pedro, nosso irmão Monsenhor Diógenes Silva Matthes com quem nos congratulamos fraternalmente.

Desejamos de coração que, dentro em breve, pela ordenação episcopal como membro do Colégio dos Apóstolos, fortalecido e iluminado pelo Espírito Santo, venha a tornar-se o atual visível da unidade em Cristo da nova Igreja Diocesana de Franca, juntamente com os presbíteros, os religiosos, as religiosas e todos os leigos que nestes últimos dois anos se empenharam com entusiasmo na preparação da nova Diocese.

A todos os católicos da nova Diocese francana, felicitamos por esta oportuna decisão do Santo Padre, na certeza que daqui por diante saberão exprimir, admiravelmente, na união com seu novo Bispo e no seguimento de suas orientações, a íntima comunhão com Deus e com o próximo, que impulsionará e estimulará a vida das comunidades cristãs pela fé e pela caridade.” (20/3/71).

Tornando-se Bispo, D. Diógenes adotou um Brasão de Armas que o identifica bem como sua Diocese. Sua descrição é a seguinte:

“Escudo – Sobre o campo azul, uma cruz em tau; surgindo sob o corpo da cruz duas chaves (a da direita dourada e a da esquerda prateada). Sobre a cruz há uma estrela de sete pontas, tríplice raios e a lua (tudo prateado). No sopé uma serra, destacando-se três colinas, em verde: tudo separado por um filete dourado.

Insígnias episcopais – no alto chapéu com borlas verdes e cruz pastoral dourada, do alto a baixo, por trás do escudo.

Lema – No sopé do escudo: ‘Amados No Senhor’, baseado em Efésios 6, 21.

Simbolismo – A idéia central é Cristo (vermelho); Maria no mistério da Imaculada Conceição – estrela, raios e lua (prateado). O conjunto das chaves (ouro e prata) a fidelidade ao Sumo Pontífice.

Tudo – Disponibilidade e Serviço

Motivos Decorativos Heráldicos:

Homenagem a D. Alberto José Gonçalves (a lua de seu escudo), 1º Bispo de Ribeirão Preto. A D. Manuel da Silveira D’Elboux (estrela de seu brasão), Bispo do ‘Chamado’; a D. Luís do Amaral Mousinho (chaves sobre azul), Bispo da ‘Ordenação’.

Homenagens aos locais:

Serrania (nascimento e batismo), Divinolândia (infância), figurados pelas montanhas. O filete dourado representa a mesma região aurífera.

Homenagem aos três seminários: Campinas, Ribeirão Preto e São Paulo – centro de formação sacerdotal (três pontas da serrania), sob a proteção de Maria Imaculada. Ainda as três pontas da montanha a providência divina, na escolha para o batismo, presbiterato e episcopado. Homenageia ainda Franca, a cidade das três colinas, e consagrada a Imaculada Conceição.” (Cipolini, Freitas, 1978).

BERTOLINI, Juliano Brito. *The Creation of the Diocese in Franca. Ensaios de História*, Franca, v.2, n.1, p.139–156, 1997.

ABSTRACT: The creation of Franca Diocese in 1971 was a victory for the people from Franca after two attempts (1930 and 1942). Because of the “bispado” and the bishop’s arrival in Franca during its development, the people join one another. As a result, this region that was involved by the Diocese had a great pastoral help.

KEYWORDS: Diocese, bishop, creation.

Fontes

1 – Impressas

Jornais

- O Aviso da Franca, 1929–31.
- O Aviso da Franca, 1968–71.
- Diário da Tarde, 1942.
- O Comércio da Franca, 1968–9.

Revistas e livretos

- Diocese de Franca: história & localidades. Franca: s.e, s.d.
- Jubileu de Prata da ordenação episcopal de D. Diógenes Silva Matthes e da Diocese de Franca 1971–1996. Franca: s.e., 1996.
- SEGANTIM, J.G. Celebração dos 80 anos da Matriz-Catedral de Franca na Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, 8/12/1913–8/12/1993. Franca: s.e., 1983.
- TAVEIRA, A G. Alfaias II, dezembro de 1994.
- _____. Alfaias III, dezembro de 1995.
- _____. Alfaias IV, dezembro de 1996.
- _____. Alfaias V, Bodas de Prata da Diocese, 1996.

2 – Oraís

Depoimento do Bispo Diocesano de Franca Dom Diógenes Silva Matthes.

3 – Manuscritas

- Registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Franca de 1968–71.
- Quadro Demonstrativo do Desmembramento do Município de Franca.

Referências bibliográficas

- AMADO, J., FERREIRA, M.M. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BACZKO, B. Imaginação social. Enciclopédia Einaudi. S.l.: Portuguesa/ Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1995. v.5, p.296-332.
- CHIACHIRI, J. Vila Franca do Imperador. Franca: O Aviso da Franca, 1967.
- CIPPOLINI, C.P., FREITAS, T. A Diocese de Franca de 1971-1978. Franca: s.e., 1978.
- FERREIRA, M.M. Entre-vistas: abordagem e uso da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- GUINSBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GUINSBURG, C. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia. das Letras, 1986. p.143-180.
- HALBWACHS, M. Memória coletiva. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.
- HUNT, L. História, cultura e texto. In: Hunt, L. Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- QUEIROZ, M.I.P. de. Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva. São Paulo: CERU, 1973.
- SAMUEL, R. História local e história oral. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n.19, p. 141-7, 1989/90.
- TAVEIRA, G. O nascimento de uma catedral. Franca: S.e., 1996.
- THOMPSON, P. A voz do passado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRADUÇÃO/TRANSLATION

OBJETO E OBJETIVIDADE NA HISTÓRIA*

Joan del ALCÀZAR**

Em artigo escrito ao final da década de oitenta, Pierre Vilar (1989) recordava uma pergunta que lhe havia sido formulada a algum tempo: “pode-se fazer a história de algum país sem alguma simpatia por ele?” Para além da inteligente reflexão de Vilar a respeito de tão singular demanda, acredito que a pergunta poderia ter sido mais ampla: (“podemos trabalhar com a História sem nos sentirmos atraídos, interessados, apaixonados, pelo problema que se configura como nosso objeto de estudo?” Sinceramente, acredito que não) e vou tentar explicar o porquê da minha resposta. Adianto, entretanto, que faço minha uma idéia de Manuel Moreno Friginals segundo a qual para se fazer história trata-se “simplesmente, de começar por compreender a vida e o que esta vida tem em comum em qualquer tempo e lugar. E (para entender a vida, para se interessar profundamente pelo presente, é necessário ser um espírito apaixonado” (Moreno Friginals, 1983, p.15).

Uma defesa da paixão. Precisamente a antítese daquele axioma que Seignobos lançava a seus alunos da

* Tradução de Marcos Alves de Souza, licenciado e bacharel pela FHDSS da UNESP, Câmpus de Franca. Tradução do original em espanhol.

** Professor do Departamento de História Contemporânea da Faculdade de História e Geografia da Universidade de Valência, Espanha.

Sorbonne na década de vinte: “jovens, ide à escolha de um tema de estudo; sobretudo um que vocês não gostem! Porque se ele os interessa é que já tens alguma idéia preconcebida dele e não lhes poderão dar um tratamento como historiadores” (citado por Vilar, 1989, p.10). A reação de Vilar diante de semelhante conselho, daquele que havia sido um dos seus professores, parece-me a única possível: como dedicar um tempo importante da vida a algo que não gostamos? É verdade que Seignobos se referia ao tema concreto de estudo e não à profissão, como o fez Moreno Fraginals. Mesmo assim: pode-se estabelecer nitidamente a diferença? Poderíamos compreender a paixão, o desejo — como opção teórica— de fazer da História nossa profissão e, em seguida, escolher um tema de estudo —como opção prática— sem que este exerça nenhuma atração sobre nós? No meu caso, sem dúvida que não, e creio que isso é assim por duas razões fundamentais: pelo que entendo por História e pelo que penso do ofício de historiador.

O que é a História? Faz alguns anos, inclusive antes do meu ingresso na universidade, senti-me especialmente convencido por duas respostas a esta pergunta: a primeira foi extraída de uma conhecida passagem de uma carta de Antônio Gramsci a seu filho Délio; a segunda, apareceria em um não menos famoso poema de Bertolt Brecht intitulado “Perguntas de um operário diante de um livro”. Recordemo-las, ainda que seja brevemente. Recluso na prisão, Gramsci dizia que a História “se refere aos homens, ao máximo de homens possível, a todos os homens do mundo, na medida em que se juntem em sociedade, trabalhem e lutem pela melhoria de si mesmos” (extraída de Sacristán, 1978, p.511); Brecht, em alguns versos de seu poema, deu-me uma lição impagável:

“César venceu os franceses / Não levava ao menos um cozinheiro?” (Brecht, 1975). Dai em diante, durante minha formação universitária e depois, penetrei o mundo das definições e reflexões mais completas, complexas e acadêmicas acerca daquele “O que é a História?”, sem encontrar, contudo, alguma que fosse tão bela ou tão concisa.

Sabemos que a palavra grega *historia* significava originariamente busca ou pesquisa ou, como desdobramento natural, conhecimento adquirido como resultado de uma investigação. Ainda que não se possa datar exatamente o momento no qual adquiriu um significado mais específico, está demonstrado que desde os tempos de Políbio, dois séculos antes da nossa Era, seu significado coincidia com o de uma narrativa escrita sobre certos tipos de acontecimentos, precisamente daqueles que implicavam ou afetavam a um grande número de pessoas. Entretanto, a acepção mais corrente da palavra história designa não apenas os acontecimentos narrados, mas também os próprios acontecimentos (Bagby, 1959, p.35–40).

Desta forma, estamos diante de uma certa ambivalência, já que (a palavra história guarda dois significados diferentes. Por um lado, alude ao passado e tudo que nele tenha ocorrido; e, por outro, significa tudo o que os homens puderam e podem dizer ou escrever sobre esse passado.) Esta ambivalência foi colocada em evidência por muitas pessoas que têm se dedicado profissionalmente à história (Commanger, 1967; Walsch, 1968; Vilar, 1980; Kragh, 1989), ainda que se afirme, com certa frequência, que ambas signifiquem basicamente a mesma coisa, já que a única referência a propósito da existência do passado é nosso testemunho sobre ele, o que deste passado temos registrado

em nossa consciência. Isto permitiu a Croce afirmar que toda a história é história contemporânea, mas tal convicção não pode ser assumida por si mesma, porque “o passado não depende de nós para existir; existe por direito próprio. Ele existiu, ainda que os historiadores não tenham conseguido descobrir; (...) o historiador que suprime uma incógnita do passado ou descobre novos fatos, ou preenche uma lacuna da nossa ignorância, na realidade, não cria o passado; embora possa, talvez, recriá-lo. Tudo o que aconteceu ocorreu sem a sua intervenção e as conseqüências de tudo também ocorreram sem que ele fosse levado em conta” (Commanger, 1967, p.1). Pierre Vilar alerta para o perigo que significa a utilização do termo história, que “designa, de um lado, o conhecimento de uma matéria e a matéria deste conhecimento”; uma importante observação na medida em que “o passado é passado, ou seja, não renovável por definição, confundindo-se para nós com o que nos foi transmitido. O conhecimento se confunde, assim, com a matéria” (Vilar, 1989, p.17).

(Helge Kragh denominou H1 aos fenômenos ou acontecimentos concretos que se produziram no passado; deduz-se daí que os historiadores não têm acesso direto a H1, senão a determinadas parcelas que nos foram transmitidas através de diversas fontes. Paralelamente, chamou de H2 a análise da realidade histórica, isto é, a investigação histórica e seus resultados. Portanto, “o objeto da história (H2) é, assim, a história (H1), da mesma forma que o objeto das ciências da natureza é a natureza.) Da mesma maneira que o nosso conhecimento (científico) da natureza limita-se aos resultados das pesquisas científicas, que não são a natureza mas uma interpretação teórica dela, também o nosso conhecimento dos acontecimentos ocorridos no passado limita-se aos resultados

da história (H2), que não são o passado, mas uma interpretação teórica dele” (Kragh, 1989, p.33-34).

À complexidade que guarda em si mesma a palavra história temos que adicionar que na nossa disciplina, como nas demais ciências sociais, o homem encontra-se em ambos os lados do processo, já que é simultaneamente objeto e sujeito da história. Assumindo o grau de dificuldade que significa responder à pergunta anteriormente formulada —“o que é a História?”— gostaria de centrar minhas reflexões e meu posicionamento numa definição clássica dada por E. H. Carr: “a história é um processo contínuo de interação entre o historiador e os fatos, um diálogo sem fim entre o presente e o passado” (Carr, 1978, p.40).

Na tese de Carr, apesar de uma boa dose de imprecisão, pretende-se articular, num mesmo plano epistemológico, os três problemas-chave de toda definição de história: o problema do objeto da história e a relação entre esta e o historiador; o problema dos critérios de objetividade na história; e, o problema do tipo de conhecimento que é o conhecimento histórico. Proponho-me abordar duas destas questões separadamente: em primeiro lugar, adentrando-me na temática acerca do objeto da história e de quais são as relações entre esta e o historiador; em seguida, abordaremos a questão da objetividade. Em outra oportunidade, trataremos do tipo de conhecimento que caracteriza o conhecimento histórico, especialmente no que diz respeito ao seu grau de cientificidade.

O Historiador diante da História

De acordo com a clássica definição de H. Berr, “a história é o conhecimento dos fatos humanos no passado” (Berr, 1961, p.1). Ora, quando falamos do passado sabemos melhor o que ele não é do que o que ele é: o passado não é o presente; mas, tropeçamos aqui em um novo problema que é definir claramente os limites de um e de outro. Agnes Heller afirmou, neste sentido, que a história “não é a história do passado, mas a do passado de nosso presente e, portanto, do nosso presente” (Heller, 1982, p.234). Mas, e se nos perguntamos sobre o conhecimento, ou melhor, de qual conhecimento estamos falando? Em outras palavras, o que queremos conhecer? (De um ponto de vista lógico, queremos conhecer os fatos humanos no passado; mas, todos os fatos? Não, não buscamos o conhecimento de todos os fatos humanos, mas daqueles fatos que o historiador considera históricos, ou seja, é o próprio conhecimento que determina o quê é que se tem que conhecer.) Este é, sem dúvida, um problema central da disciplina que chamamos História. Um problema que foi resolvido de uma ou de outra forma pelos historiadores ao longo dos anos.

Não vou retornar ao século XIX para reexaminar as diversas soluções que os historiadores encontraram e propuseram, mas vou me concentrar nas duas grandes linhas produzidas pela historiografia europeia a partir da década de trinta.

Da França e da Inglaterra surgiram, a partir da terceira década do século XX, as duas grandes correntes que marcariam a historiografia europeia daí em diante. Em 1929, M. Bloch e L. Febvre fundaram a revista *Annales d'Histoire*

Economique et Sociale. Em 1932, M. Dobb publicou seu livro *On Marxism Today*. A revista francesa se converteria, com o tempo, no meio de expressão daquilo que passou a se chamar de “escola dos *Annales*”. Do livro de Dobb, do seu rechaço ao determinismo econômico e de sua ênfase na necessidade de investigar o passado como um processo em movimento no qual o homem é um agente ativo, emergirá o que hoje conhecemos como o “marxismo britânico”.

Em relação aos *Annales*, na *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien* de Bloch, podemos ler: “o objeto da história é, por natureza, o homem; ou melhor, os homens (...) Por trás dos traços mais sensíveis das paisagens, das ferramentas ou das máquinas, por trás dos documentos aparentemente mais frios e das instituições aparentemente mais distantes das pessoas que as estabeleceram, existem os homens que a história quer alcançar. Quem não conseguir isso, no melhor dos casos, não passará de um operário da erudição” (Bloch, 1984, p.26).

O problema do tempo também foi abordado por Bloch, opondo-se ao seu estilhecimento em fragmentos artificialmente homogêneos, como se faz em outras ciências nas quais este parâmetro representa pouco mais que uma medida. Na história, ao contrário, o tempo é “o plasma onde estão submersos os fenômenos e o *locus* de sua inteligibilidade” (Bloch, 1984, p.27). Contra aqueles que entendiam a história como uma concatenação de documentos, Bloch apontava a necessidade de recolher a documentação, lê-la, estabelecer sua autenticidade e sua veracidade, para depois, e somente depois, dar-lhe um sentido; um sentido que somente pode ser obtido interrogando-se aos próprios documentos “porque os textos, ou os documentos arqueológicos, ainda que

sejam os mais claros e os mais condescendentes, somente dizem algo quando se sabe fazer perguntas a partir deles” (Bloch, 1984, p.51).

Bloch e Febvre, assim como Croce, instalaram-se definitivamente no presente, mas perguntavam-se sobre o caminho a seguir. Febvre propôs um direcionamento: “é preciso penetrar no velho palácio silencioso onde a história dorme, animados pela luta, cobertos pelo pó do combate e pelo sangue coagulado do monstro vencido, e ao abrir as janelas, de par em par, com a sala cheia de luz e restabelecendo-se igualmente o som, despertar com vossa vida quente e jovem, a vida gelada da Princesa adormecida” (Febvre, 1986, p.57).

Para Febvre, a história é a ciência do homem, ciência do passado humano, não uma ciência das coisas ou dos conceitos; é uma ciência do homem, mas também dos fatos produzidos pelo homem. Por isso, a tarefa do historiador consiste em reencontrar os homens que viveram os fatos. Para levar adiante esta missão, há que utilizar os textos, mas — esclarece — todos os textos, “e não apenas os documentos de arquivo para os quais se criou um privilégio: o privilégio de extrair deles (...) um nome, um lugar, uma data (...) também um poema, um quadro, um drama são, para nós, documentos, testemunhos de uma história viva e humana, saturada e potenciada de pensamento e de ação” (Febvre, 1986, p.29). Paralelamente, o historiador francês apela aos jovens profissionais e lhes lança um claro e contundente desafio: “integrem-se à vida”; simultaneamente os exorta à interdisciplinaridade: “historiadores, sejam geógrafos; e também juristas, sociólogos e psicólogos” (Febvre, 1986, p.56).

A partir das propostas dos *Annales*, a historiografia deu, sem dúvida, um importante passo à frente. Sinteticamente, poderíamos apontar quatro contribuições fundamentais: 1. a inovação que se introduz a respeito do objeto de estudo da história —o homem em sociedade—, assim como a idéia de que todas as manifestações históricas devem ser estudadas em sua profunda unidade; 2. que a história deve fixar seu interesse em sociedades concretas, definidas no espaço e no tempo; 3. a necessidade de converter a história numa ciência, compreendendo-a como problema, de onde surge a necessidade de formular continuamente hipóteses e colocar questões; e, 4. rompem a estreita margem da especialização dos estudos históricos, pronunciando-se pela interdisciplinaridade com outras ciências com o objetivo de produzir uma renovação profunda dos métodos de trabalho dos historiadores (Pagés, 1983, p.209–210). Convém chamar a atenção, entretanto, para o fato de que os *Annales* não permaneceram estancados em seus postulados de origem. Fontana estabeleceu, neste sentido, uma série de etapas, dentre as quais cabe destacar a virada de 1941, depois da morte de Bloch, com um distanciamento marcante em relação ao marxismo; a de 1956, com a ascensão de Braudel à direção da revista, na qual manterá um certo nível de formalidade e erudição; e a de 1968, quando a direção para a ser coletiva, iniciando-se “um caminho de flutuações e inseqüências, vinculando-se às modas intelectuais do momento, sem qualquer preocupação em manter o mínimo rigor que Febvre ou Braudel haviam exigido” (Fontana, 1982, p. 202).

No final da década de 1980, Dossen escreveu em torno do que ele denomina de continuidades e descontinuidades entre o que podemos considerar os *Annales*

dos anos trinta e os *Annales* dos anos oitenta. Entre as primeiras, este autor menciona o mesmo rechaço ao político, uma mesma estratégia de assimilação das ciências sociais, a mesma proposta da história/problema, uma opção entre a história historicista e um marxismo apergaminhado e, por fim, uma mesma sensibilidade em relação à modernidade. Entre as segundas, uma substituição da história geo-econômica por uma história das mentalidades ou pela antropologia histórica, uma mudança em direção à “história sem homens” ou à “história imóvel” de Le Roy Ladurie. Mas a mais importante das discontinuidades é “a desconstrução do saber histórico, o fim de toda perspectiva globalizante, não mais a história e sim as histórias” (Dossen, 1988, p. 262–272).

Há, contudo, um conjunto de questões que os historiadores vêm observando. Pierre Vilar é um homem que, em absoluto, podemos considerar como um representante dos *Annales*, embora —como ele mesmo reconhece— teve logicamente uma influência desta escola. Nas suas próprias palavras, “os *Annales* me influenciaram mais tarde [depois dos seus anos de *Sorbonne*], mas sempre a partir de minhas próprias opções. Eles cristalizaram e determinaram aspirações comuns” (Vilar, 1989, p.11). As palavras de Vilar a propósito de sua relação com os *Annales* são, em boa medida, aplicáveis à maior parte dos historiadores europeus, uma vez que — como escreveu Fontana— não foi apenas na França que “a influência dos *Annales* teve um papel decisivo. Em nosso país [Espanha], por exemplo, todos aqueles que nos dedicamos ao estudo da história econômica —e inclusive ao estudo da história *tout court*— somos mais ou menos seus discípulos” (Fontana, 1986, p.126).

Neste sentido, interessa-nos trabalhar mais um pouco

aqui com Pierre Vilar porque em relação ao problema referente ao objeto da história, o historiador francês sistematizou com clareza que este não é outra coisa senão a dinâmica das sociedades humanas e, em função disso, a matéria histórica é constituída por fatos de natureza determinada, tornando-se necessário o seu estudo para se dominar cientificamente este objeto. Estes fatos são: 1. os fatos de massa: “massa de homens (demografia), massa de bens (economia), massa de pensamentos e de crenças (fenômenos de ‘mentalidades’, lentos e pesados; fenômenos de opinião, mais fugazes)”; 2. os fatos institucionais: “mais superficiais porém mais rígidos, que tendem a fixar as relações humanas dentro dos parâmetros existentes: direito civil, constituições políticas, tratados internacionais etc.; fatos importantes mas não eternos, submetidos ao desgaste e ao ataque das contradições sociais internas”; 3. os acontecimentos: “aparecimento e desaparecimento de personagens, de grupos (econômicos, políticos), que tomam medidas, decisões, desencadeiam ações, movimentos de opinião, que geram fatos precisos: mudanças de governo, da diplomacia, mudanças pacíficas ou violentas, profundas ou superficiais” (Vilar, 1976, p.43).

Em certa medida, a conclusão é uma confirmação de que a história não pode ser um simples retábulo das instituições, nem um simples relato dos acontecimentos, mas não pode se desinteressar dos fatos que vinculam a vida cotidiana dos homens à dinâmica das sociedades que fazem parte. Ao contrário, a história se define, afirma Vilar, por seus fins próprios e estes são definidos da seguinte forma: “a investigação histórica é o estudo dos mecanismos que vinculam a dinâmica das estruturas —quer dizer, as

modificações espontâneas que se processam nos fatos sociais de massa— à sucessão dos acontecimentos —nos quais intervêm os indivíduos, a sorte e o azar, mas com uma eficácia que depende sempre, no menor ou maior prazo, da adequação entre estes impactos descontínuos e as tendências dos fatos de massa” (Vilar, 1976, p.47).

Como foi dito anteriormente, a segunda das grandes vias abertas pela historiografia marxista é o chamado marxismo britânico. De acordo com Santos Juliá (1989, p.41–49), a geração de historiadores marxistas nascidos entre 1912 (Hill) e 1924 (Thompson) herdou as preocupações de Dobb, embora seu trabalho não tenha conseguido se constituir em uma escola. Um dos mais destacados representantes, E. J. Hobsbawm, se mostrará especialmente interessado em eliminar a influência do que ele denomina de “marxismo vulgar” (o modelo de base e superestrutura, as leis históricas e sua inevitabilidade, os interesses ou lutas de classe como determinante exclusivo da história) e colocará como oposição a isso a existência da estrutura social e sua historicidade, isto é, sua dinâmica interna de mudança. Para Hobsbawm, “buscar esta dinâmica e suas determinações constitui precisamente o trabalho do historiador, cuja tarefa consistirá em estabelecer estruturas e reconhecê-las em seu movimento histórico” (Vilar, 1976, p.47).

No entanto, Hobsbawm —assim como Marx— não se contenta em interpretar o mundo mantendo-se na firme posição de colaborar para sua transformação. É neste sentido que ele se pergunta: de que maneira e em que direção queremos transformar o mundo? Uma questão que leva a outra: corremos o risco de esquecer que o tema e o objeto das nossas pesquisas são as pessoas? A resposta a ambas

indagações é clara e contundente: “Não deveríamos correr este risco uma vez que nosso tema lida com as pessoas; não com a ‘classe operária’, mas com trabalhadores e trabalhadoras reais, ainda que comumente sejam homens e mulheres ignorantes, míopes e carregados de preconceitos. Para muitos de nós, o objetivo final do nosso trabalho é criar um mundo no qual os trabalhadores possam forjar sua própria vida e sua própria história, ao invés de deixar que os outros a forjem, incluindo os acadêmicos” (Hobsbawm, 1987, p.21–28).

Ao longo de toda sua produção como pesquisador, E. P. Thompson também se mostrou profundamente preocupado em refletir a historicidade interna do seu objeto de investigação (Juliá, 1989, p.47) e sua contribuição foi fundamental não apenas em relação ao aprofundamento do conceito de classe, mas também no sentido de desvencilhar a história tanto de um sociologismo que a entende como uma simples soma de indivíduos como de um marxismo estreito e míope que não a vê senão como o resultado da ação das forças produtivas. Para Thompson, “o objeto imediato do conhecimento histórico (isto é, os materiais a partir dos quais o conhecimento é comprovado) se compõe de ‘fatos’ ou dados empíricos que certamente têm uma existência real, mas que somente são cognoscíveis por vias que estão —e devem estar— reservadas a procedimentos históricos atentos” (Thompson, 1981, p.68).

Por esta razão, os historiadores podem decidir, selecionando a partir desses dados, o produto que querem realizar (uma história mais ou menos concreta), sem que por isso o objeto real da história deixe de se manter unitário. Por isso, é conveniente não cair no erro de acreditar que o passado humano é o resultado da agregação das histórias provenientes

dos trabalhos dos historiadores; ao contrário, ela é “um conjunto unitário de comportamentos humanos no qual cada aspecto se relaciona de determinadas maneiras com outros, de maneira análoga à forma com que os atores individuais entram em determinadas relações entre si (mediante o mercado, mediante relações de poder e subordinação etc.)” (Thompson, 1981, p.70).

Como se pode ver, o denominador comum das diversas posições dos diferentes historiadores frente ao tema a que estamos nos referindo é o da forma pela qual se estabelece o diálogo entre o passado e o presente, ou seja, a respeito do como se pode estabelecer esse diálogo com o passado histórico (já acabou o monólogo dos documentos do passado com os historiadores, fazendo destes seus meros reprodutores, como postulavam os positivistas). A este respeito, Kocka sistematizou os pontos de partida desse contato entre presente e passado, tendo o historiador como intermediário, e estabeleceu, de maneira muito correta, a meu ver, três balizas demarcatórias que temos que ter bem presentes: (a) que toda elaboração histórica é, em relação ao seu objeto, essencialmente seletiva e, conseqüentemente, o historiador tem que ser consciente da impossibilidade real de reproduzir plenamente as características do objeto que investiga; (b) a maioria das elaborações históricas complexas estão marcadas, em sua origem e em seus resultados, por referências, mais ou menos explícitas, a pontos de vista que dependem da concepção que tem o pesquisador do seu presente e também do que deveria ser seu futuro; essa dependência se plasma em três níveis que vão da seleção do tema à seleção da documentação e à própria escolha dos conceitos e hipóteses que devem construir o que “se considera como uma resposta

aceitável”; e (c) que o saber histórico não apenas está determinado pelo contexto histórico no qual é produzido, como também é utilizado com finalidades que não são puramente científicas, mas sim políticas ou de outro tipo (Kocka, 1989, p.59–61).

A questão da objetividade

Depois de concentrar nossa atenção no objeto da história, penso ser importante passarmos agora para o problema da objetividade.

Como epígrafe desta parte, faço minhas as palavras de Pierre Vilar: “chamar de objetivo alguém que é sabidamente partidário é ser desonesto; acreditar que é objetivo quando se é partidário é ser tonto ou ingênuo, nos seus diversos graus de ingenuidade” (Vilar, 1989, p.12). Daí se deduz que a única posição válida é ter consciência de que se é partidário —já que, em maior ou menor medida, todo mundo o é— e explicar, sem temor, como isto tem orientado nossas análises, dando ao leitor a liberdade de avaliá-las.

A objetividade do conhecimento histórico é reconhecidamente um velho problema. Como dissemos, independentemente da sua ideologia e do seu grau de compromisso, da sua posição crítica ou especulativa sobre o presente, o historiador não produz conhecimentos históricos sobre o passado da humanidade de forma independente de seu próprio presente. Moreno Fragnals afirma, de maneira definitiva, que “o ponto de partida, o único ponto físico de partida é o presente” (Moreno Fragnals, 1983, p.15). E, como vimos, a paixão é para ele uma das virtudes do historiador. No

entanto, esse apaixonamento, legítimo e —atrever-me-ia dizer— imprescindível, não implica que o historiador esteja desprovido dessa vontade de alcançar verdades objetivas de caráter científico, uma vez que “um aspecto fundamental da ciência é seu ideal de objetividade, ideal que submete todas as afirmações científicas à prova de critérios parciais, sem reconhecer autoridade pessoal alguma no reino do conhecimento” (Scheffler, citado por Easlea, 1977, p.11).

A História pode enfrentar este desafio? Para respondermos esta pergunta teríamos que remontar ao problema do estatuto epistemológico da disciplina. Entretanto, o que nos parece necessário neste momento é insistir na indeclinável tomada de consciência da situação social na qual se encontra o historiador, a partir da realidade social e dos valores culturais que chegam do presente e que condicionam sua forma de estudar o passado. Cabe dizer, pois, que a pretensão de objetividade é um referente no qual devemos nos manter, também porque, dependendo da nossa resposta ao problema do caráter objetivo ou não do conhecimento histórico, da mesma maneira será nossa posição sobre o caráter científico da história.

(E. H. Carr disse, numa conhecida metáfora, que os fatos históricos se parecem mais com os peixes que nadam livremente no oceano do que com aqueles que estão no balcão de uma pescaria, “e que a pesca do historiador depende, em parte da sorte, mas sobretudo da área do mar onde ele decida pescar e do aparato escolhido para a pesca, ambos fatores determinados pelo tipo de peixe que ele deseja apanhar. Em geral, pode-se dizer que o historiador encontrará o tipo de peixe que procura. Historiar significa interpretar”) (Carr, 1978, p.31-32). Chegamos aqui, então, na mesma idéia que

havíamos expressado anteriormente, isto é, a da interpretação que, como vimos, foi entendida pela historiografia de formas diversas. Isso nos conduz diretamente ao caráter objetivo ou não do conhecimento histórico, ou seja, à questão da “objetividade ou partidarismo dos argumentos historiográficos complexos que, via de regra, guardam elementos de descrição, narração, interpretativos e teóricos” (Kocka, 1989, p.57).

Para além das posições defendidas a partir do positivismo ou do historicismo, ou inclusive a partir do presentismo de Benedetto Croce, é necessário relevar a influência destes posicionamentos sobre uma determinada historiografia da terceira e da quarta década deste século, na qual cabe destacar o norte-americano C. Beard ou o inglês R. C. Collingwood, que a partir de diferentes matizes enfatizaram a estreita relação existente entre sujeito e objeto do conhecimento histórico, no sentido da impossibilidade de qualquer critério de objetividade histórica (Schaff, 1976, p.122-132).

Que resposta podemos dar a esse tipo de formulação? Logicamente, está fora de minhas pretensões —e das minhas possibilidades— oferecer alguma coisa a mais do que algumas linhas de reflexão a respeito do problema da objetividade que, distanciadas de um relativismo que me parece estéril, permitam-nos introduzir critérios de racionalidade e de compreensão no discurso histórico. Essas linhas de reflexão estão fundamentadas no acompanhamento do debate que se estabeleceu entre os diferentes teóricos e, antes de tudo, convém enfatizar que tanto a historiografia positivista quanto a historicista, e seus críticos, coincidem em torno da existência de uma identificação epistemológica indiscutível entre o caráter objetivo da verdade e seu caráter absoluto.

Schaff apresenta o problema de uma forma que me parece frutífera: “as verdades parciais, fragmentárias, não são falsidades; são verdades objetivas, embora incompletas”) (Schaff, 1976, p.332); uma distinção essencial que valida o conhecimento histórico, uma vez que a falsidade dos relativistas se opõe à idéia de verdade parcial. A partir daqui, Schaff afirma que “se a história, no sentido da história *rerum gestarum*, nunca está acabada, se está sujeita a constantes reinterpretações, disso se deduz unicamente que ela é um processo, e não uma imagem acabada, definitiva, ou uma verdade absoluta”) Por isso “quando se compreende o processo histórico como processo e superação, e as verdades históricas como aditivas, cumulativas, compreende-se a razão dessa reinterpretação constante da história, da variabilidade da imagem histórica; variabilidade que ao invés de negar a objetividade da verdade histórica, ao contrário, a confirma” (Schaff, 1976, p.332-333).

É que o historiador impõe seus próprios critérios de seleção e esta se realiza num contexto histórico e científico e se faz em função do seu próprio presente, da cultura, dos interesses sociais de cada época ou momento. As mudanças que, com o passar dos anos, são produzidas nos critérios utilizados para a seleção das informações, as mudanças do próprio significado que, a cada momento, podem ter os acontecimentos do passado para o homem do presente, tudo isso é o que produz a reinterpretação constante da história. Isto, no entanto, não impede que possamos alcançar um conhecimento histórico objetivo, sempre, é claro, que não confundamos o caráter objetivo da verdade com seu caráter absoluto.)

Devemos entender a história, pois, como um processo

—e não como um fenômeno—, a partir do qual se deduz que o conhecimento histórico permite aceitar a existência de pautas no passado, pautas que são rastreáveis já que o passado —utilizando as palavras de Hobsbawm— “não descreve círculos nem dá saltos inexplicáveis”; o que o torna passível de interpretação, sem que por isso possa ser alterado no seu *status* ontológico. O conhecimento histórico supõe, assim, um tipo de aproximação cumulativa que avança através da construção, destruição e reconstrução de diversas aproximações à verdade, entendida esta como algo que, por sua própria natureza, resiste a se integrar às categorias do definitivo e do absoluto (Hobsbawm, 1976, p.299-319).

Em segundo lugar, o debate em torno da objetividade da disciplina história, que encontramos no positivismo, no historicismo e no idealismo, parte de uma concepção individualizadora do objeto histórico que foi refutada desde a formulação do materialismo histórico, da teoria da ciência de Weber e, posteriormente, das contribuições iniciais dos *Annales*. Se o objeto de estudo da história é o homem e suas particularidades, a disciplina fica reduzida à narração mais ou menos elaborada de uma sucessão de fatos isolados e individualizados em relação aos quais se torna impossível estabelecer pautas, leis ou qualquer outro tipo de conhecimento racionalizado (Kocka, 1989). No entanto, se partimos não do homem e do fato, mas dos homens e dos processos, o problema reaparece com força e o debate sobre a objetividade —e também sobre a cientificidade— abre-se em novas possibilidades (Pomian, 1975).

Não nos deve preocupar, portanto, que existam quantidades enormes de interpretações sobre um mesmo fato histórico, já que isso não pressupõe, de nenhuma forma, que a

realidade do passado está concebida de forma incoerente, mas que o está em termos de teorias explicativas diversas que são suscetíveis de serem criticadas sistematicamente, que são suscetíveis de evolução e de reconstrução, e isso como condição própria do avanço do conhecimento histórico (Khum, 1971). E. P. Thompson advertia, há mais de uma década, que a história “considerada como soma dos produtos da investigação histórica mudará, e deverá fazê-lo, com as preocupações de cada geração ou para dizê-lo melhor, de cada sexo, de cada nação, de cada classe social. Mas isto tampouco supõe que os acontecimentos do passado em si mesmos mudem com cada historiador, nem que os dados empíricos sejam indeterminados” (Thompson, 1981, p.70).

Tanto a estrutura própria do objeto de investigação como o historiador que atua como mediador social intervêm de forma decisiva e não unívoca nem excludente, na escolha dos pontos de vista do conhecimento, nas explicações e decisões, nas categorias utilizadas e nos modelos empíricos assim como nas teorias elaboradas a respeito (Kocka, 1989, p.56). A partir deste ângulo de visão, a única forma de se estabelecer critérios de objetividade na pesquisa histórica é a exigência geral, de caráter epistemológico e metodológico, de que o historiador legitime e argumente constantemente sobre suas decisões teóricas, conceituais e procedurais, como parte essencial do processo de investigação.

Para fazer isso, contudo, o historiador não pode nem deve abstrair-se em relação aos problemas do momento, nem dos problemas pessoais, já que —para finalizar com algumas palavras de Vilar— “a única maneira de se realizar uma abordagem científica dos fatos humanos —e isso é válido tanto para a sociologia ou para a ciência política como para a

história— é tomando consciência clara da própria situação no interior dos fatos” (Vilar, 1989, p.22).

Referências bibliográficas

- BAGBY, P. La cultura i la historia. Madrid: Taurus, 1959.
- BERR, H. La síntesis en historia. México: UTEHA, 1961.
- BLOCH, M. Apologia per la historia. Barcelona: Empúries, 1984.
- BRECHT, B. Poemas y canciones. Madrid: Alianza, 1975.
- CARR, E.H. Qué es la historia? Barcelona: Serbal, 1978.
- COMMAGER, H.S. La historia. Su naturaleza. Sugestiones didácticas. México: UTEHA, 1967.
- DOSEN, F. La historia en migajas. València: Alfons el Magnànim, 1988.
- EASLEA, B. La liberación social y los objetivos de la ciencia. Madrid: Siglo XXI, 1977.
- FEBVRE, L. Combats per la història. Barcelona: Planeta, 1986.
- FONTANA, J. Historia. Análisis del pasado y proyecto social. Barcelona: Crítica, 1982.
- FONTANA, J. Ascenso y decadencia de la escuela de los Annales. Madrid: Akal, 1986.
- FONTANA, J. et al. El comercio libre entre España y América Latina, 1765–1824. Madrid: Fundación Banco Exterior, 1987.
- HELLER, A. Teoría de la historia. Barcelona: Fontamara, 1982.

- HOBSBAWM, E. El mundo del trabajo. Estudios históricos sobre la formación y evolución de la clase obrera. Barcelona: Crítica, 1987.
- HOBSBAWM, E.J. La contribución de K. Marx a la historiografía. In: BLACKBOURN, R. (Ed.). Ideología y clases sociales. Barcelona: Grijalbo, 1976. p.299-319.
- JULIA, S. Historia social/sociología histórica. Madrid: Siglo XXI, 1989.
- KHUN, T.S. La estructura de las revoluciones científicas. Madrid: FCE, 1971.
- KOCKA, J. Historia social. Concepto, desarrollo, problemas. Barcelona: Alfa, 1989.
- KRAGH, H. Introducción a la historia de la ciencia. Barcelona: Crítica, 1989.
- MORENO FRAGINALS, M. La historia como arma y otros estudios sobre esclavos, ingenios y plantaciones. Barcelona: Crítica, 1983.
- PAGES, P. Introducción a la historia. Epistemología, teoría y problemas de método en los estudios históricos. Barcelona: Barcanova, 1983.
- POMIAN, K. L'histoire de la science et l'histoire de l'histoire. Annales, v.30, n.5, p.935-952, 1975.
- SACRISTAN, M. (Selección, traducción y notas). Antonio Gramsci. Antología. México: Siglo XXI, 1978.
- SCHAFF, A. Historia y verdad. Barcelona: Crítica, 1976.
- THOMPSON, E.P. Miseria de la historia. Barcelona: Crítica, 1981.
- VILAR, P. Recuerdos y reflexiones sobre el oficio de un historiador. 1989. (mimeo).
- VILAR, P. Marx y la historia. In: Hobsbawm, E. H. (org.). Historia del marxismo. Barcelona: Bruguera, 1979. v.1,

- p.113-161. (El marxismo en los tiempos de Marx).
- VILAR, P. Movimientos nacionales de independencia y clases populares en América Latina. Informe de síntesis. Independencia y revolución en América Latina. Barcelona: Anagrama, 1976.
- WALSH, W.H. Introducción a la filosofía de la historia. México: Siglo XXI, 1968.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Antropologia
 - Determinismo, p. 79
 - Sistema, p. 79
 - Teoria, p. 79
- APRA, p. 61
- Autoritarismo, p. 39
- Bispado de Franca, p. 139
- Café, p. 121
- Coronelismo, p. 121
- Cultura, p. 71
 - História da, p. 79
- Diocese de Franca
 - Criação, p. 139
- Ditadura, p. 71
- Dom Diógenes da Silva Mathes, p. 139
- Educação, p. 109
- Ensino profissionalizante, p. 109
- Epistemologia, p. 95
- Globalização, p. 109
- História
 - de Araraquara, p. 121
 - de Franca, p. 39
 - do Brasil, p. 39
 - Urbana, p. 121
- Historiografia, p. 95
- Humanismo, p. 95
- Indústria calçadista
 - Franca, p. 109
- Legitimação, p. 25
- Marxismo, p. 61
- Modernidade, p. 95
- Modernismo, p. 61
- Partido político
 - Conservador, p. 11
 - Liberal, p. 11
- Poder político, p. 11
- Política educacional, p. 25
- Racionalismo, p. 95
- Rebeldia, p. 39, 71
- Reforma universitária, p. 61
- Regime militar, p. 25, p. 39
- Repressão, p. 39
- República velha, p. 121
- Resistência, p. 39
- Segundo reinado, p. 11
- Teatro, p. 71
- Trabalho, p. 109

SUBJECT INDEX

SUBJECT INDEX

- Anthropological theory, p.79
Anthropology, p.79
APRA, p.61
Araraquara, p.121
Authoritarian, p.39
Bishop, p.121
Brazil, p.25
coffee growing, p.121
Conservatives, p.11
Coronelismo, p.121
Creation, p.121
Culture, p.39, 71
Determinism, p.79
Dictature, p.71
Diocese, p.121
Educacional politics, p.25
Education, p.109
Fifties, p.71
Footwear industry, p.109
Franca, p.109
Franca, p.39
Globalization, p.109
Hierarchization, p.11
Historiography, p.11
Historiography, p.95
History of culture, p.79
Humanism, p.95
Legitimacy, p.25
Liberals, p.11
Marxism, p.61
Military regime, p.25
Modern thought, p.61
Modernity, p.95
New generation, p.61
Political party, p.11
Politics, p.11
Power, p.11
Racionalism, p.95
Rebelliousness, p.71
Resistance, p.39
Second Reign, p.11
Seventies, p.71
Sixties, p.71
System, p.79
Terrorism, p.39
The 1960s, p.39
Theatre, p.71
Thinker, p.95
University reform, p.61
Urban history, p.121
Work, p.109

ÍNDICE DE AUTORES/*AUTHORS INDEX*

ÍNDICE DE AUTORES/*AUTHORS INDEX*

BARBOSA, M.G., p.109
BERTOLINI, J.B., p.139
FARIA, I.T. de, p.79
FERRARO, J.R., p.71
MONTEIRO, C.E., p.11
PERINELLI NETTO, H., p.95
ROMANO, C.C., p.95
SANTOS, J.R. dos, p.95
SANTOS, M.G. dos, p.25
SOUZA, S.T. de, p.39
TOLEDO, P.R. de, p.61
VARGAS, C.R., p.121

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

Informações gerais

ENSAIOS DE HISTÓRIA publica trabalhos inéditos de autores da UNESP/Franca e de outras instituições nacionais e internacionais, na forma de artigos, revisões, comunicações, notas prévias, resenhas e traduções.

Os trabalhos deverão ser redigidos em português. Deverão anteceder o texto os seguintes itens: título, autor(es), identificação do(s) autor(es), resumo de, no máximo, 5 linhas e 5 unitermos. Sucederão o texto: referência bibliográfica em inglês, *abstract* e *keywords*.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas Normas para a Apresentação de Original* serão devolvidos aos autores.

Preparação dos originais

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em duas vias, com cópia das ilustrações. Textos em disquetes serão acompanhados do *printer* (cópia impressa, fiel, do disquete), em *Word 6.0*, apresentados em letra 13, tipo *Times New Roman*, espaço 1.5; os textos devem ter no máximo 15 páginas.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: Título: Autor(es) (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); Filiação científica do(s) autor(es) (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade, sigla, Cidade, Estado, País, orientação quando houver, agência financiadora —bolsa e/ou auxílio a pesquisa— quando houver); Resumo (com máximo de cinco linhas); Palavras-chave (até cinco); Texto (subtítulos, notas de rodapé e outras quebras devem ser evitadas); Agradecimentos; Title, Abstract e Keywords (versão para o inglês do Resumo e Palavras-chave precedida pela Referência bibliográfica do próprio artigo); Referências bibliográficas (trabalhos citados no texto).

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

Livros e outras monografias

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. Metodologia do trabalho científico. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

* Esclarecimentos adicionais sobre as normas para apresentação de original constam do manual Normas para publicações da UNESP.

Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C.S. Meios de comunicação de massa. São Paulo: Cultrix, 1972, p.47-66.

Dissertação e teses

BITENCOURT, C.M.F. Pátria, civilização e trabalho. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH, USP.

Artigos de periódicos

ARAÚJO, V.G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. ARTEunesp, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A.J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. Anais... São Paulo: UNESP, 1990, p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala...". Quando for necessário especificar páginas(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Mumford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (Oliveira & Leonardo, 1943), e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al, 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 11.5x17cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

SOBRE O VOLUME

Formato: 16 x 21 cm
Mancha: 27 x 45 paicas
Tipologia: Times New Roman
Papel: Offset 75 g/m² (miolo)
Couchê 60 g/m² (capa)
Matriz: eletrostática
Tiragem: 300

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação e Diagramação
Tércio Pereira Di Gianni

Revisão Bibliográfica
Jacimar Fátima Ferreira Rezende

Assessoria Técnica
Aparecida Fátima Vieira Guiraldelli
Nanci Soares

Produção Gráfica
Alcione Morais de Oliveira
Iraci Carlos de Oliveira
Luís Carlos Mendonça
Valter Mendes da Silva (chefe)

Desejo receber os ENSAIOS DE HISTÓRIA: Número avulso R\$ 5.00. Assinatura anual R\$ 10.00. Assinalar o(s) ano(s), volume(s) e número(s) desejado(s):							
1996 (v.1)		1997 (v.2)		1998 (v.3)		1999 (v.4)	
n.1	n.2	n.1	n.2	n.1	n.2	n.1	n.2
Nome: _____							
Endereço: _____							
Cidade: _____				Estado: _____			
CEP: _____				Fone: (____) _____			
Data: ____/____/____							
Assinatura: _____							
Anexo a este cupom estou enviando para a revista ENSAIOS DE HISTÓRIA CHEQUE nominal à <u>Faculdade de História, Direito e Serviço Social</u> , UNESP/Campus de Franca. Rua Major Claudiano, 1488 – Caixa Postal 211 – Franca/SP CEP 14.400-690							

